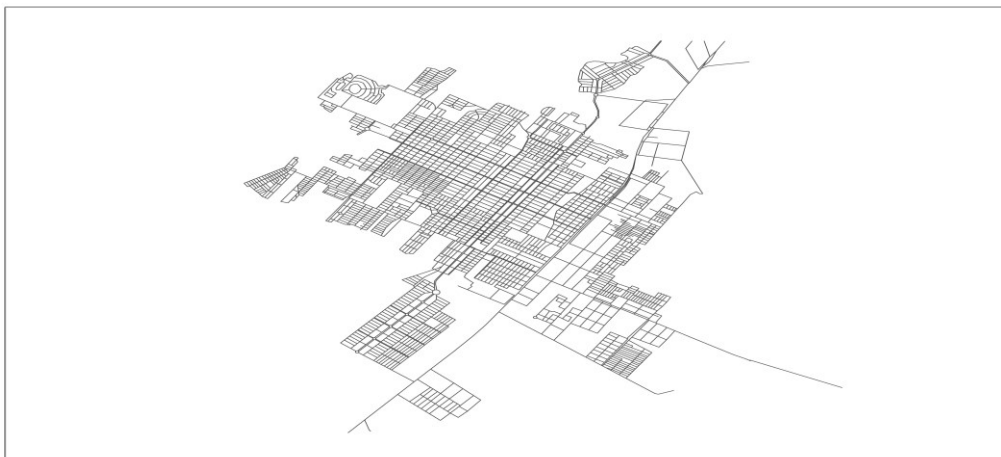


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO



CONSTRUÇÃO DE CIDADES SAUDÁVEIS E O
AGRONEGÓCIO: Desafios e perspectivas de Sorriso (MT)

MARCUS VINICIOS BENACHIO

UBERLÂNDIA (MG)
2018

MARCUS VINICIOS BENACHIO

**CONSTRUÇÃO DE CIDADES SAUDÁVEIS E O
AGRONEGÓCIO: Desafios e perspectivas de Sorriso (MT)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do título
de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e
Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Vítor Ribeiro Filho.

**UBERLÂNDIA (MG)
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B456c
2018 Benachio, Marcus Vinicios, 1985-
 Construção de cidades saudáveis e o agronegócio [recurso eletrônico] : desafios e perspectivas de Sorriso (MT) / Marcus Vinicios Benachio. - 2018.

 Orientador: Vitor Ribeiro Filho.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.635>
 Inclui bibliografia.
 Inclui ilustrações.

 1. Geografia. 2. Cidades e vilas - Sorriso (MT). 3. Qualidade de vida - Sorriso (MT). 4. Planejamento urbano - Sorriso (MT). I. Ribeiro Filho, Vitor, , (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

MARCUS VINICIOS BENACHIO

“CONSTRUÇÃO DE CIDADES SAUDÁVEIS E O AGRONEGÓCIO:
Desafios e perspectivas de Sorriso (MT)”.



Professor Doutor Vitor Ribeiro Filho (Orientador) - UFU



Professor Doutor Emerson Figueiredo Leite – UFMS



Prof. Doutor Humberto Ferreira Silva Mineu – IFTM



Professor Doutor Cláudio Antônio de Mauro – UFU



Professor Doutor Samuel do Carmo Lima – UFU

Data: 27 / 03 de 2018

Resultado: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a **Deus** por estar sempre ao meu lado nessa caminhada repleta de enormes desafios e conquistas sem precedentes.

“Você é um biólogo por formação e, um geógrafo do mundo” (Marlene Colesanti) À professora mais que orientadora **Marlene T. de Muno Colesanti**, que creditou confiança para o início da minha trajetória na pós-graduação, minha sincera gratidão.

Ao **Vitor Ribeiro Filho**, por construir junto esta tese, foi mais que um orientador do início ao fim desta pesquisa.

Aos meus pais **Elessio Benachio** e **Clarice Benachio** meus agradecimentos pela confiança e coragem depositadas na minha vida acadêmica. E ao meu pai pelo sábio ensinamento “Esteja sempre um passo à frente, na vida, na academia e nos negócios”, acrescentando ousadia nas decisões.

À **Karine Beatriz**, minha companheira, uma década de harmonia consolidada, principalmente, nos estudos. Minha admiração por você, meu reconhecimento eterno pelo apoio e, principalmente pelo seu charme intelectual que me cativa cada dia mais.

Aos meus irmãos, **Felipe José Benachio**, **Aline Monique Benachio** e **Leonardo Henrique Benachio**, pela honra de poder ser irmãos de vocês, admiro cada um e, aprendo todos os dias.

Ao amigo, mais que amigo, professor Dr. **Emerson Figueiredo Leite**.

Ao amigo e professor **Alan Silus**, pela leitura linguística e pedagógica dadas a este trabalho.

A **Terezinha** e **Inácio**, amigos da Faculdade FAMPER, muito obrigado pelo apoio e confiança depositados em mim.

À **equipe da secretaria da Pós-Graduação**, pelo apoio no atendimento às solicitações na secretaria do curso.

Ao **Geraldo Inácio Martins**, por sempre acreditar na construção deste trabalho e, acima de tudo, por ser um grande amigo acadêmico e de vida.

E a **você**, que procurou o seu nome aqui e não encontrou, o meu muito obrigado!

Entre a vida saudável e o progresso social existe o cenário intransigente, que conserva práticas medievais de subsistência, uso do petróleo, acumulação de riquezas materiais e, no viés das cidades a corrida por qualidade de vida. O pensamento humano deste novo tempo traz possibilidades reais para transformações solenes na configuração das cidades, e, conseqüentemente, o esboço do viver equitativamente toma escala transcendente.

Marcus Vinícios Benachio

RESUMO

A presente pesquisa fomenta uma leitura transversal do Município de Sorriso (MT), diante dos elementos que compõem qualidade de vida. Compreendemos que as expressões Cidades e Municípios Saudáveis são pares dialéticos e, múltiplas estratégias apoiadas por nossa metodologia auxiliaram nosso roteiro de trabalho, bem como pesquisas documentais e de campo, pois o cunho de pesquisa qualitativa se faz presente em nosso traçado de incidir, conceitos de cidades saudáveis e sustentáveis, definições de políticas públicas e a evolução urbana são ilustradas pelo referencial teórico. Este estudo contempla as relações humanas subjetivas no espaço e território, as condições culturais, políticas e físicas perpassam por nossa análise epistemológica, fortalecendo indagações diante dos arranjos que as cidades moldam para a qualidade de vida. A escolha de Sorriso (MT) ocorre pela sua peculiaridade regional, ocupando área da Amazônia Legal, responde também como capital do Agronegócio Nacional. Seu crescimento acelerado e sua economia versátil podem sustentar novos sistemas para se viver. Para interpretação da qualidade de vida, buscamos a Organização Mundial da Saúde (OMS), que fornece indicadores de desenvolvimento de um município, que tem como base: promover maior informação nas áreas de saúde, de serviços, gestão democrática (com maior participação popular), de obras, de transporte, de trabalho, de lazer, educação, entre outros subsídios fundamentais para o progresso social. Podemos considerar que Sorriso (MT) está distante de ser um município saudável, pois seu modo de estruturação do urbano ainda está congelado no tempo, alimentado por projetos e ideias capitalistas de curto prazo.

Palavras-chave: Cidades Saudáveis; Qualidade de Vida; Sorriso (MT).

ABSTRACT

The present research fosters a transversal reading of the Municipality of Sorriso (MT), facing the elements that make up quality of life. We understand that the expressions Cities and Healthful Municipalities are dialectical pairs and, multiple strategies supported by our methodology help our work route, as well as documentary and field research, since the qualitative research is made present in our tracing of focus, concepts of healthful and sustainable cities, definitions of public policies and urban evolution are illustrated by the theoretical benchmark. This study contemplates subjective human relations in space and territory, the cultural, political and physical conditions permeate our epistemological analysis, strengthening questions about the arrangements that cities shape for the quality of life. The choice of Sorriso (MT) occurs due to its regional peculiarity, occupying the area of the Legal Amazon, and also responds as the capital of the National Agrobusiness. Its accelerated growth and versatile economy can sustain new systems for living. In order to interpret quality of life, we seek the World Health Organization (WHO), which provides indicators for the development of a municipality, which is based on: promoting greater information in the areas of health, services, democratic management (with greater popular participation) , of works, of transport, of work, of leisure, education, among other fundamental subsidies for social progress. We can consider that Sorriso (MT) is far from being a healthful municipality, since its mode of urban structuring is still frozen in time, fueled by short-term capitalist projects and ideas.

Keywords: Healthful Cities; Quality of life; Sorriso (MT).

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Cidade atual – Cidade sustentável.....	42
Figura 02:	IDHM no Brasil.....	48
Figura 03:	Mudança na Governança Cívica.....	53
Figura 04:	Via Embarcadero – transformação – mais ruas, mais carros, menos ruas, mais pessoas.....	70
Figura 05:	Via Embarcadero (1992 – 2003).....	71
Figura 06:	Rota das Bandeiras dos Séculos XVII e XVIII.....	81
Figura 07:	Divisão dos Estados MT e MS.....	83
Figura 08:	Sorriso (MT): Local onde foi construída a primeira casa na década de 1970.....	87
Figura 09:	Sorriso (MT): Local onde foi construída a primeira casa de Sorriso (2017).....	87
Figura 10:	Sorriso (MT): Inauguração da primeira Escola da Cidade (1982).....	89
Figura 11:	Sorriso (MT): A primeira Escola na atualidade (2017).....	90
Figura 12:	Sorriso (MT): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, Campus de Sorriso (2017).....	91
Figura 13:	Sorriso (MT): A Cidade em 2017.....	92
Figura 14:	Sorriso (MT): Centro de Negócios da Cidade em 2017.....	93
Figura 15:	Sorriso (MT): Produção Agrícola de Sorriso (2017).....	94
Figura 16:	Sorriso (MT): Mapa do Município.....	96
Figura 17:	Sorriso (MT): O primeiro Hospital com a construção do Centro Cirúrgico.....	101
Figura 18:	Sorriso (MT): O primeiro Hospital (2017).....	101
Figura 19:	Sorriso (MT): Distribuição Domiciliar (2010).....	107
Figura 20:	Sorriso (MT): Lado Leste (2017).....	109
Figura 21:	Sorriso (MT): Lado Oeste (2017).....	110
Figura 22:	Sorriso (MT): Primeira Casa do Lado Oeste da cidade (2017).....	110
Figura 23:	Sorriso (MT): Sorteio dos endereços entre os contemplados no Programa Social Minha Casa Minha Vida, do Residencial Mário Raiter.....	112
Figura 24:	Sorriso (MT): Bairro União (região Oeste) em 2017.....	113
Figura 25:	Sorriso (MT): Ocupação Popular ao lado de um Empreendimento de Alto Padrão, região Oeste (2017).....	114
Figura 26:	São Paulo (SP): Conjunto Habitacional Jardim Edite.....	116
Figura 27:	Sorriso (MT): Distribuição de Habitantes em 2010.....	116
Figura 28:	Sorriso (MT): Distribuição Espacial das Estruturas de Saúde (2017).....	120

Figura 29:	Sorriso (MT): Estruturas Públicas do Lado Leste.....	121
Figura 30:	Sorriso (MT): Estabelecimentos de Ensino (2017).....	122
Figura 31:	Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes – comparação entre os municípios de MT – GO – PR – RS.....	134
Figura 32:	Valor adicionado bruto dos serviços, a preços correntes – exclusive administração nos estados de MT – GO – PR – RS.....	135
Figura 33:	Principais Produtores de Soja na Safra 2014/15.....	146
Figura 34:	Sorriso (MT): Posto de Saúde e Escola de Educação Básica.....	161
Figura 35:	Sorriso (MT): Lançamento do Posto de Saúde e Escola de Educação Básica.....	161
Figura 36:	Página Inicial do AVAAZ.....	174
Figura 37:	Vitória apresentada pelo site AVAAZ.....	178
Figura 38:	Sorriso (MT): Bairro Mário Raiter e Rede de Tratamento de Esgoto (2017).....	185
Figura 39:	Sorriso (MT): Parque Municipal de em 2017.....	190

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1: Arranjos Funcionais de Políticas Públicas.....	64
Fluxograma 2: Organismo Intersetorial: mobilização social.....	130
Fluxograma 3: Fluxo de Mobilização Social Permanente.....	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução da População de Sorriso.....	151
Gráfico 02: Escolaridade da população de 25 anos ou mais.....	153

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Cadeia Agroindustrial da Soja.....	145
Organograma 2: Ciclo de Integração Social.....	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Períodos, objetivos e temas de cada fase do Movimento Cidades Saudáveis.....	36
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Indicadores de Habitação.....	151
Tabela 02: Sorriso (MT): Renda, Pobreza e Desigualdade.....	155
Tabela 03: Ocupação da População de 18 Anos ou Mais.....	156
Tabela 04: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes.....	157
Tabela 05: Sorriso (MT): Vulnerabilidade Social.....	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
ACIS	Associação Comercial e Industrial de Sorriso
ADM	Archer Daniels Midland
APAS	Associação dos Pensionistas e Aposentados de Sorriso,
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso
ARPCA	Associação Regional de Pesquisas de Sorriso
CDL	Câmara de Dirigentes Lojista
CEBES	Centro Brasileiro de estudos em Saúde
CEMEIS	Centros Municipais de Educação Infantil
COOPSERVS	Cooperativa de Prestadores de Serviço de Sorriso
CRS	Centro de Ressocialização de Sorriso
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESPOCC	Escola Popular de Comunicação Crítica
EUA	Estados Unidos da América
FAIS	Faculdade de Sorriso
FNP	Frente Nacional de Prefeitos
IBA	Instituto Brasileiro do Algodão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MT	Mato Grosso
OASC	Open Agile Smart Cities
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEAF	Plano Estadual da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual de Sorriso (MT)
SANEMAT	Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso
SEAF	Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Sorriso (MT)
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista

UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
USP	Universidade de São Paulo
WHO	World Health Organization
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTE ESTUDO.....	23
CAPÍTULO I – INDICADORES SOCIAIS DE AVALIAÇÃO PARA CIDADES SAUDÁVEIS.....	28
1.1. Considerações iniciais, percursos internacionais.....	28
1.2. Municípios Saudáveis em âmbito Nacional.....	45
1.3. Políticas Públicas, Fomento para Qualidade de Vida.....	51
1.4. Dimensão Humana Urbana: a cidade como lugar de encontro.....	66
1.5. Cidades em Evolução: da crise urbana para a produção estratégica do espaço.....	75
CAPÍTULO II – O MUNICÍPIO DE SORRISO NA PERSPECTIVA DAS CIDADES SAUDÁVEIS.....	79
2.1. O Município e sua História.....	80
2.2. Políticas Públicas Saudáveis no Município de Sorriso.....	97
2.3. Sorriso (MT) na Perspectiva de Município Saudável: encontros e desencontros sociais.....	106
CAPÍTULO III - INDICADORES PARA QUE UM MUNICÍPIO SEJA CONSIDERADO SAUDÁVEL SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.....	124
3.1. Fluxos de Energias Ambientais.....	132
3.1.1. Economia diversificada como aporte essencial para garantir planejamento sustentável a um município.....	132
3.1.2. Agronegócios: indústria do peixe é fixada em Sorriso.....	142
3.1.3. Produção de milho, soja e feijão.....	144
3.1.4. Inovando no Campo.....	148
3.1.5. Expansão Urbana.....	150
3.1.6. A Versatilidade de Sorriso.....	153
3.1.7. Aspectos Econômicos de Sorriso.....	154
3.2. Comunidade Participativa.....	158
3.2.1. Etanol para a economia de Sorriso, uso da batata doce.....	158
3.2.2. Atenção aos Pequenos Produtores de Sorriso.....	160
3.2.3. Sociedade Organizada e suas contribuições.....	163
3.3. Raízes Regionais & Projetos Sociais	165
CAPÍTULO IV – ANSEIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA: CONSTRUÇÃO DE MUNICÍPIO SAUDÁVEL EM SORRISO (MT).....	171
4.1. Acesso às Informações Públicas: caminhos para a universalização dos direitos sociais.....	172
4.2. As Cidades Saudáveis e o Município de Sorriso no contexto das Políticas Públicas.....	180
4.3. Quebrando Paradigmas Sociais, Reestabelecendo a Essência Humana com Mobilização Social: do discurso individualista para a ação coletiva.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	204

INTRODUÇÃO



“A proposta de "Municípios Saudáveis" recomenda a participação da população em Conselhos Municipais centrais, distritais e locais que possibilitem a incorporação das suas informações e necessidades aos diagnósticos racionais, que permitam o fortalecimento do poder popular e a sua participação nas decisões construindo junto com os técnicos, uma sociedade mais justa e igualitária.” (**Márcia Faria Westphal**).

A presente pesquisa aborda as definições sobre o movimento Cidades Saudáveis, trazendo uma visão empreendedora, múltipla e abrangente frente à realidade do objeto de pesquisa adotado para tal, o município de Sorriso (MT). No decorrer deste trabalho, percebemos a disparidade que existe dentro das cidades, os espaços urbanos estão fragilizados, rodeados de interesses privados que preconizam o crescimento e desenvolvimento para poucos.

Nossa análise parte da crítica social que aporta os progressos "saudáveis" das cidades, afinal, a origem do Movimento Cidades Saudáveis, promove a (Saúde) como essência de vida, rompendo compreensões únicas de ausência de enfermidades. Trabalhar com esta perspectiva, possibilita um (re) começo para a forma e ocupação da vida urbana nos territórios já estabelecidos e nas futuras ocupações.

Pensar em cidade, antes de tudo é pensar em pessoas, a disposição do urbano deve prevalecer para o *encontro* social, suas práticas, culturas e anseios coletivos devem direcionar o caminho igualitário. O labirinto para organizar uma cidade passa por instrumentos legais como o “Estatuto das Cidades”, o “Plano Diretor”, as “Leis Federais e Municipais” são visíveis para a projeção das cidades, no entanto, sua

totalidade de contribuição está distante de promulgar o desenvolvimento "qualitativo" do urbano.

Nossa pesquisa relata as origens do movimento Municípios Saudáveis que apresenta cunho internacional, o legado e as conquistas já canalizadas pelo movimento concentram ramificações em prol da percepção das pessoas para com as cidades, sobretudo desvinculando o absolutismo estrutural do urbano e o promovendo para integração de elementos objetivos e subjetivos.

Ao debruçarmos nossa leitura frente à temática, tínhamos dois caminhos para percorrer, que se complementam naturalmente, o primeiro era detalhar a organização do espaço urbano com todos os seus equipamentos básicos (hospitais, escolas, centros culturais, rede de saneamento básico, dentro outros), descrevendo a condição da cidade frente às combinações estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O segundo caminho, adotado no presente trabalho, foi o de compreender os aspectos objetivos e subjetivos da dimensão humana no urbano, como sabemos, a matriz do movimento Municípios Saudáveis busca a qualidade de vida e que, como fenômeno humano, as particularidades são totalmente individuais, o que é qualidade para uma pessoa, pode não ser para outra.

Com este viés, percorremos os traços humanistas da cidade, compreendo as condições físicas presentes e descrevendo a potencialidade do objeto de estudo. Sabemos que para investigação qualitativa da temática, mais que uma análise estrutural se condensa nas relações do urbano *versus* pessoa.

Não foi por acaso a escolha da cidade de Sorriso (MT), precursora do desenvolvimento do agronegócio na fronteira agrícola do Brasil, inserida na "Amazônia Legal", o município trazer raízes culturais marcantes e apresenta sintonia com aspirações sociais, no entanto, sua gestão capitalista a deixa "cega" diante do papel democrático da cidade.

Esperamos que esta pesquisa contribua também em melhorias para outros ambientes, outras cidades e conseqüentemente um avanço social justo, equitativo e saudável do País. Nosso trabalho pretende ser um "guia" prático, e para isso, construímos fluxogramas que precisam ser lapidados e colocados em ação, lembrando que o ápice do presente trabalho é manter simplicidade na descrição dos processos de consolidação dos municípios saudáveis.

Acreditamos que "Menos é Mais", menos burocracia, menos estatal, menos interesse capitalista e, mais cidades das pessoas, para as pessoas, por pessoas. Nessa linha epistemológica, a cidade se materializa como um "Organismo Vivo", que está em constante movimento, alimentando suas teias e gerando valores pré-estabelecidos, por um planejamento de ordem comercial/estatal e ou, o planejamento em prol do movimento saudável para vida coletiva.

Todo discurso de pessoas envolvidas nesta pesquisa, será descrito em *itálico* para sua caracterização de subsídio externo e transparência do material, as obras literárias utilizadas na pesquisa apresentam versatilidade para o pensamento contemporâneo, acatamos leituras clássicas e principalmente atuais para estabelecer a consequência da nossa proposta de colocação.

O espírito individual deve ser eliminado, a condição coletiva deve brilhar em todos os postos de planejamento (Agentes Sociais, União, Estado, Município e Empresas). Quebrar o velho ditado (nossa cidade não tem planejamento, por isso estamos como estamos) e trazer conhecimentos sólidos para o progresso social (nossa cidade tinha um planejamento estatal que agora será transformado em planejamento humano, solidário e plural).

Não estamos descrevendo uma tese para ser deixada nas prateleiras das bibliotecas, tão pouco para servir apenas de suporte metodológico-teórico (papel fundamental de uma tese), e sim, nossa meta é transformar o pensamento holístico das

cidades, trazer as pessoas como palco do desenvolvimento e consolidação dos fluxos que se estabelecem. Nosso trabalho visa simplesmente reforçar o que de fato é uma cidade.

O presente trabalho pretende responder à seguinte questão: *A partir da perspectiva de Cidades Saudáveis, é possível estabelecer um plano de desenvolvimento urbano sustentável sob os moldes de normas e práticas que prescrevam e promovam o bem estar coletivo, além do equilíbrio do meio ambiente?*

Nosso foco de pesquisa é o município de Sorriso em Mato Grosso e, no caminho do seu desenvolvimento verifiquemos se ele está em conformidade a essas normas e práticas que promovam o bem-estar coletivo e ambiental, tornando-o uma “Cidade Saudável”.

A justificativa da presente pesquisa se manifesta diante dos municípios que precisam de auxílio para progredir, de modo equilibrado e, com a contenção do aumento de iniquidades em saúde. Seus habitantes, que estão conectados ao ciclo crescente de consumo e individualismo, promovem uma série de desafios ao pressuposto de qualidade de vida e de sustentabilidade.

A proposta conhecida como “Cidades Saudáveis” subsidia o presente trabalho que pretende contribuir para a promoção de saúde ao compartilhar os desafios de desenvolvimento urbano com a coletividade, ramificando um “novo” ritmo ambiental voltado para os trilhos de entrosamento – “Cidades Saudáveis” – apresentado no arrolar deste trabalho.

Como **objetivo geral**, buscamos mostrar a importância do projeto “Cidades Saudáveis” dentro do contexto consubstanciado de um plano de desenvolvimento urbano sustentável que corresponda às demandas de promoção da qualidade de vida e uso adequado do meio ambiente físico e natural da cidade de Sorriso (MT).

Quanto aos **objetivos específicos**, nossa pesquisa apresenta no Capítulo 1 identificar os princípios para a construção de “Cidades Saudáveis” da OMS e das experiências desenvolvidas em municípios da Rede Europeia de Cidades Saudáveis e em casos brasileiros, no segundo Capítulo apontar os fundamentos para construção de “Cidades Saudáveis” nas políticas públicas e na gestão (governança) do município de Sorriso (MT), no Capítulo 3, relacionar aspectos estruturais e da dinâmica que podem ser considerados como indicadores da OMS para uma “Cidade Saudável” e, por fim no quarto e último Capítulo elaborar um conjunto de propostas de políticas públicas e de governança para a construção de município saudável em Sorriso.

O questionamento frente à temática “Cidades Saudáveis” e a experiência empírica da gestão pública consolidada através do Plano Municipal de Saneamento Urbano e de Resíduos Sólidos fomenta a investigação deste trabalho, uma vez que todo avanço estrutural deve ser sinalizado por indagações do desenho urbano.

Além disso, a pesquisa necessita mostrar como o município de Sorriso atualmente se encontra após a divulgação do Relatório do Plano de Saneamento em 2015 e, quais as perspectivas delineadas pela gestão pública para promover o desenvolvimento urbano com sustentabilidade e garantias do bem-estar social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTE ESTUDO

Buscamos no levantamento bibliográfico, considerações teóricas necessárias diante dos pontos elencados e discutidos ao longo do texto. No que diz respeito à temática “Cidades/ Municípios Saudáveis”, nos aportamos em pesquisadores como Jan Gehl (2015), Ana Fani Carlos (2015), Rosilda Mendes (2000), Márcia Westphal (2000 e 2007), Augusto Mathias (2017) estes sendo os mais utilizados, porém, outros autores que também estudam tal tema são mencionados aqui.

Com relação aos estudos sobre a cidade de Sorriso (MT), buscamos nas fontes de Marisa Bittar (2009), Lúcia Corrêa (1999), Elisia Dias e Odila Bortoncello (2003), Acyr Vaz (2002), Nauk Jesus (2012) e Elisabeth Siqueira (2002) traçar um panorama histórico-social do desenvolvimento da cidade, desde a formação do estado de Mato Grosso até as conquistas atuais que o município tem recebido.

Também nos aportamos em autores como, Ronaldo Garcia (2015), Edilene Rocha (2009), Daniele Sacardo e Christinne Gonçalves (2007), Icléia Vargas (2006), Rivaldo Faria e Arleude Bortolozzi (2016), Milton Santos (2002) e Cláudia Prestes (2010), para abordar as questões necessárias sobre o território e suas relações com as políticas públicas para a saúde, caracterizadores básicos de uma “Cidade Saudável”.

Dessa maneira, ao construir a pesquisa, documentos oficiais de nível nacional e local foram utilizados para a elaboração do arcabouço teórico. “A adoção prévia de uma direção teórica, não impede que outras categorias teóricas sejam posteriormente acrescentadas, desde que estas não sejam incompatíveis com a posição anterior” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 158). Outro ponto importante foi o uso de alguns dos jornais veiculados na cidade de Sorriso, pois, estes foram elementos necessários para alinhar algumas nuances que surgiam com relação a dados e estatísticas sobre a cidade.

Com vistas ao desenvolvimento da pesquisa, utilizamos uma abordagem descritiva, porque se fez necessário observar na cidade de Sorriso, questões pertinentes para que a mesma pudesse ser caracterizada como uma “Cidade Saudável”. Essa observação se dá por meio da etnografia – característica básica do método qualitativo, pois

a participação do investigador como etnógrafo, envolve-o na vida própria da comunidade com todas suas coisas essenciais e acidentais. Mas sua ação é disciplinada, orientada por princípios e estratégias gerais. De todas as maneiras, sua atividade, sem dúvida alguma, está marcada por traços culturais peculiares, e sua interpretação e busca de significados da realidade

que investiga não pode fugir as suas próprias concepções do homem e do mundo (TRIVIÑOS, 1987, p. 121).

Constata-se que Sorriso realmente faz parte do rol de “Cidades Saudáveis” e de que maneiras os municípios trabalham para isso, só foi concretizado por meio da observação e do estudo dos documentos oficiais da cidade. A análise do Plano Municipal de Saneamento Urbano e de Resíduos Sólidos foi elemento imprescindível para isso, pois o município é bastante jovem, porém com um desenvolvimento econômico, social e cultural avançado se comparado a muitas outras cidades consideradas “centenárias” no estado de Mato Grosso.

Uma estratégia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi uma análise etnográfica do município, que ocorreu por meio de observações públicas dos espaços urbano e rural utilizando-se de conversas informais com os líderes das grandes indústrias instaladas na região, prevalecemos também da escuta sensível dos discursos dos moradores (construtores de uma Sorriso em amplo desenvolvimento) e das informações prestadas pelo prefeito e seus secretários de estado.

Além disso, observar de perto o urbano e rural do município, mostrou-nos o contraste existente entre campo e cidade, bem como propiciou-nos a delimitação de elementos básicos para que por meio de análise, pudéssemos analisar Sorriso.

Triviños (1987) apresenta-nos que essa prática acontece como um pressuposto ecológico-naturalista, onde na observação do ambiente fica estabelecido sua influência sobre os atores e junto a esses pressupostos, a pesquisa enquadra-se também em pressupostos fenomenológico-qualitativos, porque por meio da etnografia é que se constata e se interpreta todos os dados referentes ao objeto pesquisado e seus significados, no caso aqui, o município de Sorriso e sua classificação quanto a ser (ou não) uma “Cidade Saudável”.

Assim, ao escolher Sorriso como palco para o cerne da pesquisa, foi necessário elaborar alguns questionamentos que fundamentaram o problema da pesquisa e, isso,

de acordo com Triviños (1987, p. 123) permitiu que “as perguntas inicialmente formuladas possam ser enunciadas de outra maneira ou em parte totalmente substituídas, à luz dos resultados e evidências que o pesquisador está configurando”.

Tais perguntas foram sendo dissolvidas na medida em que as observações e as reflexões feitas por meio dos aportes teóricos foram dispostas para análise e formulação do texto que relata essa experiência.

Ao conversar com os munícipes, não utilizamos nenhuma formalidade e nem utilizamos em nosso texto quaisquer fonte de entrevista, pois ao sistematizar o enunciado dos moradores e autoridades sorrisienses na pesquisa, de certa forma, estaríamos determinando respostas pré-estabelecidas que possivelmente fosse nosso ensejo, pois, ao elaborar uma entrevista faríamos perguntas estruturadas de acordo com as necessidades de resposta para a construção deste texto.

Concretizamos duas imersões, atividades de campo em Sorriso, a primeira visita ocorreu no 2º Semestre de 2016, onde analisamos todos os pontos do município voltados para: Produção Agrícola, Indicadores de Qualidade de Vida com base na Organização Mundial da Saúde (OMS) e, rede de contatos dos diversos atores (secretários, vereadores, agentes comunitários, empresários e o prefeito). Já na retomada da análise, partimos para a segunda visita técnica no município no 2º Semestre de 2017.

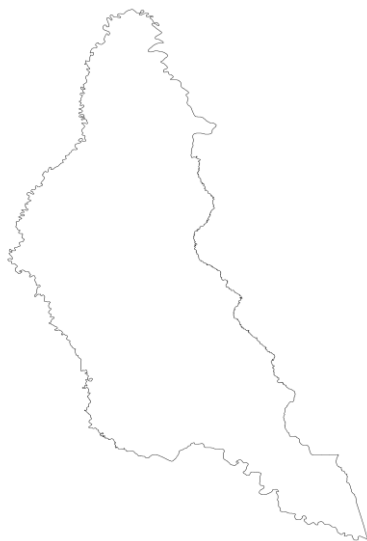
Neste momento, tivemos a participação do professor orientador Vitor Ribeiro Filho, realizamos uma varredura na cidade, buscando informações aquém das bases "formais" estabelecidas no primeiro momento da pesquisa, com esta energia, colhemos dados objetivos e subjetivos para o aparato de discussão que se apresenta a seguir no trabalho.

Dessa maneira, foi necessário desenvolver uma análise do conteúdo dito ao longo das conversas para que formulássemos nossa visão sobre a cidade, pois ao

compreender os contextos sociais, culturais e organizacionais do município marcados pelas vozes de seus construtores “fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação” (BAKHTIN, 1997, p. 277) que propicia ao etnógrafo uma visão ampla do tema a ser pesquisado.

Portanto, para Chizzotti (1991), a análise de conteúdo tem por objetivo compreender de maneira crítica o sentido das enunciações, do conteúdo ou latências de maneira explícitas ou implícitas e, em consonância com Bakhtin (1997), enxerga o conteúdo ou o texto (oral ou escrito) como dado primário de um modo mais geral, de qualquer pensamento filosófico-humanista, representante de uma realidade imediata (do pensamento e da emoção), capaz de gerar sentidos.

CAPÍTULO I – INDICADORES DE AVALIAÇÃO PARA CIDADES SAUDÁVEIS



Cidades Saudáveis é o nome que se dá a um projeto de desenvolvimento social, que tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro de atenções (**Márcia Faria Westphal**).

A intenção de trazer “Cidades/Municípios Saudáveis e Sustentáveis” para este capítulo retrata a versatilidade da temática abordada, pontuando que, a natureza do conceito “Cidade Saudável” surge fora do Brasil e, ao ser reproduzido no território brasileiro, o movimento “Cidades Saudáveis” é também considerado como Municípios Saudáveis, primeiramente por questões territoriais, pois como sabemos no Brasil, a escala de Município envolve a área urbana e rural compondo a configuração de desafios de ordem mista. Tomaremos como base as duas terminologias como resultante de um único conceito, já que estão subentendidos como par dialético, e estão disponíveis nas duas formas na literatura acadêmica.

1.1 - Considerações iniciais, percursos internacionais

O movimento Cidades Saudáveis atualmente tornou-se global, com redes distribuídas em seis regiões da *World Health Organization* (WHO), no Brasil Organização Mundial da Saúde (OMS) e a coordenação exercida pelo Gabinete Regional da (WHO) para a Europa. O escopo contempla a organização de ideias locais,

regionais e conexões com a coletividade, surgido na América do Norte (mais especificamente na cidade de Toronto no Canadá), o movimento ramificou-se consideravelmente na Europa e, em seguida nos Estados Unidos da América (EUA).

Tendo como meta categórica o lema "Saúde para Todos", o movimento ganha escala política, econômica com foco no indivíduo/saúde, fortalecendo os processos de melhoria constante no ambiente físico, envolvendo a comunidade dos quais os cidadãos encontram-se, procedendo a uma organização de diretrizes/ interesses públicos e, arranjo dos zeles apontados pela comunidade (DUHL, 1986).

As cidades precisam ser dinâmicas, apresentando suporte e agilidade no atendimento à população, sanando os imperativos estruturais e condições sociais emergentes, bem como preservar o direito de acesso a todos, por meio do progresso dos habitantes e organizações públicas, associando-se à envergadura do tempo/efetivação dos pressupostos das "Cidades Saudáveis". Podemos destacar que, "todo tempo, na natureza como na sociedade, parece ser específico a um determinado contexto: o tempo é local. Enfocando a estrutura social emergente" (CASTELLS, 1999, p. 523).

Sabemos que inúmeros projetos e condições embaladas pela tecnologia fortalecem incondicionalmente esta relação. Trazer em pauta conceitos e definições sobre saudável e sustentável, implica diretamente na concepção empírica de cada ser humano presente nesse espaço e tempo.

Lançaremos aqui uma provocação transitando pelos inúmeros fatos que se aportam neste cenário, em especial na vertente política. Uma vez que, tratar de quaisquer condições das cidades, antes de tudo é envolver — *pessoas* — ou, até mesmo desmistificar correntes tradicionais de ações públicas, compreendendo o ponto existente entre as relações na composição de uma "Cidade/Município" melhor para se viver, pautadas também nos princípios de justiça, democracia e liberdade.

Podemos destacar que "Cidade saudável, portanto, deve ser definida como uma política de governo, na qual deve se envolver o governo como um todo" (MENDES, 2000, p. 21). Podemos afirmar que "Cidade Saudável" é uma questão transversal, pois "é aquela que está continuamente criando e melhorando o ambiente físico e social, fortalecendo os recursos comunitários [...] seu potencial e melhorarem sua qualidade de vida" (MENDES, 2000, p. 19). Conectando-se a linha de pensamento vigente, sem a pretensão de "conceituar" este conhecimento, indicaremos a proposta mais debatida para a temática.

Qual o significado de "governo como um todo"? Aquele que tem por objetivo atender todas as demandas sociais, emergentes ou não e, conseqüentemente conduzindo o progresso da equidade. Podemos deixar aqui uma inquietação, diante da dimensão de caminhos para o entendimento de Cidades Saudáveis. Aprofundando nossa linha de raciocínio, novamente cabe ressaltar a modelagem dos parâmetros deste propósito. De fato, Mendes (2000) agrega a participação coletiva, independentemente da esfera de governo, sendo municipal, estadual e ou federal, avançando para periodicidade da melhoria dos recursos (saúde, moradia, cultura, educação, lazer e tecnologia).

Ainda de acordo com Mendes (2000) os primeiros debates surgem em Toronto, no Canadá, no ano de 1978, quando o governo formou um comitê para que fossem analisados quais eram os desafios de saúde pública daquele país, cuja compreensão naquela época convergia sob a perspectiva política e na área de saúde.

Como pilar do aparecimento da proposta Cidades Saudáveis, cabe ressaltar a Declaração de Alma-Ata em Setembro de 1978, força motriz do movimento e, um enorme berço global dos assuntos emergentes de todos os governos e da comunidade mundial, buscando promover saúde para todos os povos.

Na capital do Canadá Ottawa, as discussões "tiveram como parâmetros a Declaração de Alma-Ata para os Cuidados Primários em Saúde (1978) e debates posteriores realizados ao redor do mundo. O tema da conferência de Ottawa centrou-se na reconceituação de saúde" (MENDES, 2000, p. 12). Com esta definição, a busca por saúde ultrapassa formalmente o entendimento "comum" da terminologia, reconceituando os caminhos e ações traçadas, constituindo-se de inúmeros predicados sociais que, com esse levantamento elencamos um novo "rumo saudável" frente aos tributos da saúde.

O documento contempla mais que um arranjo de "boas práticas", trata-se de uma filosofia de novos princípios basilares das relações de saúde mundial, extrapolando a saúde como apenas ausência de "doença", alcançando o movimento da humanidade em sua forma de viver e ou, a "qualidade em que se vive".

A declaração aponta no seu item VII que:

VII) Os cuidados primários de saúde:

4 - Envolvem, além do setor saúde, todos os setores e aspectos correlatos do desenvolvimento nacional e comunitário, mormente a agricultura, a pecuária, a produção de alimentos, a indústria, a educação, a habitação, as obras públicas, as comunicações e outros setores (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978).

Tais sinais são peculiares porque causa o fomento da transformação nacional e comunitária, encontrando formas adequadas de expansão, logo, viabilizando ciclos produtivos, bem como processos de todas as categorias que moldam o local. Assim, a declaração de Alma-Ata entrega em sua totalidade, a corrente da participação coletiva em todos os processos de se viver.

Cabe ressaltar as possibilidades eminentes do referido documento naquele tempo frente à visão de futuro, ponderando o crescimento gradual das cidades e seus desafios cotidianos considerando as vertentes da saúde social, pois em seu propósito, verificamos que poderá:

atingir nível aceitável de saúde para todos os povos do mundo até o ano 2000 mediante o melhor e mais completo uso dos recursos mundiais, dos quais uma parte considerável é atualmente gasta em armamento e conflitos militares. Uma política legítima de independência, paz, distensão e desarmamento pode e deve liberar recursos adicionais, que podem ser destinados a fins pacíficos e, em particular, à aceleração do desenvolvimento social e econômico, do qual os cuidados primários de saúde, como parte essencial, devem receber sua parcela apropriada (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978).

Para desdobrar a finalidade da constituição do movimento “Cidades Saudáveis”, apresentamos o entendimento das pesquisadoras Corália Loureiro e Mirieme Ferreira que vivem a experiência do projeto há tempos, considerando sua região Seixal em Portugal. A contribuição do projeto percorre o acesso da "cidade para todos os cidadãos", incrementando valores fundamentais para se viver.

Torna-se notória a presença da cidade "inclusiva e sensível" preenchendo todas as lacunas da população, esta evidência conduz novos processos de gestão, baseando o bem estar e a qualidade de vida como indicadores que antecedem as tomadas de decisões públicas. Logo, percebe-se o apoio incondicional para "vida saudável e um meio ambiente físico que favoreça a saúde, a recreação, o bem-estar, a segurança, a interação social, a mobilidade, o orgulho e a identidade cultural" (LOUREIRO & FERREIRA, 2013, p. 73).

A percepção da "Rede", como um grupo de pessoas conectadas em um propósito de justiça e qualidade de vida, é um forte indicador do anseio dos trabalhos desenvolvidos na região, uma vez que sistemas complexos devem ser tratados por meio da mobilização social, das relações diversificadas que agregam a participação coletiva, da interação das pessoas como "fenômenos" ímpares que direcionam as trilhas da cidade, bem como seu verdadeiro interesse na configuração de uma visão holística.

Assim podemos enfatizar de acordo com Loureiro & Ferreira (2013, p. 66) que "[...] muito mais do que a ausência de doença, é também o bem-estar mental e social e a qualidade do ambiente que rodeia o indivíduo". A conotação do bem-estar mental e social torna-se o propulsor do movimento, que carrega como missão a coletividade de

serviços da ordem de saúde, educação, cultura, atividade física, gestão pública, interação social, justiça como dever, engajamento individual e coletivo.

Lima (2013) demonstra que “o primeiro estudo que foca o tema cidade saudável foi publicado por Ehlers e Steel, em 1950, e trata-se de um livro sobre saneamento municipal e rural” (LIMA, 2013, p. 18), concretizando assim, a contestação diante dos desafios daquele momento, fortalecendo o laço de novos “conceitos” articulados com o desenvolvimento urbano e social.

Torna-se notório citar que em 1876, o médico britânico Benjamin Richardson, desenhou um exemplo de configuração para as “Cidades Saudáveis”, descrevendo estruturalmente que uma cidade com 100.000 mil habitantes, vivendo em 20.000 casas, ocupando um espaço de 4.000 hectares de terra representando um modelo para cidades saudáveis.

No que afirma o autor:

The population of the city may be placed at 100,000, living in 20,000 houses, built on 4,000 acres of land, an average of 25 persons to an acre. This may be considered a large population for the space occupied, but, since the effect of density on vitality tells only determinately when it reaches a certain extreme degree, as in Liverpool and Glasgow, the estimate may be ventured (RICHARDSON, 2005, p.7).

Nesta direção, é válido mencionar os esforços já nos anos de 1876 para com a busca de cidades que contemplassem condições qualitativas para se viver, além disso, o ponto crucial voltava-se para a organização estrutural, que moldaria de acordo com o notável da época, a forma de viver, em tempos de transformações sociais.

A equidade e justiça para todos os cidadãos, com toda certeza é um dos grandes desafios dos dias atuais, pois novamente, a reformulação de políticas públicas que garantam harmonia entre as pessoas e distintos grupos sociais/ culturais, forja o repertório capaz de estimular o governo, conduzido pela sociedade civil a criar ou recriar estratégias de progresso para as cidades.

O empoderamento social converte possibilidades, uma vez que no decorrer das deliberações públicas, o cenário se transforma e o palco da motivação comunitária é associado com a verdadeira participação coletiva, desconstruindo ações unilaterais endossadas por representantes governamentais 'eleitos' pelo voto. A saúde produzida pelo grupo social, logo se torna eminente e, evolui de acordo com a associação de diferentes verticais: setores sociais, ações do Estado, mobilização coletiva, e como fator principal, por modos voluntários dos agentes sociais envolvidos.

Tendo como centro “a saúde e o bem-estar coletivo dos cidadãos”, assumimos o esboço primordial para a ideia de “Cidades Saudáveis”, pois o processo de promoção da saúde comunga em aproximar decisões assertivas para a qualidade de vida, ultrapassando intenções momentâneas e ou superficiais com essa ciência rotacional, tornando-se desse modo, o finco de consolidação das diretrizes qualitativas de uma Cidade Saudável (REDE PORTUGUESA DE CIDADES SAUDÁVEIS, 2013).

A apresentação do relatório no ano de 1974 "*A new perspective on the health of Canadians*" de Marc Lalonde, ministro da saúde canadense na época, retrata a preocupação com a responsabilidade de cada indivíduo em mudar suas atitudes para melhoria em qualidade de vida. O autor do relatório, propôs uma nova direção para a saúde, trazendo em pauta 4 elementos de base, sendo eles o meio ambiente, o estilo de vida, a biologia humana e a reorganização da atenção à saúde, noções até então pouco debatidas na configuração em prol do progresso social.

Com esta perspectiva, Lalonde identifica os quatro subsídios através de análise das causas de doença e morte no Canadá e, torna-se um ícone para base motriz do movimento “Cidades Saudáveis” esboçando um novo tempero para composição de saúde e investimentos que antecedem o estágio da manifestação das doenças.

Ainda de acordo com Lalonde (1974, p. 63), no item "*The Health Field Concept and Strategies for the Future*", podemos observar a estratégia de futuro, transcritas em,

The ideas proposed in this paper provide a universal framework for examining health problems and for suggesting courses of action needed for their solution. Because they are comprehensive, they have a unifying effect on all the participants in decisions which affect health, bringing together into one common front:

1. the health professions,
2. the health institutions,
3. the scientific community,
4. the educational system,
5. municipal governments,
6. provincial governments,
7. the federal government,
8. the business sector and trade unions,
9. the voluntary associations, and,
10. the Canadian people as individuals.

Com essas pontuações, Marc Lalonde abre caminhos para lideranças governamentais, promovendo os desafios Canadenses e, mais do que isso, agregando indicadores de conciliações sociais, que por construção coletiva transbordam posturas qualitativas do modo de viver. Podemos aqui mencionar que o salto crucial de Lalonde, reporta-se para a análise do campo da saúde multilateral, que ancorou aspectos locais para o avanço de intervenções sociais e governamentais.

O ponto de partida das ações do governo Canadense volta-se para manter um elevado nível de serviços à proteção da saúde, reduzindo os fatores de riscos que causam izados números de mortes. Lalonde menciona que "accordingly, it is the intention of the Government of Canada, first, to maintain at a high level the services and support provided through its present activities in health protection" (LALONDE, 1974, p. 65).

De imediato, a saúde é tratada sistemicamente. Políticas integradas envolvem a coleção das ações públicas, trazendo novos desafios de organização/ processos e direcionamento da conjunção social versus deliberações evidentes. No que tange o departamento social, as conexões entre os intérpretes igualitários, devem provocar de forma holística, o andar das esferas federais, estaduais e municipais, respeitando sempre a região, embalando assim posturas saudáveis de gerência.

A solidificação da “Cidade Saudável” agrega uma extensão territorial uniforme, alimentado toda comunidade com estruturas essenciais para se viver. O plano diretor subsidiado pelos indicadores de “Cidades Saudáveis” desempenha figura ímpar na estratégia de constituição dos elementos materiais/ imateriais, como por exemplo, a presença de hospitais e clínicas de cunho privado na região central, bem como hospitais e postos de saúde públicos fixados em localidades periféricas do município.

A presença dos elementos "básicos" para toda população, sem distinção, permite o encontro perdurável dos indicadores de saúde proferidos pela (OMS), nesta linha, a busca por integração e colaboração social, eleva a presença palpável das tomadas de decisões do poder público, desenrolando problemáticas pré-existentes em meros desafios simples de gestão, evoluindo de forma positiva as ações de justiça e igualdade.

A seguir, com base temporal, o quadro representa as fases do Movimento Cidades Saudáveis. Podemos observar o aumento do número de cidades que acatam o acondicionamento no decorrer do tempo, para com os desígnios norteadores do movimento.

Quadro 1: Períodos, objetivos e temas de cada fase do Movimento Cidades Saudáveis.

Fase	Período	Objetivo Geral	Principais temas	Nº cidades participantes	Avaliação
I	1987-1992	Introduzir novas formas de trabalho para a saúde nas cidades (Planejamento e Preparação).	*	35	-Potencialidade de atração de participantes; - Apoiada no nível da cidade por: forte apoio político, liderança eficaz, controle e participação da comunidade, orientação estratégica, recursos adequados e apropriados, cooperação entre setores e responsabilidade política e gerencial.

II	1993-1997	Enfatizar a política de saúde pública e de planejamento para a cidade saudável (formulação e implementação de "Saúde para Todos").	*	39	*
III	1998-2002	Equidade, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento social, com foco no planejamento integrado para o desenvolvimento da saúde.	-Perfil de Saúde -Plano de Desenvolvimento de Saúde - Planejamento Urbano Saudável	55	- Abordar a equidade em saúde a partir do planejamento para enfrentar determinantes como a pobreza.
IV	2003-2008	Desenvolvimento da saúde, com ênfase na equidade, abordando os determinantes da saúde, desenvolvimento sustentável e governança participativa e democrática.	- Envelhecimento Saudável - Planejamento Urbano Saudável - Avaliação do Impacto em Saúde	77	- Autoavaliações das cidades em relação ao projeto – cumprimento dos requisitos e abordagens.
V	2009-2013	Priorizar a saúde e a equidade na saúde em todas as políticas locais	- Meios Promotores de Apoio e Cuidados - Vida Saudável - Ambientes e Design Urbanos Saudáveis	90	- Considerou dados quantitativos – chave para alcançar cidades saudáveis – da Eurostat e OCDE e recolhidos através de questionários.
VI	2014-2018	Implementar a estratégia de Saúde Pública e o bem-estar a nível local até 2020.	- Papel dos governos e sociedades locais no desenvolvimento da saúde - Saúde em todas as políticas para enfrentar as consequências dos DSS.	100	*

Fonte: (ALVES, 2014).

Partindo da ciência de Fritjof Capra, que em sua obra “O Tao da Física”, aponta o mundo subatômico (relativo a cada um dos representantes dos átomos, prótons, nêutrons e elétrons). "A tendência das partículas a reagir ao confinamento através do

movimento implica uma "inquietaude" fundamental da matéria que é característica do mundo subatômico" (CAPRA, 1983, p. 150).

Uma análise aturada é materializada com este entendimento, pois, "nesse mundo, a maior parte das partículas materiais se acham ligadas às estruturas moleculares, atômicas e nucleares, por essa razão, não se encontram em repouso, mas apresentam uma tendência inerente ao movimento, ou seja, são intrinsecamente "inquietaas"" (CAPRA, 1983, p. 150).

É preciso conectar-se com o movimento, embalado pela "inquietaude", sim!

O reconhecimento dos desafios sociais e, os descimentos da vulnerabilidade devem estabelecer a fluidez das políticas públicas, administrando o município com governança nova — saudável e, mais que isso, simplesmente, "igual". Com esta consideração, avançamos para o ponto de melhoria de um povo, mesmo que local e consideramos o fluxo “Cidades Saudáveis” como consistente na busca incansável da promoção de saúde.

Logo o que se percebe é o encontro do cidadão intersetorial com o município, assim Lima (2013, p. 277) aclara que na "[...] complexidade dos problemas urbanos, uma gestão urbana democrática, preocupada com qualidade de vida dos cidadãos deve estar baseada em um projeto de governança que inclua estratégias de ação intra e intersetorial”.

Indo além, não podemos deixar de mencionar a "utopia" existente nesse viés, contudo, o caminhar do projeto “Cidades Saudáveis” coloca em pauta a direção para seguirmos, sabendo-se que o "jogo" de interesses dentro de repartições públicas é enorme e, este não é o único desafio, pois a "incompetência" administrativa extrapola os limites dos muros de qualquer departamento público ou privado, assim mais que uma proposta de mudança, o movimento “Cidades Saudáveis” pode ser considerado uma enorme "utopia".

Vivemos no Brasil para todos? De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), não. Em sua recente pesquisa divulgada em Dezembro de 2017, o Instituto apontou que (3/4) da população urbana não têm boas condições de vida, a maioria das cidades brasileiras não tem um percentual significativo de pessoas vivendo em boas condições, (30,9%) das populações urbanas têm condições medianas (fazem parte da categoria E). Entre aqueles que têm as piores condições (de G a K), os maiores percentuais estão nas regiões Nordeste (59,9%) e Norte (56,3%) (IBGE, 2017).

Sinônimos como "competência e performance" não são levados em crivo em "várias indicações" de representantes públicos, mais uma vez, o povo acaba por ficar refém dos interferes "desmazelados" "frágeis" e, com toda certeza "corruptíveis" da máquina pública. Não queremos apontar culpados, tampouco realizar pré-conclusões como sabemos. Salvo "alguns" municípios que apresentam legitimidade em seus trabalhos, os demais estão utopicamente raciocinando distante da realidade saudável.

A seleção via voto, precisa ser revisada. Felizmente o voto é democrático e secreto e, infelizmente temos inúmeros "artistas de palco" que abrolham no cenário público, como por exemplo, podemos observar o "prefeito" de uma das maiores capitais do Brasil hoje, que utiliza os afazeres de gestão pública para manifestar vontades excludentes do município, almejando claramente o salto para "postos" maiores.

Validando nosso pensamento, novamente apresentamos as considerações de Lima (2013, p. 277) com relação a, "[...] operacionalização dos conceitos de justiça social, de sistemas de produção sustentáveis, de redução de consumo, de acesso universal aos sistemas de atenção à saúde", elementos básicos para gestão evoluir qualitativamente, invadindo de vez o universo do cidadão, *acesso universal* que se torna o auge do resultado.

Ainda nessa perspectiva, vale lembrar-se dos hábitos culturais de cada município que podem concretizar resistências pontuais para criação de mudanças no modo de viver, conseqüentemente, as diretrizes e processos saudáveis em busca da promoção da saúde, sobressaem os "preconceitos" tempestivos. Podemos citar, como modelo, o uso de automóveis compartilhados, busca por alimentos saudáveis, qualidade de vida com ações qualitativas e gestão pública transparente.

A utopia — lugar que não existe, favorece novas ações sem precedentes à saúde como proposta de vida e, não mais como ausência de doenças, com isso, o andar de novos projetos em consideração aos desafios organizacionais, garantem a constituição dos anseios de uma “Cidade Saudável”, conforme podemos mencionar a seguir:

Realmente, tudo isso é utópico, mas sem nenhum demérito, nos ajuda a caminhar na direção do melhor, da saúde para todos e da cidade saudável. A construção teórica também é assim. Estamos caminhando, compreendemos mais um pouco a cada dia, sem parar de caminhar, porque ainda não chegamos à utopia, ao "lugar que não existe" (LIMA, 2013, p. 277).

Considerando a contribuição teorizada por Márcia Westphal, "Cidades Saudáveis é o nome que se dá a um projeto de desenvolvimento social, que tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro de atenções. É também um movimento de luta por um estilo de desenvolvimento sustentável" (WESTPHAL, 2000, p. 42). Com esta percepção, cabe ressaltar que o vigor do movimento *envolve essencialmente políticas públicas adequadas à saúde*.

Entendemos que os conceitos designados frente às propostas de “Cidades Saudáveis”, conectam com os princípios de Cidades Sustentáveis, pois compreendemos que ambos os conceitos são pares, partindo do encontro de um bem comum: o "equilíbrio ambiental *versus* gestão pública em prol da saúde". Este choque sintoniza mais que uma busca constante por equidade que, no decorrer de nosso trabalho discutiremos aguçadamente a intersectorialidade que por sua vez, rodeia as ações do movimento “Cidades Saudáveis”.

Vale destacar que "O conceito de cidade sustentável reconhece que a cidade precisa atender aos escopos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como os objetivos econômicos e físicos de seus cidadãos" (LEITE, 2012, p. 135). Podemos creditar que ambos "conceitos" (Cidades Saudáveis e Sustentáveis) possuem o viés em torno do cidadão, atribuindo não apenas condições ambientais e físicas, mas também, customizando as práticas qualitativas de todo organograma municipal.

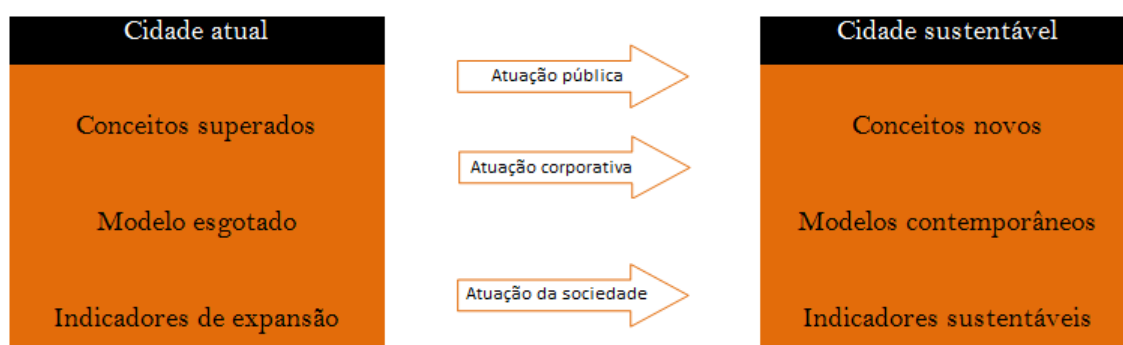
Com novos moldes de funcionamento, a eficiência nas amostras de desenvolvimento urbano melhora o uso das infraestruturas urbanas, correspondendo com a evolução das cidades, organizando não apenas espaços físicos e promovendo novos modos de se viver, comportam um planejamento urbano direcionando o uso misto do solo, fortalecendo funções urbanas (habitação, comércio e serviços) (LEITE, 2012).

Assim, podemos afirmar que a eficiência das cidades deve fomentar conexões entre ambientes físicos e sociais, resguardados por políticas públicas integradas, destacando como um desafio comum à mobilidade urbana, que por sua vez tem a função de conectar núcleos espessos em rede. O desenho urbano precisa contemplar mais que um trajeto de veículos e atrelar todo metabolismo rotineiro da cidade, convidando caminhada, ciclismo, atividades sociais, ações culturais em ambientes comuns e, promovendo o uso de espaços urbanos.

Nesta perspectiva, a população percebe que possui condições para frequentar a cidade, deixando de 'passar' pela cidade e, objetivando o uso comum dos recursos disponíveis. Com esses sinais de melhoria constante, a cidade deixa de ser um local "dormitório", acatando sensações e ações populares "[...] bem como uma melhor sensação de segurança pública, uma vez que se estabelece melhor o senso de comunidade - proximidade, usos mistos, calçadas e espaços de uso coletivo vivos - que induz à diversidade socioterritorial" (LEITE, 2012, p. 136).

O quadro a seguir, demonstra a transição da cidade atual para cidade sustentável, ancorando enfoques da atuação pública, corporativa e dos agentes sociais, com esta desenvoltura, as cidades possuem poder suficiente para conquistar harmonia para os gargalos socioambientais.

Figura 1: Cidade atual - Cidade sustentável



Fonte: (LEITE, 2012, 138)

No argumento de melhoria das cidades, os propósitos de Cidade Sustentável concebe o desenvolvimento urbano na perspectiva de sustentabilidade urbana, direcionando a forma apropriada 'sustentável' do consumo de recursos bem como a sua estruturação funcional, a seguir, a *Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis Movimento Nossa São Paulo* desenvolveu a *Plataforma Cidades Sustentáveis*, onde apresentamos o desdobramento das matrizes que formam este entrosamento:

- Governança,
- Bens Naturais Comuns,
- Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz,
- Gestão Local para Sustentabilidade,
- Planejamento e Desenho Urbano,
- Cultura para Sustentabilidade,
- Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida,

- Economia Local, Dinâmica e Sustentável,
- Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida,
- Melhor Mobilidade, Menos Tráfego,
- Ação Local para a Saúde,
- Do Local para o Global.

De acordo com os indicadores, observamos que a perspectiva deste tema envolve não apenas fenômenos físicos, pois a governança de uma região agrega condições evidentes para esse modelo de desenvolvimento – que está acendendo, o modo de produção e consumo são alguns elementos chaves para consolidação do processo.

Ainda trazendo a diretriz de governança para proposta, vale destacar que o principal objetivo deste arranjo, deve ser o de "fortalecer os processos de decisão com instrumentos de democracia participativa" (REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO, 2010). A organização política perpassa por diferentes tempos e, a soberania de uma nação deve ser organizada para que as ações coletivas firmem o progresso social.

Felizmente o acesso à informação (digital) está rompendo fronteiras políticas, entregando não apenas o acervo de conteúdo. Por natureza voraz, a internet consegue imprimir críticas construtivas, podemos mencionar como termômetro os movimentos sociais contra corrupção, que foram planejados/organizados no mundo digital.

"Pensar em governança neste século é dar espaço para um novo ator: a sociedade civil, principalmente a sociedade civil organizada" (REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO, 2010, p. 14). Podemos destacar aqui, o envolvimento da comunidade quer seja local, regional, nacional ou mundial, a presença da democracia na

tomada de decisões está fortemente ligada aos objetivos deste novo momento de planejar as estruturas públicas, "agradando" ou "comprometendo" não mais as capitalizações públicas para oligarquias, que, sempre buscam se apoderar do Estado.

A — *Res Publica* — (coisa do povo ou coisa pública), essência maior e fundamental para o encontro da sociedade com todos os aparatos públicos, mecanismo de associação e empoderamento social, deve designar uma gestão coletiva, recuperando o verdadeiro papel social da política pública.

1.2 – Municípios Saudáveis em âmbito Nacional

Jundiaí esteve entre as primeiras cidades brasileiras a conhecer a experiência canadense e avaliar a possibilidade de implantar o projeto na cidade. O contato com o Dr. Lee, de acordo com o coordenador do projeto na cidade até 1996, foi bastante casual. Estando em ano sabático, o Dr. Jack Lee, entusiasta do projeto *Cidades Saudáveis*, escolheu o Brasil para passar seis meses e quis aproveitar sua permanência no país para estreitar relações com alguns técnicos de cidades brasileiras, que poderiam ajudar na divulgação de propostas nessa perspectiva. Um desses técnicos, assessor da prefeitura de Jundiaí, na área de políticas públicas da Coordenadoria do Planejamento, foi um dos contactados, no ano de 1993, assim como outros técnicos da cidade de Diadema, Santos e São Vicente no Estado de São Paulo. Desde então, uma série de correspondências foram trocadas e algumas atividades começaram a ser desenvolvidas (Rosilda Mendes, 2000).

No Brasil, os primeiros ensaios frente à temática (Municípios Saudáveis) surgem com os novos entendimentos frente ao modelo médico-assistencial, concomitantemente, o desenvolvimento das perspectivas de medicina preventiva e social e a leitura dos projetos em prol da medicina comunitária, partem anseios para adoção de uma reforma sanitária que por sua vez, carrega mudanças na concepção de saúde.

No arrolar dos anos de 1976 e 1980, o país promove transformações notórias na saúde, alimentadas por "grupos de intelectuais localizados em espaços acadêmicos e institucionais, articulados com os partidos políticos de esquerda, além de serem criadas importantes instituições, inicialmente no âmbito acadêmico" (ALVES, 2016, p. 115).

Podemos destacar a criação do Centro Brasileiro de estudos em Saúde (CEBES), que preza pela democratização da sociedade e defesa dos direitos sociais, com destaque para a universalização da saúde. Constituído por pesquisadores, professores, lideranças e profissionais de várias áreas que buscam o movimento de reforma sanitária brasileira, o (CEBES) impulsiona pensamentos críticos para prática e orientação das políticas públicas.

No mesmo período, surge a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), que proporcionou arranjos epistemológicos de suma importância, agregando objetivos como projetos, oficinas, seminários, congressos e a participação em vários conselhos, desdobrando a construção de conhecimento especializado para os novos desafios diante das mudanças que se apresentavam.

Um marco na história das Conferências em Saúde Pública brasileira atribui-se a VIII Conferência Nacional de Saúde realizada em 1986, que prospectou a base da construção do capítulo sobre saúde na Constituição Federal de 1988, embalando as definições de saúde como resultado de qualidade de vida, assim, validando a habitação, a educação, o emprego, a mobilidade urbana e, outros componentes em prol da consolidação de saúde pública.

Diante da realidade brasileira, o apoio para consolidar e executar o movimento Cidades Saudáveis ainda é frágil, não apresentando ensaios e fluxos permanentes como na Europa, e outros países da América Latina. Segundo Rosilda Mendes — pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação — CEPEDOC *Cidades Saudáveis*, é importante considerar que "o Brasil não possui um órgão ou instituição que aglutine essas experiências e promova incentivo à implementação de outras" (MENDES, 2000, p. 66).

Para a autora, mesmo sem o incentivo recorrente de diretrizes formativas para consolidação de Cidades Saudáveis, o Brasil avança com a entrega de projetos e premissas que fortalecem os governos locais, já nos anos 2000, nota-se o trabalho realizado em vários estados, como por exemplo: — **Estado de São Paulo:** Vargem Grande Paulista, Diadema, Campinas, Jundiaí, Santos. — **Estado do Paraná:** Céu Azul, Curitiba. — **Estado de Alagoas:** Flexeiras, Maceió. — **Estado de Minas Gerais:** São José do Goiabal.

Cabe ressaltar as considerações de Marco Prates e Amanda Previdelli, observando os indicadores da Organização das Nações Unidas, na matéria realizada para exame (2014) "*As 50 melhores cidades do Brasil para viver, segundo a ONU*", que demonstra o potencial da cidade de São Caetano do Sul (SP), que vem ganhando destaque nacional, liderando indicadores de desenvolvimento humano.

No mesmo informativo, os autores declaram "as cidades a seguir, concorde-se ou discorde-se, são o que o Brasil tem de melhor nas áreas de educação, renda e expectativa de vida, segundo a ONU" (PRATES & PREVIDELLI, 2014, p. s/p). Assim, os elementos que constituem a designação de uma cidade "saudável", aportam diversos segmentos impalpáveis e de ordem subjetiva.

Vale lembrar que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), não mede a qualidade de vida, pois, como já descrito anteriormente, esta condição representa inúmeros aspectos/culturas oriundos de cada região. No entanto, uma cidade com alto (IDHM) com toda certeza possui diferenciais que agregam os elementos de uma cidade saudável, assim, o levantamento da (ONU) que é realizado a cada 10 anos tendo como referência o (IBGE), confere os rumos de um progresso social vindouro (PRATES & PREVIDELLI, 2014).

Figura 2: IDHM no Brasil**Cidades com o melhor IDHM do país**

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal igual a 0,8 ou acima é considerado 'muito alto'

SP	SÃO CAETANO DO SUL	0,862
SP	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	0,854
SC	FLORIANÓPOLIS	0,847
ES	VITÓRIA	0,845
SC	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0,845
SP	SANTOS	0,840
RJ	NITERÓI	0,837
SC	JOAÇABA	0,827
DF	BRASÍLIA	0,824
PR	CURITIBA	0,823
SP	JUNDIAÍ	0,822
SP	VALINHOS	0,819
SP	VINHEDO	0,817
SP	ARARAQUARA	0,815
SP	SANTO ANDRÉ	0,815
SP	SANTANA DE PARNAÍBA	0,814
MG	NOVA LIMA	0,813
SP	ILHA SOLTEIRA	0,812
SP	AMERICANA	0,811
MG	BELO HORIZONTE	0,810
SC	JOINVILLE	0,809
SC	SÃO JOSÉ	0,809
PR	MARINGÁ	0,808
SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0,807
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	0,806
SC	BLUMENAU	0,806
SC	RIO FORTUNA	0,806
SP	ASSIS	0,805
SP	CAMPINAS	0,805
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0,805
SP	SÃO CARLOS	0,805
SP	SÃO PAULO	0,805
RS	PORTO ALEGRE	0,805

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) apud (ACAYABA & OLIVEIRA, 2013).

A presente figura representa o índice de (IDHM) com relação ao território nacional, cujo conceito será desdobrado no capítulo III desta tese. Nota-se claramente a diferença "qualitativa" de uma cidade para outra, convém considerar que as lacunas sociais brasileiras ainda calham às regiões "menos" favorecidas do País. "Entre os 50 municípios com pior IDHM no Brasil, todos estão localizados nas regiões Norte e do Nordeste" (ACAYABA & OLIVEIRA, 2013, p. s/p).

Não poderíamos deixar de mencionar a Carta de Fortaleza, germinada no ano de 1995, uma declaração coletiva, impulsionada por secretários municipais de saúde em busca de diálogos transversais e, "quando ao final, elaborou-se uma carta de intenções - a Carta de Fortaleza. Os governos locais, municipais, foram designados como responsáveis pela geração de qualidade de vida para os povos das Américas" (MOREIRA, 2016, p. 93).

A carta contribuiu significativamente com as diretrizes participativas em busca da promoção de saúde para população por meio de novas estratégias, proporcionando um enorme avanço social a relevância e notoriedade de qualidade de vida, canalizando sua centralidade no cidadão. Aliás, o papel do município em integralizar a participação da comunidade por meio de experiências canadenses criativas e, adoção da filosofia do conceito de Cidades Saudáveis, torna-se transitável (CARTA DE FORTALEZA, 1995).

Mendes (2000, p. 68) destaca que, "O I Congresso de Secretários Municipais de Saúde das Américas, ocorrido em 1995, e sua respectiva Carta de Fortaleza, promoveram uma reflexão sobre as possibilidades da adoção da filosofia de Cidades Saudáveis" um marco para evolução nacional diante das perspectivas e a inserção de novos pensamentos/ações frente aos desafios de consolidação do movimento Cidades Saudáveis.

Nesse cunho epistemológico, é eminente apontar o trabalho realizado pela pesquisadora Rosilda Mendes analisando a criação e inserção do projeto Cidades Saudáveis no Brasil, uma consideração pertinente é "por que as cidades decidiram aderir ao movimento por Cidades Saudáveis"?

De acordo com os depoimentos pode-se considerar que tem havido duas principais motivações para que uma gestão municipal se aproxime deste movimento. Uma delas é a cidade, de certa forma, já ter assumido como prioridade o desenvolvimento de políticas públicas integradas, ter se disposto a desenvolver diversas iniciativas intersetoriais e ter promovido e

incentivado a participação da população. Outra motivação tem relação com a busca de outras formas de gestão municipal, que não as compartimentadas e setorializadas, e que respondam à saúde como qualidade de vida. Como se percebe, essas duas questões não se excluem, estão intimamente relacionadas e assentam-se, sobretudo, na redefinição de uma política de gestão local coordenada, que articule as instâncias governamentais com as da sociedade civil (MENDES, 2000, p. 72).

Podemos destacar como representação do movimento Cidade Saudável, as cidades de Curitiba e Fortaleza, que despontam suas linhas de gestão em descentralização e intersectorialidade, fortalecendo projetos voltados para qualidade de vida. A autonomia da cidade provoca uma obstinação tremenda diante dos aspectos formais estabelecidos por leis, resoluções e ou decretos. Curitiba desenvolve numerosos projetos com o apoio de instituições públicas e privadas, "projetos nesta perspectiva, como o Cidadão Saudável, e um projeto de definição de indicadores de qualidade de vida, que tem por base os estudos desenvolvidos pelos projetos Cidades Saudáveis da Europa" (MENDES, 2000, p. 95).

O mapeamento das primeiras atividades brasileiras em prol do movimento Cidades Saudáveis buscou interligar as atividades que já estavam sendo desenvolvidas nas cidades e que apresentavam sinais frente ao sentido de ser saudável. A realização de um seminário envolvendo distintos atores sociais e representantes públicos retrata a organização de Jundiaí para compreender as experiências do Canadá e, adaptar localmente os princípios do movimento.

Uma cidade saudável proporciona a melhoria constante em seu ambiente físico e social, esse discurso, embala os debates e o progresso social, como planta fundamental da vivência que as cidades devem proporcionar a todos os cidadãos. Finalmente, a identidade multicultural, pode apoiar a ação intersectorial e a relevância da participação social construindo pluralmente à cidade.

1.3 - Políticas Públicas, Fomento para Qualidade de Vida

Os movimentos sociais emergentes — tanto no campo como nas cidades — estão abrindo um novo espaço político, onde se plasman as identidades étnicas e as condições ecológicas, para o desenvolvimento sustentável dos povos que habitam o planeta, e da humanidade em seu conjunto (**Enrique Leff**)

Trazer este tópico para o debate conota a qualidade de vida da população, uma vez que as organizações ambientais urbanas são materializadas por políticas públicas. Nesse sentido cabe destacar o papel deste instrumento coletivo e, constituir sua funcionalidade nos moldes sociais.

Assim, é importante destacar que políticas públicas compõem (educação, saúde, segurança, mobilidade, meio ambiente, agricultura familiar, habitação entre outros), logo, as condições ambientais podem ser conduzidas para o bem-estar da sociedade, construindo vetores igualitários de acesso para todas as pessoas.

O sistema de metas e planos do governo federal perpassa por políticas públicas, que estão conectadas nos entes (união, estado e município), logo, a descrição dos processos de ações do governo, devem priorizar a qualidade de vida do povo, atuando diretamente nas necessidades apontadas pela sociedade de maneira geral, no entanto, alguns elementos podem ficar sem suporte.

Neste caso, é de suma importância à manifestação da sociedade civil organizada, que por sua vez, contribui com os anseios reais da população, evidenciando desafios que até então não foram contemplados, a proximidade desse grupo com o poder público, engrandece as relações de gestão e fortalecem o percurso de tomada de decisões.

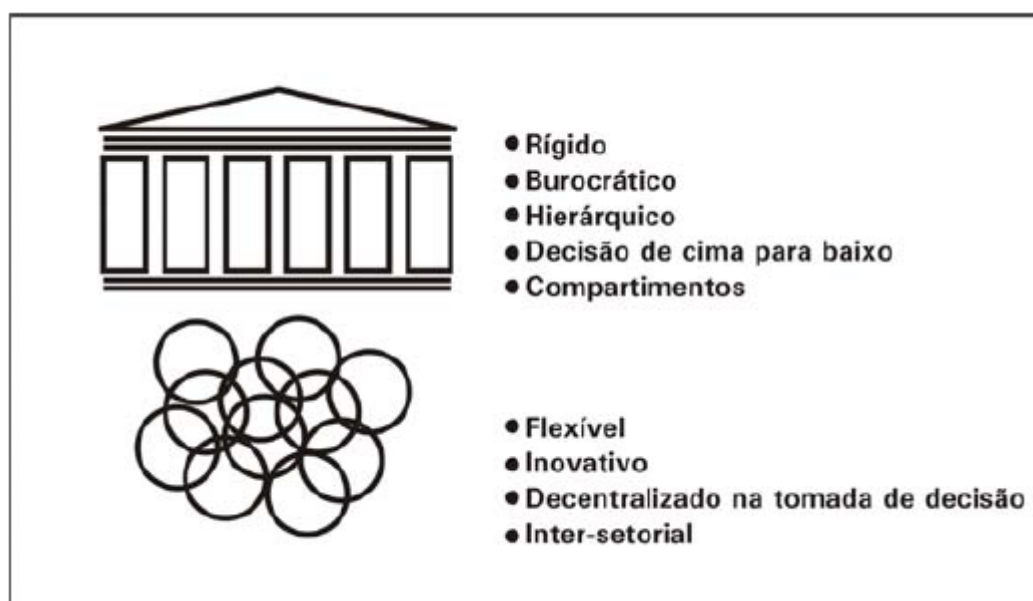
Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

As políticas públicas podem apresentar um viés político, onde a maioria das decisões envolve a resolução de conflitos e ou interesses pontuais e, também um viés administrativo, pois são essenciais para a confecção de estruturas para a constituição das cidades. Vale destacar que, as políticas públicas são embaladas por políticas de estado — que independem de quem está no governo e, são amparadas pela constituição federal, e, as políticas de governo estão conectadas aos objetivos da gestão que vigoram no período.

Avançando com o desenvolvimento de políticas públicas, na busca de considerar os acontecimentos regionais, as estratégias de políticas públicas saudáveis podem ser construídas e lapidadas, arquitetando ações para condições sociais, econômicas e ambientais, abordando desafios complexos e multifacetados (MATHIAS, 2004).

Considerando a dimensão "público saudável" envolvida na configuração de gestão, vale ressaltar segundo Mathias (2004, p. 80) que esta perspectiva atinge o trabalho de "[...] um processo e não um resultado. É um processo que leva aos resultados de uma cidade saudável". Entendemos aqui, que o "processo" caracteriza e agrega periodicidade constante, para com ações sociais em torno dos objetivos saudáveis. "O desenvolvimento de uma política pública saudável requer a participação da comunidade desde o início, integração entre equidade social, meio-ambiente e economia, propriedade através de parcerias" (MATHIAS. 2004, p. 80).

Este caminho de "processos" permite novos arranjos sociais, estabelecendo propostas de governança cívica, unindo de forma direta diferentes atores sociais na tomada de decisão, pois o molde é flexível, acessível e intersetorial, podemos observar a figura 3:

Figura 3: Mudança na Governança Cívica

Fonte: (MATHIAS, 2004, p. 81).

A iniciativa bem como a promoção de políticas públicas saudáveis é de responsabilidade essencial do movimento “Cidades Saudáveis” que, acata e indica elementos como promover e aperfeiçoar outros no processo, facilitar o crescimento das principais iniciativas, auxiliar os outros na integração de assuntos, desenvolver ferramentas e sistemas de verificação, desenvolver oportunidades para a participação da comunidade dentro das iniciativas existentes, desenvolver critérios de identificação das comunidades, auxiliar a comunidade a participar nas discussões, promover o modelo de Cidade Saudável através dos órgãos municipais e dos setores da comunidade (MATHIAS, 2004).

A promoção de saúde requer projetos dinâmicos, modelos inovadores de gestão pública. Sabemos que a participação da comunidade local tem grande efeito nas ponderações de saúde nas cidades. As empresas e os diversos atores sociais, locais e organizações não governamentais e o governo municipal devem trabalhar em pares, suturando os enredos fundamentais de cada componente público.

No mesmo caminho, a cultura saudável deve ser alimentada, trazendo para todos os cidadãos ações que contribuam ativamente para o desenvolvimento da comunidade. Os servidores públicos devem possuir sensibilidade para com as dificuldades do entorno urbano, bem como ruas bem pavimentadas, mobilidade de tráfego, destinação dos resíduos citadinos, habitação, lazer, dentre vários elementos que permeiam no funcionamento das cidades.

Podemos afirmar que a qualidade de vida está associada a um plano de governo eficaz, que deve ser claro, objetivo e com suporte dos agentes sociais, apoiando todos os ambientes que constituem o espaço urbano. A gestão municipal prevalece na resolução das dificuldades rotineiras dos cidadãos, promovendo mudanças positivas rapidamente, de acordo com as sazonalidades indicadas por vários grupos sociais.

A busca por soluções para os desafios vinculados a equidade e desenvolvimento social, depende de instrumentos e de periodicidade do levantamento da qualidade de vida da população para identificar objetivos explícitos, estes por sua vez, desdobrados em ações sociais qualitativas de modo que o resultado seja a melhoria do bem-estar de toda população, sabendo-se que as estruturas governamentais locais possuem mais eficiência/agilidade para sanar insumos pontuais do domínio municipal.

As propostas coincidentes do movimento “Cidades Saudáveis” devem promover ocasiões de encontro entre os representantes de secretarias e demais órgãos da prefeitura, fomentando também a participação de agentes sociais e de outras instituições públicas e privadas. Tais propostas serão organizadas e viabilizadas por meio de elaboração de projetos que agreguem o desenvolvimento socioeconômico, levando em consideração os aspectos do município, como por exemplo, sua identidade multicultural e suas características climáticas e econômicas.

A interdependência de setores sociais (educação, saúde, saneamento básico, mobilidade, infraestrutura, lazer), precisa ser solidificada com a presença da

participação social local, sua transformação e aceitação são reflexos de políticas públicas transparentes. O poder público, mais precisamente a prefeitura, desempenha papel crucial neste movimento, pois sua postura ativa pode proporcionar um traçado de diálogos constantes com a população construindo laços de pertencimento da comunidade com o município e, o reflexo desta ação reproduz uma dinâmica intersetorial, pois “ao se democratizar a decisão e a gestão da cidade, está-se construindo uma nova forma de governar a cidade” (ADRIANO et al., 2000, p. 55).

O objeto de estudo do presente trabalho é o município de Sorriso (MT), no qual identificamos que o plano diretor de desenvolvimento urbano, nos termos que dispõe o artigo 182, parágrafo primeiro da Constituição Federal, como resultado à Lei Complementar nº 35, de 21 de Dezembro de 2005, em seu art. 25, propõe uma política pública de saúde voltada para a dinâmica intersetorial no atendimento à população, conforme podemos observar em suas diretrizes:

São diretrizes na área da Saúde:

[...] III - a aplicação de abordagem intersetorial, dos serviços de saúde, no entendimento do processo de saúde-doença e nas intervenções que visem à proteção, à promoção e à reparação da saúde;

IV - a modificação do quadro epidemiológico, em especial, da dengue, da tuberculose e da hanseníase, reduzindo os principais agravos, danos e riscos à saúde;

V - a ampliação da rede física de atendimento, adequando-a as necessidades da população;

VI - a implantação da Vigilância à Saúde no Município de Sorriso, incorporando a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador;

VII - a implementação das ações do conselho municipal de saúde, garantindo a participação da população nas deliberações, na formulação e execução das políticas públicas da saúde no Município;

IX - a implantação da gestão plena municipal do sistema de saúde;
[...] (SORRISO, 2005).

Nesta perspectiva de trabalho no ano de 2014, fortalecendo os propósitos administrativos, a prefeitura de Sorriso realizou a criação de um Plano de Saneamento

e um Plano de Gestão Integrada, tendo como ponto de sustentação o artigo 19 da Lei Federal nº 11.445/2007.

Como meta, o aperfeiçoamento dos trabalhos de gestão municipal, fortalecendo a criação de projetos que podem orientar as necessidades para o desenvolvimento da qualidade de vida da população e, conseqüentemente às circunstâncias ligadas às categorias ambientais bem como a prestação de serviços de saneamento básico e tratamento dos resíduos sólidos.

Nesse sentido, a Lei Complementar nº 035/2005 que Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Sorriso, nos termos que dispõe o artigo 182, parágrafo primeiro, da constituição federal, agrega os elementos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O Plano de Saneamento Básico de Sorriso prioriza a eficiência do trato à saúde pública, a preservação do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais, contribuindo para sanar as injustiças sociais que impulsionam as iniquidades da saúde, já que as atividades da gestão administrativa, no seu plano de governo acatam diretrizes estabelecidas pelo Ministério das Cidades.

Ainda de acordo com a Lei Complementar nº 035/2005, podemos descrever o seu Art. 4º que considera eixos de produção e desenvolvimento dos recursos naturais e humanos:

Art. 4º - O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano abrange a totalidade do território do Município, definindo:

I - as diretrizes para as políticas públicas nas áreas de:

- a) desenvolvimento econômico;
- b) desenvolvimento humano e qualidade de vida;
- c) desenvolvimento urbano e rural;
- d) meio ambiente (SORRISO, 2005).

Um destaque para o capítulo (II) desta mesma Lei que indica os anseios das políticas públicas de governo, para com o Desenvolvimento Humano e Qualidade de

Vida sendo que o Art. 11 aproxima-se aos objetivos do projeto "Município Saudável". Trataremos aqui, não apenas questões objetivas das cidades, pois compreendemos que a associação e periodicidade dos enredos estabelecidos pelo movimento saudável devem ser fomentadas por políticas públicas, no entanto, não existe uma receita única e macro para acatar as intenções do movimento meramente estabelecidas em Leis.

Entendemos que, as contribuições subjetivas fazem toda diferença nas ações guiadas pelo movimento Município Saudável, como a cultura, que é um enorme celeiro regional, construindo e reconstruindo atividades da população no espaço urbano. Sabe-se que a interpretação de qualidade de vida é também algo muito peculiar, com este traçado podemos afirmar que não bastam apenas políticas públicas bem organizadas se os intérpretes sociais não acatarem suas dimensões.

Westphal (2000, p. 44) aponta que diversos pesquisadores buscam interpretar o conceito de qualidade de vida e, assim podemos

[...] observar uma tensão constante entre o fato de qualidade de vida ser determinada por fatores objetivos, tais como as condições materiais necessárias a uma sobrevivência livre da miséria, ou por fatores subjetivos, como a necessidade de ser relacionado com outras pessoas, formar identidades sociais, sentir-se integrado socialmente e em harmonia com a natureza. Alguns autores expressaram posições radicalizadas relacionadas à valorização de um dos dois fatores.

Com esse entendimento, podemos afirmar que a premência para qualidade de vida é intangível, desdobrando inúmeros elementos objetivos e subjetivos para sua definição. Logo, as pesquisas que aportam este conceito, podem estruturar sua linha de investigação pautada *in loco*, ou seja, da cidade para os cidadãos e dos cidadãos para a cidade/município. Com essa dinâmica, é possível perceber quando as ações de políticas públicas locais contemplam a real busca por qualidade de vida da população.

O Art. 11 menciona que "*O Poder Público Municipal priorizará combater a exclusão e as desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a*

melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes" (SORRISO, 2005, Art. 11, grifo nosso).

De fato a organização das cidades deve promover o acesso dos bens e serviços para toda população, no entanto, com o crescimento acelerado e a expansão dos habitantes, como administrar e manter o fluxo de recursos para todos? Indo além, qual o verdadeiro ponto de equilíbrio de uma cidade frente à sua população e disposição dos recursos?

Como sabemos inúmeros municípios consomem recursos de áreas muito maiores que sua própria produção, com isso, é necessário pensarmos de que forma a cidade consegue manter o balanceamento *"atendendo às suas necessidades básicas, possibilitando a garantia de bens e serviços socioculturais e urbanos, que o Município oferece, buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação"* (SORRISO, 2005, Art. 11, grifo nosso).

Uma estratégia pautada em sustentabilidade para economia municipal, de fato é a rotatividade/diversidade na linha de produção, Sorriso caminha nesse viés, acatando vários segmentos de costumes, ou pelo menos, investindo em novos formatos econômicos. Algo que nos chama atenção são os segmentos sociais apresentados na cidade que, de acordo com o Plano Diretor devem ser tratados sem qualquer tipo de discriminação, independente do valor/área de atuação que estejam.

Assim, podemos detectar que o projeto de desenvolvimento de Sorriso possui respaldo legal, pois suas diretrizes contemplam o que foi preconizado pela Constituição Federal de 1988, na qual postula em seu artigo 182, a criação de um plano diretor municipal. De acordo com seu primeiro parágrafo, o Artigo menciona que "o plano diretor [...], é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana". E ainda, podemos destacar no parágrafo segundo que "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor" (BRASIL, 1988).

Os desafios urbanos, atrelados às ações estratégicas públicas em prol do desenvolvimento saudável, devem buscar o encontro da população com as representações públicas e privadas, com a perseverança de criar um município que possa atender a todos, sem precedentes e ou condições duvidosas de gestão. A esfera pública possui inúmeros obstáculos, "o mais difícil é que se exige ainda um rompimento com a tradição, com a cultura política clientelista, com uma já determinada estrutura de poder, em favor da mudança das condições de vida da cidade e do cidadão que nele habita" (WESTPHAL, 2000, p. 49).

Os processos de mudanças culturais precisam de tempo, culminando alterações expressivas em todas as dimensões socioambientais, bem como amadurecendo o progresso da participação coletiva permanente, que por sua atitude, envolve a transformação do ambiente urbano/rural do município. Desta forma, cabe a apresentação de diagnósticos críticos e argumentos efetivos da população buscando a qualidade de vida.

O plano diretor municipal de Sorriso (Lei nº 501/1996) fomenta em seus parágrafos orientações voltadas para as políticas públicas de gestão participativa, realçando o papel social da cidade, que deve assegurar condições para o desenvolvimento da produção econômica, fortalecendo o trabalho e direitos para o cidadão. Podemos mostrar no artigo 4º que,

Art. 4º - A Política de Desenvolvimento Urbano e Rural de Sorriso, explicitada pelo conjunto de objetivos e diretrizes harmônicas entre si, tem por escopo e ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar da população, assim como o cumprimento da função social da propriedade urbana e rural.

Par. Primeiro. Para efeito desta Lei, entende-se por Função Social da Cidade, aquela que se deve cumprir para assegurar as condições favoráveis ao desenvolvimento da produção econômica e, particularmente, para a plena realização dos direitos do cidadão.

Par. Segundo. Por direito dos cidadãos compreende-se todas as condições, facultando-lhes o pleno desabrochar de suas potencialidades, a legítima realização de suas aspirações e a justa satisfação de suas necessidades

básicas, tais como, o direito à saúde, ao saneamento básico à educação, ao trabalho, à moradia, ao transporte coletivo, à segurança, a informação, ao lazer, a qualidade ambiental e a participação.

Par. Terceiro. Função Social da Propriedade Urbana e Rural é aquela atendida quando o uso e a ocupação do solo respondem às exigências fundamentais da sociedade, consolidadas nas diretrizes do Plano Diretor, em conformidade com os dispositivos da instrumentação legal decorrente (SORRISO, 1996).

Podemos observar que o percurso estabelecido pelo trecho da lei, ancora a função social do município, legitimando seu papel social em virtude das demandas basilares que preconizam o uso e ocupação do solo. É notório que a fidelização dos direitos da população está descrita no referido documento, portanto, cabe ao setor público propagar as diretrizes e fazer valer o bom emprego da lei.

Assim, se faz presente os parâmetros que norteiam o planejamento urbano, as estratégias para promoção de saúde, bem como as práticas de políticas públicas em todas as esferas administrativas. O papel de realizar intervenções sobre o espaço urbano, reconstruindo cenários/ ambientes possuem afinidades intrínsecas com o território em que se vive e, conseqüentemente ateam para qualidade de vida dos grupos/relações sociais.

De acordo com Westphal (2007), as definições em torno da promoção de saúde de um município, tem sustentação nos costumes que a população expõe frente os propósitos de atenção à saúde pública e, conseqüentemente a nova perspectiva de saúde da população, fomenta transformações positivas para qualidade de vida.

O informe Lalonde de (1974), preconiza o papel da medicina na resolução dos desafios de saúde, o começo de uma "Nova Saúde Pública" e, não simplesmente a ausência de doenças, iniciando um novo caminho para os ensejos sociais e políticos. Assim, “tudo que existe é produto da ação humana, exceto o que se poderia chamar de natureza intocada, [...] a saúde de um indivíduo, de um grupo de indivíduos ou de uma comunidade depende também do que o homem criou e fez” (WESTPHAL, 2007, p. 11).

Nesse sentido, observamos que o Plano Municipal de Saneamento Básico de Sorriso, desdobra a função social da propriedade urbana, atendendo direitos fundamentais com base na Lei de Resíduos Sólidos nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010).

O plano diretor de Sorriso também aponta em seu Art. 37, que a população carece de subsídios sociais básicos e que estes, são de responsabilidade do município, “Entende-se por moradia digna aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica” (SORRISO, 2005).

A criação do Departamento de Água e Esgoto (DAE) do município foi instaurada no ano de 1999, por meio da Lei nº 774, estabelecendo a estrutura orgânica e normas básicas de funcionamento. Identificamos em seu Art. 2, que timidamente a Lei considera serviços voltados para o saneamento básico, conforme menciona o parágrafo quarto, descrito a seguir: “[...] IV - Estudar diretamente ou mediante contrato com especialistas e/ou instituições consultoras em Saneamento Básico, [...] a Adequação dos Serviços no que se refere a quantidade, qualidade, universalidade e regularidade do Abastecimento de Água” (SORRISO, 1999).

E ainda de acordo com o Art. 2, o 5º parágrafo aponta que é necessário “promover um eficiente sistema de Venda de Água Tratada e Coleta de Esgoto com vistas a garantir o equilíbrio Financeiro do DAE” e, na mesma direção cabe destacar no parágrafo décimo que é fundamental “elaborar pedidos de financiamento para programas de investimentos em água e esgoto” (SORRISO, 1999).

De acordo com a Prefeitura de Sorriso, em 2014, um grupo de trabalho composto por técnicos do executivo municipal, representantes governamentais de conselhos e entidades, acompanharam e subsidiaram recomendações para a concretização de debates e avaliações sobre as atividades desenvolvidas frente o saneamento básico do município.

Nesse viés, podemos afirmar que a prática de políticas públicas, assevera em sua natureza elementos sociais e políticos do município, instaurando a busca constante para consolidação de Cidades Saudáveis, pois "[...] a efetivação da filosofia e das diretrizes do movimento por Cidades Saudáveis nos países da América Latina, nos quais se insere o Brasil, guarda especificidades que estão estreitamente relacionadas aos contextos sociais e políticos" (FERNANDEZ & MENDES, 2007, p. 30). Moldando assim uma gestão participativa para promoção de um município saudável e sustentável.

A consolidação de atividades em prol do desenvolvimento saudável das cidades depende em grande parte do diálogo entre as classes socioeconômicas, buscando em sua totalidade, ações eminentes de gestão local que possam entregar transparência, agilidade, equidade e a descentralização das práticas de políticas públicas.

Com isso, o progresso social em busca de qualidade de vida torna-se um desafio culminante às áreas de saúde, educação e assistência social concentrando maiores esforços para descentralização. Assim, podemos afirmar que os métodos estabelecidos pelo plano de governo nem sempre são capazes de transformar o município, pois, a afinidade entre gestores públicos e população limita-se, em suma, aos meses que antecedem as eleições.

Vale recordar a proximidade dos gestores públicos diante da população em momentos "estratégicos" para sua carreira política, configurando suas necessidades pessoais em manter sua (re) eleição e ou "forjar" a eleição de um aliado político. Com tais ações, torna-se eficaz o envolvimento social na administração do uso de recursos.

De acordo com Fernandez & Mendes (2007, p. 25) a limitação da população diante das articulações/ações em prol do controle eficaz de recursos, ainda é tímida, e ineficiente. "Apesar dos avanços na participação social nas ações da gestão pública, os diferentes tempos e formatos de cada uma dessas estruturas setoriais, de certa forma,

dificultam o seu controle por parte dos atores sociais locais". Por isso, ao pensarmos em políticas públicas, os propósitos devem estar canalizados para descentralização.

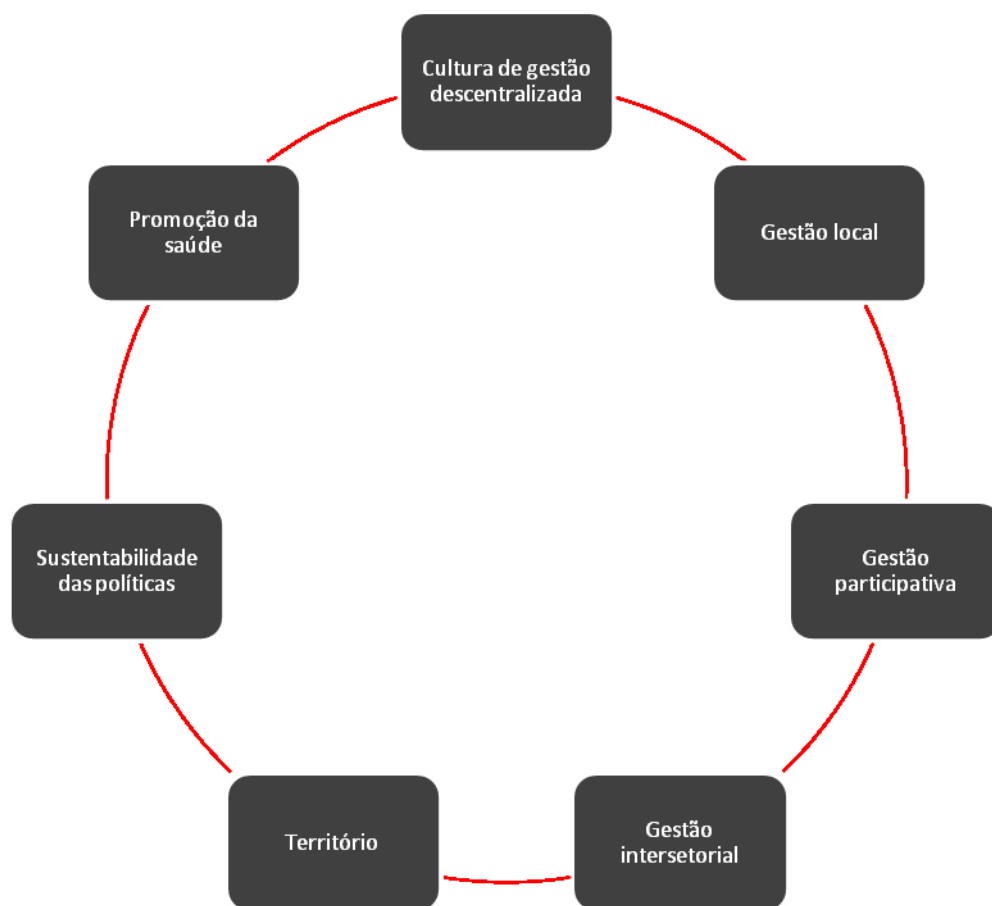
Podemos mencionar o entrave social, que se alastra por inúmeras divisões públicas administrativas, banindo o desempenho na condução de ações eficientes e na gestão pública, barrando o crescimento saudável das cidades. Esse entrave pode ser descrito como "burocracia", ou melhor, "ausência de competência", que por sua vez, infelizmente instaura-se dentro do governo de forma natural e, assume o papel de troca de favores.

Assim, Fernandez & Mendes (2007, p. 26) apontam que,

Para além da crítica à inércia da burocracia, é preciso entender esse movimento no desempenho de seu papel de inscrição de atores - no caso, profissionais comprometidos com a qualidade de suas performances e com a das agências nas quais empregam sua força de trabalho - que buscam a excelência da gestão pública. A dinâmica institucional revela a existência de uma massa crítica importante para a consolidação do processo de descentralização de não se dá apenas nas relações de oposições ou conflitos.

A gestão social agrega versatilidade e posicionamento firme para com os trâmites do desenvolvimento de políticas públicas de forma a não deixar ninguém para trás. "A gestão, assim, assumiria uma forma de organização social e de relação entre o político, o econômico e o social, podendo ser entendida como *gestão social* - plural e diversa como geralmente se dá nos contextos urbanos" (FERNANDEZ & MENDES, 2007, p. 31). Cabe ainda ressaltar que, "[...] a gestão social exigiria não só do poder local, mas de diferentes atores, o desempenho do papel de promotores e articuladores de políticas públicas" (FERNANDES & MENDES, 2007, p. 31).

Com essa visão, podemos apontar os arranjos das políticas públicas, que devem proporcionar o encontro de diferentes caminhos, efetivando suas propostas perante a comunidade e, mais que isso, aglomerando envolvimento palpável da mobilização social.

Fluxograma 1: Arranjos Funcionais de Políticas Públicas

Fonte: (FERNANDEZ & MENDES, 2007) adaptado pelo autor.

O desenvolvimento saudável/sustentável de um município exige a integração de todos os subsídios envolvidos no espaço geográfico, trazendo não apenas um ciclo pontual dos reflexos das ações de políticas públicas, mas, proporcionando uma rede de conexões ativas perante os desafios locais e considerando a preservação do ambiente, bem como promovendo as estruturas básicas de acesso a serviços e bens para toda população como geração de renda, atenção à saúde, educação gratuita de qualidade, agricultura familiar, saneamento básico, habitação para famílias de baixa renda são alguns pontos dentre vários outros desafios constantes das cidades.

Para Westphal (2007) o município saudável é um território que apresenta fluxos sociais constantes, engrenando a busca por qualidade de vida e, estruturando a teia de atividades do município. É sabido lembrar que,

Apesar do conceito de qualidade de vida como padrão de consumo ser eticamente enganoso e colaborar para manter alienada a população, e, ainda, considerando o argumento do relativismo cultural e de todo aporte da discussão que a literatura nos traz, é quase impossível deixarmos de reconhecer a importância de estarmos atentos a ouvir e compreender o significado do consumo para a população. O trabalho conjunto pela melhoria das condições de saúde, pelo respeito à relação entre os homens e destes com a natureza e pelo desenvolvimento de valores de solidariedade só se inicia a partir do entendimento do significado das demandas da população que vive em um determinado território (p. 18-19).

Brandão (2010, p. 40) enfoca que "o processo de desenvolvimento do município potencialmente saudável começa com a gestão". Com isso, o propósito de qualificação dos agentes sociais permanece latente frente à gestão, que deve apresentar estratégias participativas, pois, "a prática do planejamento participativo pode se tornar também um instrumento poderoso na construção de municipalidades saudáveis. Longe da rigidez de uma planificação normativa, o planejamento participativo" (BRANDÃO, 2010, p. 41), associando às políticas sociais.

A prática do planejamento participativo agrega diferentes olhares diante da perspectiva do município, trazendo para o debate lideranças comunitárias, cidadãos regionais e conselhos, para discutir e compartilhar os problemas que reprimem o progresso social.

A criação de comitês comunitários de trabalho busca dentre várias ações, a periodicidade das atividades, solidificando as relações entre comunidade e propostas estabelecidas em prol do movimento Cidades Saudáveis. Assim, a vitalidade da participação social requer "um processo de formação permanente das lideranças dos comitês comunitários rurais e urbanos" (BRANDÃO, 2010, p. 50) e, consequentemente, a ascensão qualitativa dos trabalhos de ação e avaliação realizados nos comitês.

Podemos descrever, segundo Brandão (2010, p. 50) a importância da entrega de alguns conteúdos para o progresso social, com base nas ações dos comitês, a importância de trabalhar "a) história e definição do movimento dos municípios

saudáveis; b) habilidades e instrumentos essenciais ao trabalho sociocomunitário; c) o desenvolvimento do grupo em direção à autonomia; e d) a postura do facilitador de processos grupais e comunitários".

1.4 – Dimensão Humana Urbana: A cidade como lugar de encontro

A cidade é uma estranha senhora; Que hoje sorri e amanhã te devora.
(Chico Buarque)

Antes de pensarmos cidades como aglomerados de concreto, automóveis, empresas de bens e serviços e outros elementos físicos, precisamos voltar à essência do arquétipo urbano, que carrega sua verdadeira existência em unir humanos. "As cidades devem pressionar os urbanistas e os arquitetos a reforçarem as áreas de pedestres como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis" (GEHL, 2015, p. 6).

É notável que hoje, as pessoas ao trafegarem com seus automóveis parecem não se importar com o ritmo dos pedestres e, menos ainda com as condições que a própria cidade oferta para ambos realizarem suas atividades cotidianas. A percepção que fica é a "inexistência" de um ser humano por trás do volante, e, máquina e homem se unem em uma peça robotizada e muito apressada.

A elegância e cordialidade, em especial, nas grandes cidades deixam de existir, o percurso natural dos cidadãos que habitam este espaço volta-se para a individualização das ações e, sobretudo para consequência ou meta de "chegar primeiro", em casa, no trabalho, na escola, na igreja. A cidade deixou de ser viva e, tornou-se meramente em "espaço de produção" ou, indo mais além "Cidade das Máquinas".

Com essa reflexão, nossos olhares voltam-se para coexistência de oportunizar para cidade voltar a ser cidade, "[...] podemos perceber os contornos dos vários e

novos desafios globais que salientam a importância de uma preocupação muito mais focalizada na dimensão humana" (GEHL, 2015, p. 6).

Logo, os desafios contemporâneos remetem ações em prol da "dimensão humana", ou seja, a cidade para as pessoas, e consequentemente a promoção de um município seguro, plural, saudável, vitalmente econômico, justo, democrático, acessível e verdadeiramente humano.

Podemos mencionar aqui o trecho da canção "*A Cidade Ideal*" de Chico Buarque, onde o pensamento busca a integração plena entre os moradores da cidade e, para isso: "*os moradores, o prefeito, os varredores, os pintores, os vendedores, as senhoras e os senhores, os guardas e os inspetores*" — precisam ser "crianças".

*"Mas não, mas não
O sonho é meu e eu sonho que
Deve ter alamedas verdes
A cidade dos meus amores
E, quem dera, os moradores
E o prefeito e os varredores
[...]E os pintores e os vendedores
[...]As senhoras e os senhores
[...] E os guardas e os inspetores
Fossem somente crianças"*

A expressão "ser crianças", remonta nossa percepção para a igualdade, sem precedentes e ou preconceitos instaurados nos adultos, a cidade ideal é de fato única, igual e, ser criança em nosso tempo é converter qualquer pessoa para habitar a cidade e viver em harmonia, a dimensão humana se configura na existência do modo plural de vida. As figuras da cidade (senhoras e senhores; prefeito) devem pensar como adultos, agir como profissionais e, acolher & respeitar as pessoas com o espírito de criança.

Com esta linha pensamento, vale ressaltar o entendimento do pesquisador Jan Gehl, Arquiteto e ex-professor da Real Academia Dinamarquesa de Belas-Artes, que descreve em sua obra "*Cidades para Pessoas*" a importância da mobilidade urbana realizada a pé, sobretudo ele fomenta a qualidade e os aportes culturais que esta prática

acarreta diante do desdobramento urbano, logo, o espaço urbano se transforma - reorganizando os modos e experiências das pessoas.

As conexões e os anseios das pessoas processam inúmeros enredos frente a cidade e, quando estamos próximos ou, mais precisamente na ocasião de "encontro" o movimento pré-existencial do propósito urbano é consolidado, nas palavras de Gehl (2015, p. 19) "caminhar é o início, o ponto de partida. O homem foi criado para caminhar e todos os eventos da vida — grandes e pequenos — ocorrem quando caminhamos entre outras pessoas".

E ainda, "a vida em toda a sua diversidade se desdobra diante de nós quando estamos a pé" (GEHL, 2015, p. 19). Conforme apontado pelo pesquisador, o "encontro" estabelecido por relações, fluxo de ideias, poder, acordos e apresentações culturais das pessoas é proveniente da circulação no espaço urbano, esta eficácia do caminhar pode ser citada, por exemplo, quando uma pessoa tem a opção de escolher percorrer uma rua deserta ou uma movimentada, sem sombra de dúvidas a grande maioria prefere a trafegar por ambientes cheios de vida e repletos de atividades mistas.

É expressivo apontar as possibilidades que a circulação de pessoas promove na cidade, assumindo diferentes formas e contemplando vários desafios no espaço urbano. "As pessoas compareciam aos grandes e pequenos eventos da cidade. Realizavam-se procissões, **o poder se manifestava**, festas e castigos eram publicamente realizados - tudo acontecia à vista do público. A cidade era o ponto de encontro" (GEHL, 2015, p. 25, grifo nosso).

Com a afirmação "o poder se manifestava", é compreensível o viés de um recorte temporal para interpretar o momento que estávamos vivendo e, indagar se atualmente as pessoas da cidade possuem "poder", com toda certeza as relações intrínsecas da comunidade se associam a participação social permanente e, quando estamos em circulação no espaço urbano os fatos tornam-se reais.

A forma de viver na cidade precisa estar de acordo com desenhos e natureza estruturais "verdes", diante das ações de produção, consumo e mobilidade, moldando este cenário. Da mesma maneira para a "mobilidade verde" que, deve ocorrer de forma natural no cotidiano das pessoas, assumindo papel de desejo da população em caminhar ou pedalar diariamente (GEHL, 2015).

Outro ponto considerável é o investimento financeiro baixo para entrega dos elementos da dimensão humana (ações verdes, encontros, melhoria nos espaços urbanos, dentro outros), onde

o custo de incluir a dimensão humana é tão modesto, que os investimentos nessa área serão possíveis a cidades do mundo todo, independentemente do grau de desenvolvimento e capacidade financeira. De qualquer forma, a preocupação e a consideração tornam-se os investimentos-chave e os benefícios, enormes (GEHL, 2015, p. 7).

Desta forma, podemos afirmar que o sucesso das atividades voltadas para a dimensão humana podem ser de ordem subjetiva, ultrapassando questões pontuais como idade, vitalidade financeira, estrutura física, região climática das cidades. Quando a Embarcadero (uma via rápida de São Francisco — Estados Unidos) tomou forma para atender exclusivamente pedestres, provou que isso representa mais lucro e sustentabilidade para a cidade.

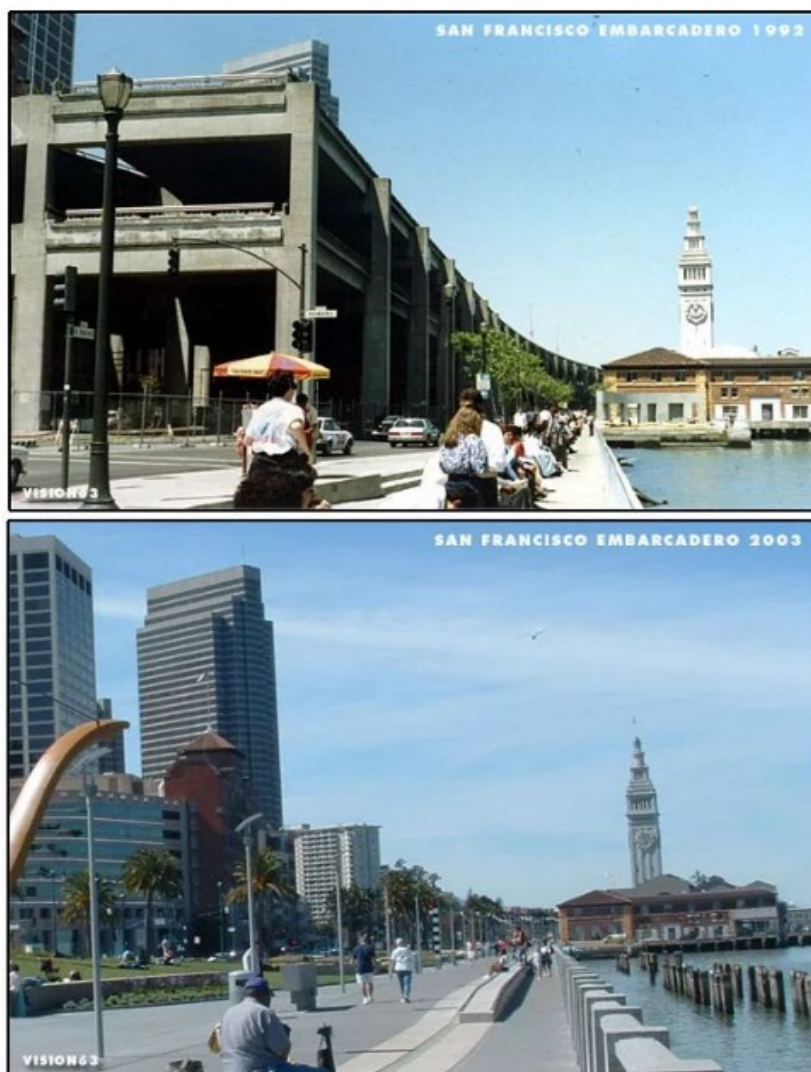
Figura 04: Via Embarcadero — transformação — mais ruas, mais carros, menos ruas, mais pessoas.



Fonte: <<https://ensaiosfragmentados.com/2013/05/16/embarcadero-sao-francisco-eua/>>

Os estudos para reestruturação da via vieram após um terremoto no ano de 1989, que danificou intensamente a estrutura da Embarcadero e, "ficou claro que a cidade vivia bem sem ela" (GEHL, 2015, p. 9). A população se adaptou as mudanças rapidamente e, conseqüentemente no lugar da via — expressa originou-se um *boulevard* exclusivo para circulação de pedestres, transporte público e ciclistas, como podemos observar na figura 05.

Figura 05: Via Embarcadero (1992 — 2003).



Fonte:<<https://i2.wp.com/blogs.funiber.org/pt/wpcontent/uploads/2016/09/Embarcadero.jpg>>

Assim, é claro que as modificações estruturais nas cidades conduzem as ações da população, fortalecendo laços estruturais "novos" em busca da equidade, consolidando áreas dinâmicas de uso misto em prol da coletividade e anseios humanos na perspectiva de promoção da saúde.

O desafio eminente se configura no simples fato de "convidar" e ou "promover" as mudanças nos ambientes urbanos (planejamento humano, cidades vivas, seguras, cheias de vida), ou seja, qualificar as edificações e ruas/avenidas de acordo com este novo tempo que estamos a viver — o tempo do encontro das pessoas com pessoas.

Um enorme investimento social se configura na promoção das experiências cotidianas e, para estas relações possam ser periódicas podemos citar Gehl (2015, p. 7) quando o autor menciona sobre "o desejo de uma cidade saudável é intensificado se o caminhar ou o pedalar forem etapas naturais do padrão de atividades diárias". Nesse percurso, Copenhague a capital e maior cidade da Dinamarca, Nova York e Londres caminham na direção da elaboração e reestruturação do espaço urbano.

Em Copenhague mais de (50%) dos habitantes pedalam todos os dias, Londres criou um pedágio para os veículos utilizarem a região central da cidade e, o efeito foi à redução de (18%) do trânsito, acarretando novos hábitos em especial um "padrão de uso" do transporte público para deslocamentos até a área central, organizando as áreas de uso comum e proporcionando mais encontros entre pessoas.

Quanto maior for à disposição dos espaços ofertados para relações sociais, maior será a vida da cidade e, o fato das pessoas serem atraídas para os espaços coletivos deve perpassar por um convite tentador, as pessoas precisam desejar estar e viver nos espaços públicos, desta forma toda desenvoltura de pertencimento e respeito com o ambiente irá fluir naturalmente, conglomerando homem e cidade em um enorme organismo (pessoas nos espaços da cidade), carregado de energia, incidências e atividades sociais.

Vale destacar que convites e ações simples também possuem efeitos imensuráveis, como "a duplicação dos assentos em Aker Brygge, em Oslo, dobrou o número de pessoas sentadas nessa área" (GEHL, 2015, p. 17). Acomodando novas ocasiões e conseqüentemente encontros até então perdidos entre pessoas puderam vir à tona, alimentando a dimensão social do urbano.

Gehl (2015, p. 23) assegura que as pessoas precisam de relações sociais, sentimentos, experiências, segurança emocional, derivados da explosão social que distende a maior alegria do homem,

Experienciar a vida na cidade é também um entretenimento estimulante e divertido. As cenas mudam a cada minuto. Há muito a se ver: comportamentos, rostos, cores e sentimentos. E essas experiências estão relacionadas a um dos mais importantes temas da vida humana: as pessoas. [...] - "o homem é a maior alegria do homem" - vem de *Hávamál*, um poema épico islandês de mais de mil anos que, sucintamente, descreve o encanto e interesse humano por outras pessoas. Nada é mais importante ou fascinante.

Com o alto crescimento das cidades e, conseqüentemente o progresso do "pensar" das pessoas diante da realidade e recursos que a cidade oferece, estamos caminhando para um novo rumo social, distante do acúmulo exagerado de bens que até então garantiam a presença "*status*" dos integrantes da esfera urbana e, somos conduzidos para experiência do viver, buscando cada vez mais a qualidade de vida (tempo com a família, emprego próximo da moradia, carga horária de trabalho reduzida).

É explícito que as pessoas estão cada vez mais preocupadas com a jornada da vida — *aproveitar o tempo, correr atrás das vivências* - e não mais com o destino final da existência - *aposentadoria, acúmulo de bens materiais*.

Partindo do princípio que as cidades precisam expor desenhos urbanos humanizados, proporcionando novos hábitos e situações de qualidade de vida saudável, não podemos deixar de mencionar que "basicamente, tudo se resume ao respeito pelas pessoas" (GEHL, 2015, p. 229).

Nessa ciência, o ponto de partida universal são as pessoas, que precisam desempenhar práticas sociais com todos os cidadãos a qualquer tempo. Práticas de respeito, dignidade, entusiasmo pela vida, espírito colaborativo/acolhedor e amor ao semelhante precisam ser o combustível da humanidade, assim "no futuro o planejamento urbano deve começar com as pessoas. É barato, simples, saudável e sustentável construir cidades para as pessoas - bem como é uma política óbvia para atender aos desafios do século XXI" (GEHL, 2015, p. 229).

Márcio Piñon de Oliveira elenca que a cidadania é um nexó político — territorial e, as atitudes e práticas das pessoas são fortalecidas com a aplicação de leis, que configuram formatos palpáveis e, em muitos momentos sinais contraditórios, logo "não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estejamos inseridos. Os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade" (OLIVEIRA, 2016, p. 178).

Assim, a geograficidade (condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade) é manifestada segundo Oliveira (2016) com elementos políticos e práticas exercidas pelo poder do estado, consequentemente estruturada ao longo do tempo, moldando a condição social, cultural e econômica. Ao estarem fora da cobertura política (território), as atividades sociais não possuem um formato definido, sem regras e ações pontuais estabelecidas por determinados grupos sociais.

Ainda de acordo com Oliveira (2016, 178),

Num tempo não muito distante, o tema da cidadania não fazia parte de nossas preocupações acadêmicas, e muito menos figurava em nossas agendas de pesquisa como uma questão pertinente ao campo da Geografia, pelo menos de forma explícita ou direta. As transformações que ocorreram na ordem mundial na segunda metade do século XX, em particular nas décadas de 1970, 1980 e 1990, [...] não apenas proporcionaram uma renovação do debate temático e teórico da Geografia Política, como também trariam à tona, na crise da modernidade reinante, o debate sobre sua modelagem política e a atualização do seu paradigma, calcado no ideal de cidadania.

Nesse intuito, os debates sobre cidadania na perspectiva da Geografia, foram incorporados na Geografia Política, contemplando problemas de nacionalidade, relações espaciais, desdobramentos de poder e questões políticas territoriais. É considerável mencionar que a "cidadania" trata-se de uma contestação contemporânea na ciência geográfica, pois "o primeiro trabalho a abordar diretamente a temática da cidadania relacionada ao espaço no Brasil, no âmbito da Geografia, foi o livro *“O Espaço do Cidadão”*, de Milton Santos (1987)" (OLIVEIRA, 2016, 180).

1.5 – Cidades em Evolução: da crise urbana para produção estratégica do espaço

O crescimento acelerado das cidades é eminente, a desconstrução de barreiras geográficas em prol do progresso urbano torna-se acentuada e, inevitavelmente as relações estabelecidas nas cidades precisam estar alinhadas com objetivos saudáveis, sustentáveis e harmônicos no aspecto ambiente físico. De acordo com Gehl (2015) é impressionante o número de pessoas nas cidades, de (1,65) bilhão em meados dos anos de 1900, para estimativa de (9) bilhões de pessoas já no ano de 2050.

Nesse viés, a expansão urbana e intraurbana reorganizam diversos cenários pré-estabelecidos pelo Estado e, na lógica desenfreada do crescimento populacional das cidades, múltiplos encontros e desencontros promovem desafios de ordem mista. O surgimento de espaços informais, desprovidos de serviços básicos, de ordem pública (água, luz, saneamento, mobilidade urbana, educação) e, a vitalidade da população acaba por ficar fragilizada sem os princípios de uma Cidade Saudável.

Cabe lembrar que a evolução das cidades permite o envolvimento de um número cada vez maior de residentes, contudo, o enorme alargamento na malha urbana, oriundo de infraestrutura dos programas habitacionais nas zonas periféricas das cidades, desencadeiam uma pressão e custo alto de mobilidade cidadina, novamente o planejamento das cidades carece estar no primeiro plano de qualquer mareação social.

As alternativas de expansão das cidades organizada no Brasil são limitadas, é compreensível mencionar o mercado imobiliário "especulador" que promove a ocupação dos espaços urbanos com enormes (Gaps) estruturais, com o objetivo da valorização alta dos terrenos cuja consequência desta prática ocasiona enormes prejuízos para as cidades.

O tempo de deslocamento e o custo do transporte coletivo é um enorme desmotivador para os trabalhadores que sem opção acabam por ocupar as regiões

periféricas das cidades e, conforme os dias passam os desafios destes grupos sociais só aumentam.

Importante descrever aqui, exemplos de muitos moradores das regiões distantes do centro urbano, que deixam de ocupar vagas de trabalho em várias regiões da cidade, devido ao custo temporal e principalmente econômico que, em alguns casos, o salário mensal contribui praticamente apenas com os gastos intermináveis que assustam o seu cotidiano (alimentação, transporte, saúde, segurança).

Podemos afirmar que a crise urbana é uma questão de planejamento, pois ao pensarmos no Brasil como uma nação economicamente forte que agrega sinergia em diferentes setores, temos uma imensa oportunidade de recriar os espaços populosos. Precisamos pensar em processos de evolução para o mercado mundial com uma resposta híbrida (produção e estruturação) da matéria prima nacional e, conseqüentemente sua competitividade nos diferentes mercados mundiais.

O eixo de desenvolvimento econômico das cidades precisa ser descentralizado, com esta proposta, podemos cobrir os municípios com enorme flexibilidade na oferta de trabalho para os moradores. E, o estímulo para a criação da sede das empresas em diferentes regiões, agrega versatilidade econômica, alimentando uma teia de relações sociais, econômicas e estruturais dos territórios.

Fioravanti (2015, p. 186), destaca que "trata-se de demonstrar as contradições e as estratégias dos agentes hegemônicos e não hegemônicos da produção do espaço", logo as ações que promovem o desenvolvimento urbano, associam-se aos atores econômicos na materialização dos elementos subjetivos das cidades e, com esta envergadura os fluxos ambientais tornam-se claros e crescentes, originando mais que uma ação econômica, proporcionando o redesenho urbano para uma "cadeia social econômica" - onde os cidadãos possuem diversidade de empregos e condições plenas. Em qualquer espaço do município, as regiões periféricas se consolidam como "teia de

produção", alimentando de forma igual o crescimento urbano e, respeitando os elementos básicos pra uma vida de qualidade.

A dimensão competitiva dos municípios, bem como sua composição estratégica configura inúmeros desafios no espaço urbano, precisamos qualificar os respectivos ambientes de lazer, trabalho, serviços, educação e saúde para todas as pessoas e, na evolução das cidades, todos os processos devem emanar políticas públicas transversais que assegurem todos os direitos e deveres cotidianos da população.

Rafael Faleiros Pádua recomenda que,

Estudar o espaço que é produzido através de estratégias cada vez mais elaboradas para a realização econômica não é tarefa fácil, pois os conteúdos do processo se ligam necessariamente ao uso e à vida das pessoas na cidade, revelando o espaço como uma mercadoria especial, já que é nele que a sociedade se materializa e se reproduz (PÁDUA, 2015, p. 145).

Desdobrar o "espaço como uma mercadoria especial", fortalece os anseios geográficos em busca de uma "forma de viver saudável" e, para compreender melhor este desafio apresentamos a colaboração de Ana Fani Carlos, que descreve:

Na Geografia a noção de *espaço*, com muita dificuldade, supera sua condição de materialidade pura em direção à possibilidade de pensar o espaço como *produção social*. Trata-se de um salto qualitativo expressivo em direção à compreensão do mundo moderno. Entretanto, esse processo não é nem linear e nem mesmo homogêneo. Na construção do pensamento geográfico (e, aqui nos referimos especificamente à Geografia brasileira) é possível perceber uma nítida inflexão, senão ruptura, que se estabelece nos anos 1970 [...] sobre a elaboração do pensamento constituído até então, problematizando sua potência explicativa sobre o mundo e, nessa direção, permitindo construir os fundamentos da noção de *produção do espaço* sob a orientação do materialismo histórico (CARLOS, 2015, p. 63-64).

Assim, pensar no urbano de forma estratégica, é estar atento aos gargalos sociais impostos por práticas de mercado estabelecidas de longas datas, um enorme modelo é o Mercado Imobiliário, que se apropriou do espaço urbano ditando seu crescimento e seu ritmo especulador do território. Enormes construções prediais,

condomínios fechados e lucratividades em alta com o comércio de terrenos, proporcionaram o estabelecimento deste modelo desenfreado.

Pádua afirma que "à medida que a cidade vai sendo preenchida pelos "objetos" cada vez mais elaborados do setor imobiliário, o significado do espaço para o conjunto da cidade se empobrece" (PÁDUA, 2015, p. 146). Com essa reflexão, podemos questionar os diferentes desafios das cidades, em especial a segurança pública, o caos urbano instaurando nas grandes cidades é reflexo de políticas públicas ineficientes e, mais que isso, de uma culta social fragilizada sem suporte do estado.

O aumento de mortes por arma de fogo nas grandes cidades, o crescimento da violência urbana, o uso de drogas torna-se um enorme "Marketing" para o setor imobiliário de condomínios, por exemplo, onde a qualidade de vida e a proteção são apresentadas para quem pode pagar e, conseqüentemente o grande problema não são os compradores e sim, a esfera dominante do setor econômico.

Não podemos ter uma variável tão forte como o setor imobiliário guiando o rumo das cidades e, sobretudo de maneira alguma deixar a resistência social influenciar as tomadas de decisões da configuração do espaço urbano, ou seja, diferentes classes sociais podem e devem ocupar o mesmo espaço e, com estratégias pré-definidas os serviços (saúde, educação, saneamento básico e mobilidade) devem atender todos os integrantes das cidades sem qualquer segregação espacial.

A principal estratégia para consolidação do espaço urbano qualitativo é o "pertencimento" de todos os atores sociais (políticos, empresários, civis) no mesmo espaço, com a mesma ordem/disponibilização de serviços comuns. Com este sentimento, é inevitável que os municípios, numa questão de tempo, reformulem seus arranjos econômicos e prosperem quanto ao número de seus moradores e, especialmente de sensibilidade com o semelhante que utiliza e precisa dos elementos rotineiros para sua existência.

CAPÍTULO II – O MUNICÍPIO DE SORRISO NA PERSPECTIVA DE CIDADES SAUDÁVEIS



Quando estudamos o universo como um todo, com seus milhões de galáxias, alcançamos a mais ampla escala de espaço e tempo; e, uma vez mais, nesse nível cósmico, descobrimos que o universo não é estático - ele se encontra em expansão!
(Fritjof Capra)

Neste capítulo vamos tratar sobre o município de Sorriso no contexto das cidades saudáveis e, para isso, dividimos nossa análise em três momentos distintos, porém que se cruzam na medida em que os conceitos apresentados aqui são assimilados e se tornam tão confluentes uns aos outros.

Numa primeira instância, de maneira bastante breve, apresentar-se-á um argumento histórico de Sorriso, cidade do estado de Mato Grosso, passando por suas diretrizes de fundação e povoamento. Em seguida, trataremos das relações das Cidades Saudáveis vinculadas ao contexto da cidade — objeto da pesquisa e, por fim, vamos relacionar Sorriso — uma “Cidade Saudável” no contexto da territorialidade e suas políticas públicas de saúde.

2.1. O Município e sua História

Localizado no Centro-Oeste do Brasil, o estado de Mato Grosso (doravante MT) se caracteriza por suas riquezas naturais e pelo desenvolvimento agropecuário que teve sua expansão a partir dos anos de 1970 com os movimentos migratórios que se acentuaram na região.

Ao retomarmos a história do estado de MT, precisamos remontar à colonização do Brasil e mais precisamente ao Tratado de Tordesilhas celebrado pelos reinos de Portugal e Espanha em 1494 que consistia na demarcação de terras ao sul da América para que ambos os países pudessem explorá-las e povoa-las da maneira em que desejassem.

No caso de Portugal, país que ficou com a menor parcela territorial da América do Sul, ao longo de sua formação histórica dividiu o território em pequenas faixas de terra que foram chamadas de capitanias. Estas, por sua vez, foram cedidas para homens célebres da coroa portuguesa que passaram a serem governadores das mesmas e, dessa maneira, a gestão de cada uma delas deveria acontecer de maneira hereditária.

É sabido também que, para que a construção histórica do Brasil obtivesse êxito, era preciso mão de obra para desempenhar papéis cruciais como a exploração dos recursos naturais presentes aqui e, a produção agrícola que *a posteriori* seria base fundamental da economia brasileira.

Nesse sentido, mencionamos a presença dos índios (que aqui estavam), escravizados pelo homem branco e não suportando as pressões do trabalho árduo e braçal que era incomum a cultura deles, sentiram-se no dever de fugir da costa leste do país migrando para o oeste que, pelo Tratado, fazia parte dos domínios espanhóis.

Frente a esse fato, o homem branco se vê na função de trazer outro tipo de mão de obra para que seus projetos para o Brasil fossem concretizados. Dessa maneira,

vivenciamos na história a presença dos negros em nosso país. Mais fortes e, em sua maioria mais submissa que os índios, trabalhavam para os senhores de terras, eram humilhados, tinham poucas condições de qualidade de vida o que proporcionou alguns a se rebelarem e tomarem o mesmo rumo que os indígenas em direção para as terras o oeste.

Com a escassez de elementos para exploração das capitanias e com o desejo de recuperar esses escravos fugidos, um grupo de sertanistas denominados como bandeirantes, deu início ao que ficou conhecido na história como rota das bandeiras: expedições que exploravam as terras de domínio espanhol que *a posteriori* passariam a integrar o território nacional. A rota das bandeiras proporcionou aos portugueses, conhecerem um Brasil cujas terras férteis encantavam àqueles que por ali passavam. O mapa a seguir, mostra os caminhos percorridos pelos bandeirantes, bem como a função de cada expedição desenvolvida por eles.

Figura 06: Rota das Bandeiras dos Séculos XVII e XVIII



Fonte: <https://goo.gl/eM7KDj> (Acesso em 28 nov. 2017)

Das expedições dos bandeirantes, as catorze capitanias hereditárias foram expandindo-se para outras novas e uma delas, a mais remota da área marítima ganharia na história um destaque diferencial. A essa capitania, deram-lhe o nome de Mato Grosso, que futuramente seria denominado estado e seria dividido em 141 municípios, dentre eles, Sorriso – o objeto deste capítulo.

De acordo com as fontes históricas apresentadas por Guimarães (2002) e Siqueira (2002), o primeiro registro da presença do homem branco em MT se dá com Aleixo Garcia que ao naufragar no Rio da Prata, em busca de um caminho que ligasse o centro da América do Sul ao oceano Pacífico, chega às terras mato-grossenses.

Na visão de Jesus (2012) a ocupação do território mato-grossense se dá na metade do século XVIII, tendo como ponto mais avançado o arraial que depois nomear-se-ia Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá até o ano de 1734 quando na região de Guaporé se descobrem uma série de minas de pedras preciosas.

A vila (que se tornaria anos depois uma cidade, Cuiabá — capital do estado na atualidade), era a única rota e lugar para dar abrigo aos viajantes até 1748 quando fora elevada para a capitania de Mato Grosso que conforme menciona a autora, “era habitada por uma diversidade de sociedades indígenas, tinha a mineração como atividade produtiva decisiva e estava localizada em área de fronteira com os domínios hispânicos, [...] constituídas por inúmeras missões religiosas” (JESUS, 2012, p. 94).

Ao longo dos anos, outros desbravadores por lá passaram e logo a notícia da presença de índios e pedras preciosas, impulsionariam a migração de muitas pessoas para o centro-oeste do país. Por meio desses fatores e com a emancipação da região como capitania independente, Mato Grosso era colocado no foco da rota da migração para o oeste Brasileiro. Assim, os problemas fronteiriços e a Guerra do Paraguai (1864-1870) só fazem do estado, uma região promissora que com o término do conflito, traz um aumento significativo na população e na criação de povoados e cidades.

Nos anos de 1970 a 1980, Siqueira (2002) atenta que na ideia de integrar a região amazônica, faz com que o Governo Federal promova uma ação de intervenção nos estados do norte criando empresas estatais e simplificando os financiamentos bancários ao mesmo tempo em que importara tecnologias e promovera obras para melhorar a infraestrutura dessas áreas e atrair futuros colonizadores que viriam das diversas regiões do país em busca de ouro e minérios preciosos.

De acordo com Corrêa (1999), com a diminuição da extração do ouro, e o desenvolvimento da região sul do estado, leva um grupo de militares e civis a iniciar um movimento de separação, em 1972, que é abafado pelo governo do então presidente Marechal Floriano Peixoto.

Figura 07: Divisão dos Estados de MT e MS



Fonte: <https://goo.gl/Moj5UK> (Acesso em 28 nov. 2017)

A divisão só acontece em 1977, no governo do general Ernesto Geisel. O lado sul desmembra-se de Mato Grosso e passa a ser denominado Mato Grosso do Sul. Nas palavras de Bittar (2009), a separação ocorreu devido a grande ocupação das terras do sul a partir do século XIX e pela expansão da pecuária de corte, fazendo com que os grandes proprietários rurais fossem a favor da causa divisionista.

Observa Lobato et al. (2010) que a divisão do Mato Grosso em dois estados aconteceu por meio de um processo demorado que foram levados em consideração os aspectos político-econômicos e socioculturais. Para os autores, enquanto o lado Sul tentava com agilidade a divisão, o lado Norte fazia o possível para que o desejo sulista não se concretizasse. Isso se evidencia no processo de ocupação e consolidação territorial que se presentificam nos dois estados hoje.

No bojo pós-divisão, MT respira novos ares, perde faixa territorial, porém suas atividades econômicas e culturais são cada vez mais acentuadas, destacando-se como um dos estados mais promissores do país. A bovinocultura de corte, a produção agroindustrial e o turismo têm sido as principais ferramentas de desenvolvimento estatal e suas cidades, a cada ano recebem levas de novos moradores em busca da fertilidade e oportunidades presentes.

Por volta dos anos de 1950, o Governo Federal criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) cujos limites territoriais *a priori* estavam marcados apenas pelos estados do Amazonas, Rondônia e do Pará. Com a criação da (SPVEA), incorpora-se a Amazônia, os estados de Goiás, Maranhão e Mato Grosso, formando assim a Amazônia Legal com objetivo de promover o desenvolvimento da região centro-norte do país, até então pouco habitada.

Em 1966, a (SPVEA) passa a ser denominada (SUDAM) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e, ao longo do seu desenvolvimento, incorpora ao território da Amazônia Legal os estados do Amapá, Roraima e Tocantins. Reformulada em 2007 pela Lei Complementar 124 de 3 de janeiro, a (SUDAM) passa a ser uma autarquia federal, coligada ao (MI) Ministério da Integração Nacional.

A Amazônia Legal é um território rico por sua biodiversidade, pois, ocupa 61% do território nacional, compreende todo bioma amazônico e parte dos biomas do Cerrado e Pantanal Mato-grossense e, por abranger tais biomas, conta com uma

população de fauna e flora com diversas espécies de plantas e animais catalogados, bem como, abrange mais de 50% da população indígena no país em seu território.

Dessa forma, Sorriso se enquadra como uma cidade que faz parte da Amazônia Legal, pois, a ideia de povoamento da região norte de Mato Grosso se dá com os incentivos que o Governo Federal por meio da (SUDAM) promoveu ao estado, fazendo com que migrantes sulistas pensassem em adquirir e revender terras na região que daria espaço ao município.

É nesse movimento de avanço que situamos o município de Sorriso (MT). Localizado a 418 km de Cuiabá, a capital mato-grossense, o município tem suas bases históricas calcadas na chamada “marcha para o oeste” e através do projeto “Amazônia Legal” — área que engloba nove estados brasileiros nas regiões norte, nordeste e centro-oeste (no caso MT).

Outro fato histórico, conforme menciona Custódio (2005) foi a Política de Integração Nacional Iniciada na década de 1970 que proporcionou a incorporação de grandes áreas de terra aos processos produtivos nacionais e, um de seus objetivos era a integração da Amazônia com o resto do país. Por isso, propagou-se a proposta de povoamento da região norte do Brasil fazendo com que muitos migrantes, principalmente da região Sul e Nordeste interessassem pelos alqueires e programas oferecidos pelo governo.

Assim, encontramos a história do município de Sorriso, no qual Prestes (2010) menciona que a fundação da cidade se dá devido aos estímulos governamentais de expansão do crescimento populacional por regiões menos habitadas do Brasil e, na década de 1970, muitos minifundiários residentes no sul do país venderam suas terras para adquirirem outras terras na região amazônica, pois, “a partir de 1964, os governos ditatoriais, dirigiram o projeto de ocupação e controle do acesso às terras na Amazônia” (CUSTÓDIO, 2005, p. 20).

De acordo com Prestes (2010) ao adquirir cerca de dois mil alqueires de terras numa região próxima ao município de Nobres, o fazendeiro paranaense Benjamim Raiser propôs aos filhos Ivo e Nelson e a um amigo cujo nome era Claudino Frâncio que também comprassem terras nesse mesmo local (PRESTES, 2010). Para mapear e conhecer mais sobre o lugar, eles fizeram um sobrevoo pelo território e motivaram-se em investir na região para que ela prosperasse.

Compradas às terras, Claudino depois não permaneceu com elas, voltou a sua terra natal e vendeu parte de sua propriedade a amigos e compadres. “A partir deste momento Claudino decidiu comprar e vender terras e para isso se associou a Ivo, Nelson e outros amigos e fundou a empresa denominada Colonizadora Feliz, dando início ao processo de colonização particular, que deu origem a Sorriso” (PRESTES, 2010, p. 19).

Como forma de motivar o crescimento do que seria o futuro município e transformá-lo em uma vila, Prestes (2010, p. 21) salienta que “uma das estratégias adotadas pela colonizadora particular do local, foi dar terrenos localizados no centro urbano para aqueles que comprassem terras, constituído assim uma agrovila”.

Figura 08: Sorriso (MT): Local onde foi construída a primeira casa na década 1970.



Fonte: Dias & Bortoncello (2003, p. 87).

Figura 09: Sorriso (MT): Local onde foi construída a primeira casa de Sorriso (2017)



Fonte: O autor (2017)

Na pesquisa de campo feita por Prestes (2010), os entrevistados por ela mencionaram que ao receberem os lotes, os donos eram obrigados a construírem uma

casa, caso contrário, o lote retonaria às mãos da empresa Colonizadora. Ainda nesse estudo, ela assevera que era de obrigação da Colonizadora Feliz incentivar a produção agrícola, fazendo-se assim, as primeiras lavouras de arroz e que no futuro seriam substituídas por soja e outros grãos, culturas já desenvolvidas por aqueles que compraram as terras (PRESTES, 2010).

Com relação à infraestrutura hidráulica e elétrica eram promovidas de forma precária. Cita Dias & Bortoncello (2003) que nos primórdios, a água era buscada com o auxílio de garrafões e tambores no Rio Lira e, com relação à energia elétrica, não existia para a região e ao cair à noite, o uso de lampiões era o único meio de luz propiciado ao lugar.

Na medida em que os anos passaram, necessitou-se a abertura de poços artesanais para que se obtivesse água para a população, estes, por sua vez foram substituídos em 1988 com a instalação de uma Estação de Captação e Tratamento de Água da Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT).

Diversas tentativas constituíram tomadas para que a população fosse prestigiada com o abastecimento de luz, porém somente em 1993 é que a energia passa a ser fornecida de modo ininterrupto, prática que até então era limitada (DIAS & BORTONCELLO, 2003).

Outra precariedade encontrada no começo do povoamento de Sorriso, era a ausência de um corpo médico na cidade que, só foi suprida em meados dos anos 1980 com a construção do Hospital Nossa Senhora de Fátima através do envolvimento do clínico geral, Carlos Gilberto Frison, que prestara assistência em sua residência ou na casa daqueles que o chamavam. Após aquisição de um terreno, o médico deu início às obras de construção do hospital, concluído em junho de 1980. Além da saúde, outro campo que necessitava de uma atenção especial na agrovila era a educação.

Sorriso não possuía nenhuma instituição de ensino. Assim, as crianças e jovens eram encaminhados para estudar em Sinop (que ficava aproximadamente 85 km) até que em 1977, a professora Arlete Capellari, membro de uma das famílias pioneiras do povoado, passou a dar aulas de 1^a à 4^a séries para algumas crianças e, no ano seguinte, a docente junto a outros habitantes conseguiu implantar ali uma extensão da Escola Nilza de Oliveira Pipino que era da cidade vizinha. Conforme cita Prestes (2010), somente em 1982 foi instalada no município a Escola Estadual Mário Spinelli, ofertando vagas para o Ensino Fundamental apenas.

Figura 10: Sorriso (MT): Inauguração da primeira escola da cidade (1982)



Fonte: Dias & Bortoncello (2003, p. 153).

Figura 11: Sorriso (MT): A primeira escola na atualidade (2017).



Fonte: O autor (2017)

Além dos Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais, Estaduais e Privadas, Sorriso conta hoje com um campus próprio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), com um campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que fornece graduação à distância a população e outras duas Faculdades privadas, merecendo destaque a Faculdade de Sorriso (FAIS) por ser uma das pioneiras a ofertar ensino superior na cidade, hoje administrada pela Kroton, um dos maiores grupos educacionais do país.

Figura 12: Sorriso (MT): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, Campus de Sorriso (2017).



Fonte: O autor

Em 1980 a agrovila passa a ser denominada como um distrito do município de Nobres, dois anos após, instala-se uma subprefeitura e quatro anos depois, na gestão do Governador Júlio Campos, no dia 13 de maio Sorriso é elevado a município por meio da Lei Estadual nº 5.002/ 1986, que de acordo com Prestes (2010) este feito só acontece devido ao envolvimento dos agricultores no processo de emancipação.

Os anos de 1990 foram muito prósperos para o novo município, a chegada de empresas agroindustriais multinacionais, os grandes investimentos nas lavouras de soja e o prolongamento da rodovia federal BR-163 (Cuiabá-Santarém) motivou um rápido crescimento populacional devido à escassez de mão de obra.

Com o aumento populacional, a cidade foi ganhando novas formas: aumento de bairros, avenidas extensas, surgimento de novas instituições (públicas e privadas), que acentuaram cada vez mais o desenvolvimento de Sorriso que nas palavras de Dias & Bortoncello (2003), a participação dos moradores na construção infraestrutural do município sempre foi marcante.

A formação de associações no município é uma atividade intensa desde os anos de sua emancipação, além das associações dos bairros existentes no município, Sorriso conta com a (ARPCA) Associação Regional de Pesquisas de Sorriso, a (APAS) Associação dos Pensionistas e Aposentados de Sorriso, a (CDL) Câmara de Dirigentes Lojistas, a (ACIS) Associação Comercial e Industrial de Sorriso, a (COOPSERVS) Cooperativa de Prestadores de Serviço de Sorriso são exemplos de grupos associativistas que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Figura 13: Sorriso (MT): A cidade em 2017.



Fonte: <<https://goo.gl/bh6Z4Q>>. Acesso: 29 nov. 17.

Sorriso possui hoje quatro distritos e encontra-se na rota do agronegócio nacional, sendo a maior produtora de soja do país de acordo com Amaral & Carignani (2010) e, a quarta economia em desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Figura 14: Sorriso (MT): Centro de Negócios da Cidade em 2017.



Fonte: O autor

E assim como diversos municípios da região Centro-Oeste do Brasil, o agronegócio é o responsável pela geração de empregos e rendas, pois é a partir dele que se movimenta a economia, comércio, educação, saúde, lazer, turismo, dentre outros. “O agronegócio, portanto, constitui-se de um enorme emaranhado de atividades que se inter-relacionam de forma sistêmica, movimentando toda a economia, milhares de pessoas e recursos” (SATER, 2004, p. 36).

A produção e o escoamento de grãos destacam-se nos sistemas produtivos do município. Milho, soja e feijão (respectivamente) são os tipos de grãos mais produzidos, chegando a atingir mais de 2.000.000 de toneladas de acordo com (BRASIL, 2013).

Figura 15: Sorriso (MT): Produção Agrícola em Sorriso (2017).



Fonte: O autor

Conforme citam Amaral & Carignani (2010) a construção infraestrutural do município de Sorriso foi pautada por meio de um planejamento estratégico onde se apresentam ruas largas, áreas verdes e grandes praças bem distribuídas entre os bairros residenciais da cidade. Porém, é relevante apontar que assim como todas as demais cidades, Sorriso também é dotado de problemas na infraestrutura, no saneamento básico e nos atendimentos de serviços públicos.

Fazendo vistas a essa realidade, no ano de 2005 a gestão administrativa municipal, contratou o Instituto Jaime Lerner de arquitetura e urbanismo para elaborar o Plano de Estruturação Urbanística de Sorriso, o qual nas informações de Amaral & Carignani (2010) foi desenvolvido com o objetivo de proporcionar estratégias de planejamentos que culminassem no desenvolvimento coordenado e pautado num município que abrigará até 2025 uma população estimada de 200 mil habitantes.

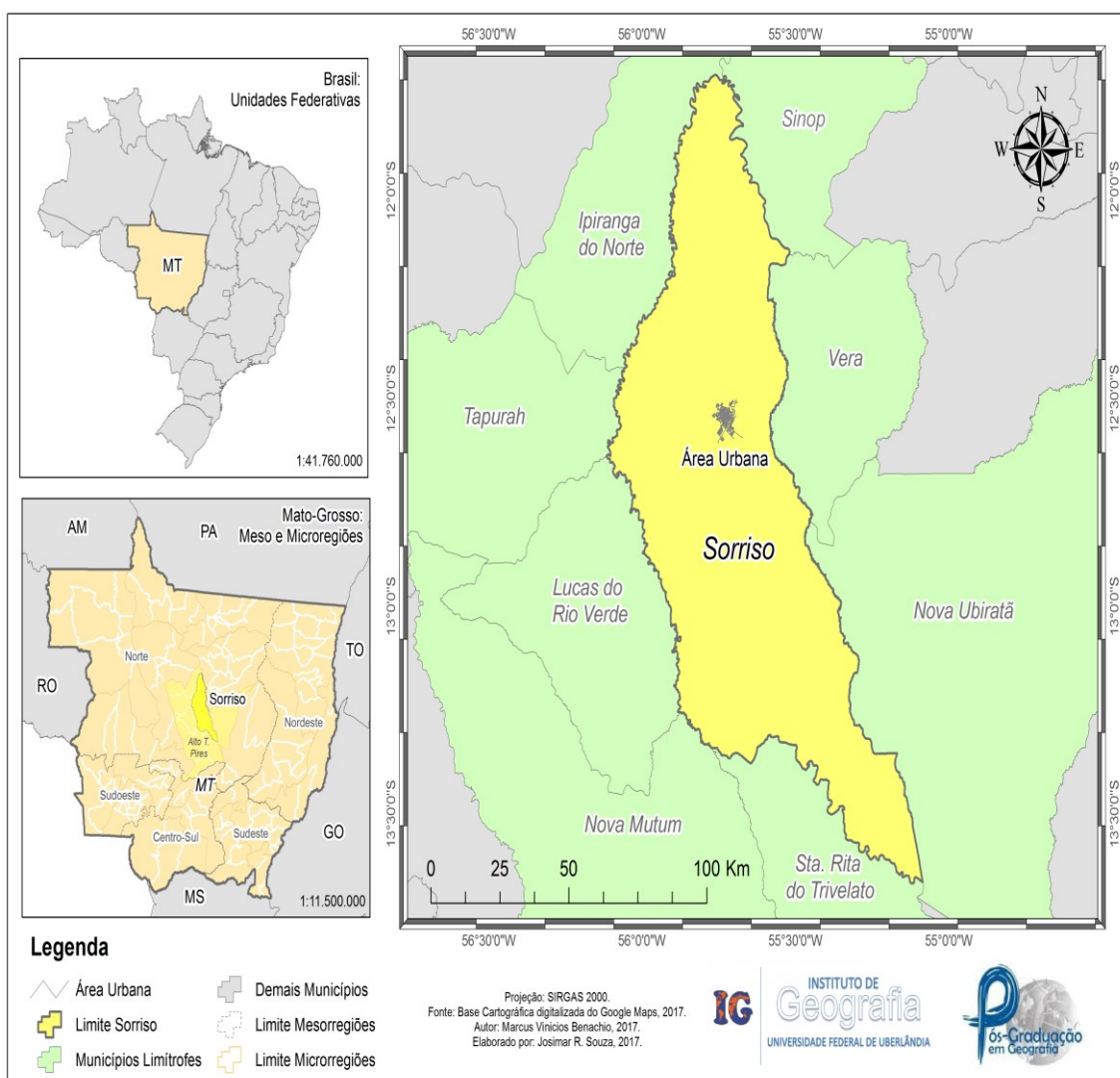
Como ações de estruturação do espaço urbano, previram-se reformas e construções nas áreas de tráfego de automóveis de pequeno, médio e grande porte,

junto a isso o Plano trouxe melhorias na sinalização das vias públicas, construção de prédios e locais importantes para a promoção e fortalecimento da economia da cidade como o aeroporto e o anel viário para que veículos de grande porte não utilizem as vias de tráfego urbano como rota de passagem entre as rodovias federais e estaduais.

Além disso, o projeto desenvolvido pelo Instituto Lerner para a cidade previu também projetos paralelos que atenderiam aos propósitos de preservação e uso inteligente do meio ambiente como a usina de reciclagem e o aprimoramento das normas de uso e de ocupação do solo nas extensões urbana e rural de Sorriso (AMARAL & CARIGNANI, 2010).

De acordo com informações da Prefeitura Municipal (SORRISO, 2015), a criação e melhora de serviços de segurança a população foram instituídos na cidade para que se consolidasse seu desenvolvimento. A delegacia de Polícia Civil, um Batalhão de Polícia Militar, a 6ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, o Centro de Ressocialização de Sorriso (CRS) e um pelotão do Corpo Militar de Bombeiros são exemplos desses serviços.

Figura 16: Sorriso (MT): Mapa do Município



2.2 - Políticas Públicas Saudáveis no Município de Sorriso

O processo de organização da saúde vem ao encontro das relações de sobrevivência do homem no território e, conseqüentemente o seu desenvolvimento carece de equipamentos públicos mantidos por políticas públicas, bem como a oferta dos instrumentos de saúde (físicos e humanos) devem estar conectadas a uma visão holística, podemos dizer assim, que os estudos, estratégias e ações que abordam este tema podem transformar os grupos sociais de vários territórios.

Para compreendermos os conceitos geográficos referentes ao termo território, é importante ter como base as relações humanas no espaço, reestabelecendo o sentido do uso e ocupação destes, mencionar assim, as ideias de Santos (2002), que reportam o território como lugar onde culminam todos os fatos que subsidiam as relações sociais. Para o autor é no território que o homem revela sua existência, fortalecendo sua identidade, construindo sua história.

Nesse trajeto, vale enfatizar o entendimento de Rocha (2009) que apresenta território e espaço como expressões não iguais. Para a autora, é necessário entender que o espaço é anterior ao território, já que este último se constitui a partir do espaço, porém é na apropriação em que “territorializamos” o espaço. Ela conclui que “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (ROCHA, 2009, p. 134).

As definições sobre espaço e território ultrapassam os muros da ciência geográfica, debates nas áreas do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia entre outras são perceptíveis e, as dimensões sociais e simbólicas bem como à subjetivação ao controle e a ordem social são novos artifícios para os conceitos.

Assim, Sacardo & Gonçalves (2007, p. 74) incorporam novos olhares ao termo afirmando que “a dimensão cultural enfoca o território como um espaço dotado de

simbologia, construção de identidades, espaços de representações, de imaginários, de subjetividades”.

O sentimento de pertença é uma característica fundamental para a constituição de um território, pois é vinculado a isso que todas as dinâmicas sociais serão iniciadas. Nesse sentido, façamos um parêntese aqui com a história do município de Sorriso que, ao longo de sua formação territorial foi abrigando e se fazendo acolher por vários migrantes dos estados da região sul do Brasil. Se não houvesse essa sensação de pertencimento, talvez nem o primeiro sulista permanecesse nas terras e jamais traria outros conterrâneos para dar origem ao município.

Outro item pertinente pode ser apresentando por Vargas (2006, p. 53), discriminando o território como um espaço delimitado, apropriado e permeado de uma humanização, ao mesmo tempo em que “permite a concretização e a materialização das relações sociais que, mediante ele, são cobertas de especificidade”.

De acordo com a autora, a territorialidade se materializa na condução e aceitação de lugares peculiares, proporcionando encontros diversificados na produção do espaço e, conseqüentemente atribuindo junção permanente dos processos empíricos das relações humanas.

Na composição de um território e suas relações com o pertencimento, encontramos nos depoimentos dos desbravadores de Sorriso concedido às pesquisadoras Elisia Dias e Odila Bortoncello na obra “*Resgate Histórico do Município de Sorriso: portal da agricultura no cerrado mato-grossense*” (2003) a ideia de identidade territorial que se constitui na relação dos indivíduos e grupos sociais com o espaço. Logo na epígrafe da obra, temos um exemplo claro dito por Claudino Frâncio, membro fundador do município: “pode ter alguém que goste de Sorriso tanto quanto eu, mas ninguém tem direito de gostar mais do que eu” (DIAS & BORTONCELLO, 2003, p. s/p).

Nota-se claramente a relação de pertencimento dos primeiros moradores de Sorriso (MT), a identidade social se manifesta, fortalecendo o repertório dos laços afetivos com o município, Icléia Vargas elenca que o território agrega distintos elementos e ao ser absorvido pelos agentes sociais, expressa diversas perspectivas e, quando “as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social e historicamente produzido” (VARGAS, 2006, p. 60).

Logo, o território constitui-se como um espaço social, onde a cultura e identidade são manifestadas, Sacardo & Gonçalves (2007) inferem que ele perpassa a cotidianidade das cidades e se inter-relaciona com os sujeitos, com os lugares, com as instituições e com o conhecimento, assim, na visão dessas autoras, está interligado à vida das pessoas que o constituem.

Frente aos progressos sociais, bem como as conjunturas que manifestam interesse em prol do povo, o movimento "cidades saudáveis" agrega pressupostos do território e da saúde, associando novos olhares para a qualidade de vida da população.

Podemos apontar que a territorialização em saúde, propõe levar em consideração a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e em políticas específicas e programas de saúde criados pelos governos federal, estadual e municipal.

No início da ocupação das terras de Sorriso (MT), os primeiros habitantes encontraram inúmeros desafios, em especial voltados para saúde e educação, não havia hospital ou posto médico, isso tornava a vida bem hostil, de acordo com Dias & Bortoncello (2003) para que os moradores fossem atendidos, era necessário deslocarem-se para Sinop (em média 85 km de distância, que na época era uma vila e só contava com um hospital e dois médicos) ou para Vera (em média 54 km de distância) cujos serviços de saúde eram ofertados pelas Irmãs Religiosas.

Nos anos de 1979, chega a Sorriso a enfermeira Elfrida Acco, que tinha como missão abastecer o povoado com serviços de saúde, e, mesmo trazendo “alguns itens

farmacêuticos, [...] comprou alguns medicamentos para tratar diarreia, gripe, malária e curativos para ferimentos” (DIAS & BORTONCELLO, 2003, p. 123-133).

Nesse traçado, ficam evidentes as marcas territoriais voltadas aos serviços de saúde, que não acompanham coerentemente a expansão das cidades. A oferta é desorganizada e ineficiente, com isso a "solução" para a expansão territorial dos serviços de saúde no Brasil é lapidada pela institucionalização do (SUS).

De acordo com Faria & Bortolozzi (2016) os princípios constitutivos do (SUS) são prezar pela universalidade, equidade e integralidade estando dependentes de uma organização territorial do sistema, pois a oferta e acesso são questões pertinentes ao território. Com estas considerações, é nítido o papel social do (SUS), que deve promover o progresso na saúde e, os serviços de cunho básico em Sorriso (MT) seriam ofertados mais cedo ou mais tarde, sem contar que hoje, todos os estados do país estão incluídos nas políticas públicas de acesso e promoção à saúde.

No ano de 1980, como mencionado anteriormente, foi construído em Sorriso o primeiro Hospital e, apenas oito anos depois foi quando a cidade recebeu um outro (novo), que ficou conhecido como Hospital Regional, ampliando assim a oferta de especialidades e atendimentos.

No início, o hospital fundado pelos médicos Carlos Frison e Derly Simão não possuía uma estrutura adequada para a realização de cirurgias, seus domínios comportavam apenas o atendimento a população no que tangia a clínica geral, a pequenas suturas e partos de cunho normal (DIAS & BORTONCELLO, 2003).

Ainda assim, era necessário recorrer às cidades com mais infraestruturas em saúde caso alguma das gravidades citadas acima ocorressem ou se algum paciente obtivesse doença ou sinistro que o Hospital Nossa Senhora de Fátima não poderia dar o suporte necessário.

Figura 17: Sorriso (MT): O primeiro hospital com a construção do centro cirúrgico



Fonte: Dias & Bortoncello (2003, p. 153).

Figura 18: Sorriso (MT): O primeiro hospital (2017)



Fonte: O autor (2017)

No ano de 1990 foi instituída no município uma Secretaria cujas políticas específicas voltavam-se à saúde, contudo a atenção aos moradores de Sorriso já era suprida pontualmente com os serviços limitados advindos dos primeiros médicos e

enfermeiros propulsores da saúde da cidade. “Em 24 de setembro de 1990, é criada pela Lei 156/90 a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, que desenvolvia atividades tanto de saúde como do serviço social” (DIAS & BORTONCELLO, 2003, p. 146).

Em 1993, ocorre o desmembramento das áreas de Saúde e Assistência Social e a Secretaria passa a lidar também com o Saneamento Básico, tendo como nomenclatura Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento (DIAS & BORTONCELLO, 2003). Vale lembrar também da Casa de apoio Santa Maria, órgão notório para a cidade, instituição filantrópica subsidiada pela Paróquia São Pedro Apóstolo e suas instalações só foram concretizadas graças à doação de dois lotes de terra da prefeitura a Igreja Católica e a fundação predial só foi concretizada com a ajuda da população por meio de campanhas promocionais e doação da sociedade civil.

A casa visava atender os enfermos que “recebiam alta do Hospital Regional, mas que eram de longe, tinham que retornar para fazer curativo ou caso semelhante e não tinham aonde ir, ficavam no entorno do Hospital ou na Praça da Igreja Católica, dormindo na grama e cobrindo-se com papelão, ou até mesmo nos bancos” (DIAS & BORTONCELLO, 2003, p. 148).

O papel social para o povoado naquele momento foi suprido, a casa de apoio contribuía para retirar as pessoas das ruas, garantindo acesso de condições favoráveis para abrigo, bem como promoveram o bem-estar social aos moradores e visitantes de Sorriso.

Existem vários ambientes de apoio para enfermos e pacientes em tratamento no território nacional, muitos concretizados por instituições não lucrativas Organizações não Governamentais (ONGs), ou casas de apoio que não são financiadas pelos governos. Infelizmente a cobertura deste serviço, podemos dizer assim, não é ofertada em todas as cidades e, conseqüentemente algumas pessoas em fase de dificuldades

(doença e outros) acabam se deslocando para as cidades que possuem este atendimento, o que aumenta significativamente os números de cidadãos em alguns desses locais.

Cabe observar que o (SUS) se obrigada a entregar o tratamento para seus pacientes que estão internos em unidades de saúde, hospitais, porém, diante dos encontros e desencontros que ocorrem no processo de tratamento, deslocamento das pessoas advindas de outras cidades, por exemplo, existe a acomodação, alimentação, entre outros elementos básicos durante o processo de tratamento e ou atendimento, e, o (SUS) não possui condições plenas para totalidade deste atendimento.

As táticas estratégicas do (SUS), veemente moldam-se em torno do território, com isso “as ações democráticas e participativas, assim como a intersetorialidade das ações, algo tão caro no arranjo territorial do SUS, são processos transversais e também fazem parte do planejamento baseado no uso do território” (FARIA & BORTOLOZZI, 2016, p. 311).

A criação da nova secretaria Municipal de Saúde e Ação Social em Sorriso (MT) acomete os rumos designados para saúde e saneamento sorrisiense, buscando melhorias no processo de gestão, bem como promovendo versatilidade no decorrer do escopo do Plano Municipal de Saneamento Básico.

A prefeitura de Sorriso delineia sua proposta de manejo para o saneamento, fato disso é a consolidação da secretaria, os serviços cruciais para população como segurança, transporte, habitação, dentre outros, são fomentados pela gestão municipal. No passo dos indicadores, criou-se um plano estratégico a fim de melhorar e aprimorar o sistema.

O papel fundamental do diagnóstico é a leitura dos fenômenos que podem adoecer a cidade, doenças vinculadas às populações e suas extensões territoriais. Destacando também o crescimento populacional, a taxa de fecundidade e a estruturação de mercado. Compreendendo consequentemente a distribuição de renda, o índice de

educação e a força do município em produzir capital financeiro, as diferenças sociais podem solidificar os *Gaps* das cidades e, trazer em pauta o velho feito que fragiliza o urbano, a gestão pública medíocre.

Concomitantemente, as relações sociais de diferentes regiões, agregam desafios de ordem como: estilo de vida, presença de produtos ilícitos, apoio aos moradores de rua, reabilitação para dependentes químicos e, no caminho a grandeza de cada região, com este cenário é pertinente à atenção específica para cada região.

Com este embasamento, se faz necessário territorializar a saúde, as estratégias para cada região devem ser pautadas nos desafios locais, fortalecendo a inserção de políticas públicas eficientes, consolidando a participação social em prol dos desígnios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora pareça nítida esta trama de atividades, entre as funções definidas de cada estrutura (SUS e Gestão Municipal), vale destacar as ideias de Mendes (2011), que apresenta um estudo para analisar as manifestações oriundas da saúde e a propagação das doenças, que são disseminadas em determinadas localidades, cabe à atenção pré-estabelecida para os pontos de organização das ações de saúde, logo o desenrolar metodológico das atividades prevê a análise e afinco local, aumentando gradativamente a percepção da realidade que se manifesta.

Na concretização das Políticas Públicas ditas "Saudáveis", vale elencar as manifestações do século XX, que conotam as atitudes com relação às questões sociais, expondo impacto ora positivo (alimentando o progresso social) e negativo, desconstruindo as estratégias de organização da saúde.

Os debates diante do conceito Políticas Públicas Saudáveis, segundo Portugal (2011, p. 06) surgem na "Conferência de Alma-Ata, em 1978, quando se salientou a necessidade de uma acção (sic) conjunta entre os diversos sectores da sociedade para a consecução do mais elevado nível de saúde para todos – saúde para todos no ano 2000".

A intersetorialidade configura uma "visão geral" dos desafios que a sociedade possui, considerando este elemento, podemos afirmar que ela pode associar e dirigir políticas públicas envolta das peculiaridades de cada região, bem como assumir papel de molde, oferecendo não apenas informações sobre os problemas e associando caminhos para reestruturar a vida qualitativa.

No âmago deste andar, o termo “intersetorialidade em saúde” cujas bases estão calcadas na promoção da melhora e da equidade para a saúde das populações, evidencia novas possibilidades, ilimitadas diante das realidades adversas que cada conjuntura regional apresenta. Logo, a sociedade civil, pública e privada, são veementes aclaradas para participar dos desenvolvimentos socioambientais.

Além do termo citado anteriormente “intersetorialidade em saúde”, estudos científicos provocam a ideia de outro conceito, o de "ação intersetorial", que tem como princípio as políticas públicas saudáveis. “Com a base do conceito de políticas públicas saudáveis em processo de definição, os anos 80 são então caracterizados pelo aprofundamento de sua compreensão e implementação” (PORTUGAL, 2011, p. 6).

A Lei Federal nº 11.445 instituiu o Plano de Saneamento Básico e, em consequência disso, no ano de 2010, instituiu-se a Lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, fundamentando assim o Plano Municipal de Saneamento Básico de Sorriso, cujo relatório preliminar foi publicado em novembro de 2015. Tais ações proporcionaram a criação de instrumentos de gestão de serviços públicos conforme preconizara o Governo Federal.

Através desses documentos, o município definiu as ações multissetoriais que visassem à melhoria da qualidade de vida da população sorrisiense por meio do Plano Municipal de Saneamento Básico, no qual engloba os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, de Esgotamento Sanitário, de Limpeza Urbana, de Manejo de Resíduos Sólidos, e o de Manejo e Drenagem das Águas Pluviais.

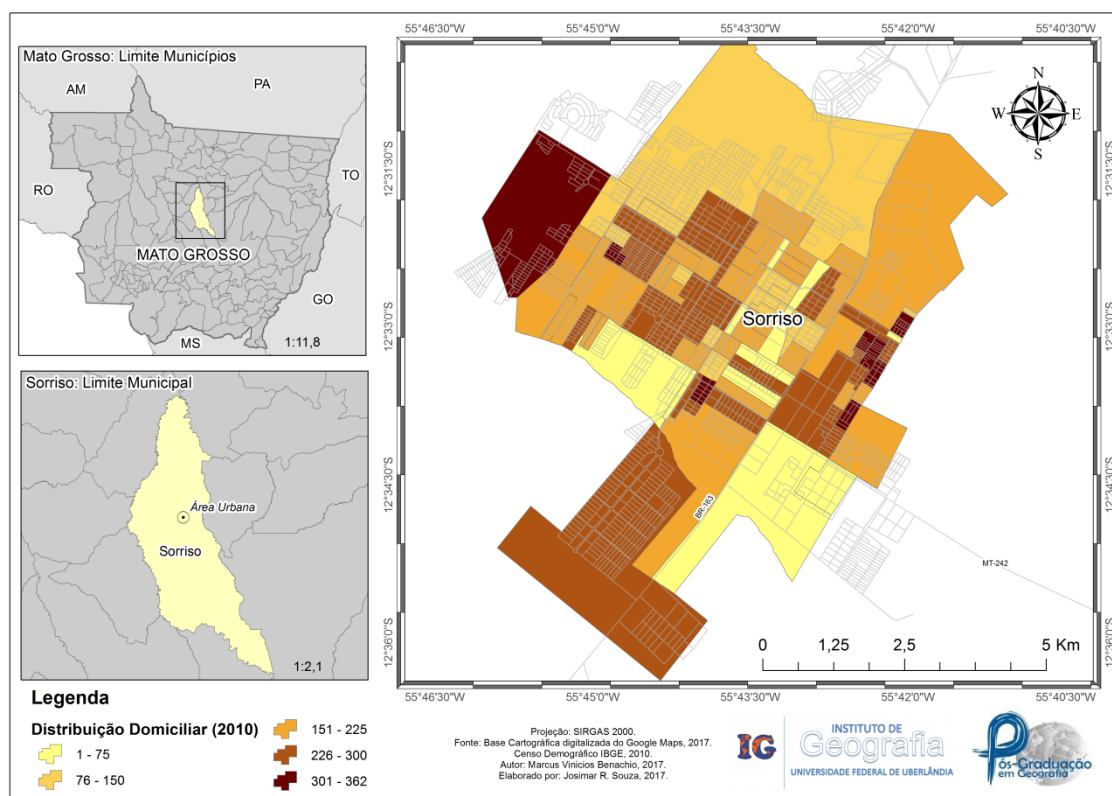
2.3 – Sorriso (MT) na Perspectiva de Município Saudável: encontros e desencontros sociais

Neste item, apresentaremos o alicerce (saudável) que o Município de Sorriso (MT) expõe, destacando que os desafios de ordem estrutural das cidades variam de região para região e, suas condições são estabelecidas culturalmente com políticas de governo que estão em vigor. Assim, nosso objetivo é deixar nosso objeto de estudo como possibilidades e ensaios para o movimento Municípios Saudáveis.

Para iniciar, um detalhe representativo é o jargão popular “a cidade não está indo bem por falta de planejamento”, onde na verdade, todo crescimento urbano tem por base um planejamento que propaga um interesse coletivo ou posto a serviço do setor (capital). O arranjo urbano brasileiro em sua maioria, infelizmente e com toda segurança é consequência das deliberações oriundas das oligarquias existentes enraizadas em toda projeção das cidades.

A situação pode ser tão perturbadora que, até em momentos de desastres ambientais brasileiros, alguns políticos procuram tirar vantagens financeiras com a organização do apoio social para as famílias afetadas, desconstruindo o pouco apoio que seria findado para o momento e, novamente apresenta-se um cenário desconsolador para população.

A escolha de Sorriso não é por acaso. Como mencionado anteriormente, trata-se de um Município localizado na Amazônia Legal e, é intitulada por Lei como a Capital do Agronegócio brasileiro. Estamos percorrendo por uma cidade que possui um enorme poder financeiro, sua economia voltada para produção de grãos alavancou rapidamente o desenho urbano da cidade, que hoje conta com aporte de qualidade para vários bens e serviços.

Figura 19: Sorriso (MT): Distribuição Domiciliar (2010)

Segundo dados obtidos do (IBGE), desdobrados no capítulo 3 do presente trabalho, Sorriso apresenta boa infraestrutura urbana e sua relação com diferentes cenários nacionais e internacionais são efetivos, alimentando práticas e noções permanentes para o progresso urbano, analisando a figura (19), podemos observar a distribuição domiciliar no município.

É expressiva a presença de segregação socioespacial, tendo como divisor territorial a (BR-163), utilizaremos as expressões (Leste e Oeste) fazendo apropriação do mapa da cidade para esta escala de categoria. No lado (Oeste) encontram-se o maior aglomerado de pessoas com melhores condições de vida. São colonizadores, profissionais qualificados, empresários e os notórios da cidade, já ao lado (Leste) a história é outra, caracteriza-se numa Zona ocupada por migrantes oriundos dos estados brasileiros de Rondônia, Tocantins, Maranhão e Pará cujas funções são de

trabalhadores que contribuem com o avanço da região, mas, que não são valorizados a altura.

A pesquisadora Elizabeth Rosa Silva, reforça os efeitos das diferentes origens de migração na Cidade de Sorriso, destacando a presença de "dois municípios distintos dentro de um só: o "lado cá" e o "lado de lá" da BR-163, separação que é, ao mesmo tempo, resultado e fonte de alimentação do poder social de determinados grupos no âmbito local" (SILVA, 2009, p. 161).

O "lado de cá" representa a parte original da cidade, construída de forma planejada, com avenidas largas e arborizadas, casas bonitas e ajardinadas, área verde para lazer, shopping center, comércio diversificado e por vezes sofisticado, bares, restaurantes e uma ampla rede de serviços públicos e privados. É tida como o espaço da elite, dos brancos, dos ricos, dos sulistas e das pessoas ligadas ao agronegócio. Já o "lado de lá" da BR, que originalmente foi planejado como área industrial, teve sua ocupação orientada por invasões e loteamentos populares construídos pelo poder público municipal. Parece-se muito com partes pobres de outras cidades, com casas simples e por vezes precárias, algumas ruas sem pavimentação e comércio nitidamente mais popular do que o encontrado do "lado de cá". Embora lá haja também sulistas de menor poder aquisitivo, desponta no imaginário social local como a parte dos nordestinos, dos pobres e dos "pretos", palavra mais usada pelos moradores da cidade para realçar as distinções socioeconômicas e "raciais" encontradas no lugar. Há de se destacar, ainda, como observado anteriormente, que a cidade não conta com transporte público regular. Isso certamente limita a mobilidade dos moradores dessa região, criando certa barreira de acesso ao "lado de cá". O deslocamento normalmente se dá por intermédio de bicicletas, motos e, eventualmente, serviços de moto-táxi (SILVA, 2009, p. 161).

Nesse traçado, observamos um arranjo estruturado da disposição da cidade na região Oeste e, conseqüentemente, toda infraestrutura como hospitais, escolas e serviços de diversas ordens são assegurados para população que lá reside, sintetizados no território, destacando a presença da mão de obra da população da região Leste da cidade, cobrindo trabalhos mais operacionais, como exemplo, encontramos atendentes, serviços gerais, pedreiros dentre outras atividades.

Nas palavras de Gerson Bicego vice-prefeito de Sorriso (MT), eleito no último pleito (2016), *"o objetivo da atual gestão é desenhar o urbano da cidade com aspectos mais verdes, trazendo a comunidade para participar das praças públicas e outros ambientes que*

fomentem a cultura e o crescimento social do município". Outro ponto pertinente mencionado pelo vice-prefeito trata-se da atividade econômica do agronegócio, que contempla uma minoria da cidade e, infelizmente a padronização atual das atividades e destruição de recursos contribuem para "entregar apenas as sobras do agronegócio para a maior parte da população de Sorriso".

Logo, os lucros ficam nas mãos de poucos, que se tornam milionários em uma cidade que poderia ofertar uma qualidade de vida muito superior, se o planejamento e distribuição de renda fossem organizados familiarizando um melhor uso da riqueza que o município precisa.

Outro fator para o crescimento "estatal", que é notório no Brasil são as possibilidades de trazer uma nova proposta de vida para população, no entanto, os objetivos e vontades estão em um entrave cultural que a política do agronegócio construiu ao longo dos anos: em Sorriso, tem-se uma grande concentração de terra em poder dos proprietários fundiários, permeando a riqueza local para poucos.

Figura 20: Sorriso (MT): Lado Leste (2017)



Fonte: O autor

Figura 21: Sorriso (MT): Lado Oeste (2017)



Fonte: O autor

É visível as diferenças socioespaciais da cidade em relação aos dois lados, no entanto, a desenvoltura e as dinâmicas de desenvolvimento prevalecem na zona (Oeste), valendo destacar que a cidade de Sorriso tem origem na zona (Leste), porém, com o andar dos anos a pavimentação e ordenação do espaço foram constituídas no “lado oposto”. A seguir a imagem (22) apresenta a primeira casa já nesta região, o proprietário que ainda reside é o primeiro prefeito, Alcino Manfroi.

Figura 22: Sorriso (MT): Primeira casa no lado Oeste da cidade (2017)



Fonte: O autor

As cidades precisam ser democráticas, estendendo o direito à cidade para todos os cidadãos. A evolução/crescimento de Sorriso ocorreu rapidamente perdurando aos dias atuais, as políticas federais de expansão do Agronegócio e a capacidade técnica dos colonizadores da região são concebíveis, o que falta, no entanto é a visão do que realmente é uma cidade, humana, pública, saudável. A simbologia cultural brasileira é rasa, quando debatemos valores e experiências que as cidades devem promover.

Com esta perspectiva, romper o que se viveu de uma cidade para criar um novo sentido para o uso do espaço urbano, não é simples, existem inúmeros entraves (capitais e sociais) que rodeiam a solidificação do desenho urbano. Trazer um novo urbano para um velho pensamento de fazer cidade é, sobretudo, uma utopia em construção, validando os percalços intitulados do movimento Municípios Saudáveis, estruturando a vida das pessoas, qualificando sua natureza e suas necessidades básicas.

A cidade é um "encontro", pessoas se estabelecem neste organismo em busca de oportunidades, qualificações, acesso e mais do que isso, procuram viver harmonicamente, desfrutar do aconchego, segurança e estruturas fomentadas no espaço urbano. Em nossa pesquisa de campo identificamos a criação de um novo bairro para a cidade, o Residencial Mário Raiter (por exemplo), trata-se de uma política de governo associada aos aportes federais para habitação nacional.

Localizado na região periférica da cidade, o Residencial Mário Raiter tem a proposta de cobrir a pressão demográfica que se apresenta. As pessoas foram contempladas via sorteio, ocupando a região "pré-estabelecida" pela prefeitura, sem questionar e ou poder opinar, recebendo "a contento" a chave e o endereço da sua "vida".

Figura 23: Sorriso (MT): Sorteio dos endereços entre os contemplados no programa social Minha Casa Minha Vida, do Residencial Mário Raiter.



Fonte: (<http://www.sorriso.mt.gov.br/noticia/index/contemplados-com-imoveis-do-mario-raiter-ja-sabem-o-endereco-da-casa-propria/387>)

A percepção dos populares é fragilizada pela necessidade pontual que lhes cabe, antes de qualquer questionamento, as pessoas precisam de um "lar", um "teto" para morar, mesmo que o bairro seja apenas uma região dormitório, desprovida de fluxos que a cidade deve entregar a comunidade e, assim novamente a força (estatal) conduz a expansão do urbano para onde deseja, sem maiores dificuldades e ou barreiras sociais. As pessoas agora tem um "teto" para morar, mas não tem cidade para "viver".

A cidade é maior que um "teto", nela há essência da condição humana na proposta de uso do espaço urbano, nela os relacionamentos e organizações sociais são estabelecidas e o modo de vida é harmonizado, não podendo eliminar a experiência da vida das pessoas, apenas por motivos imobiliários e outros anseios estatais que predominam a constituição e o futuro das cidades.

Reconhecer os valores dos espaços urbanos e a marca que eles imprimem nas pessoas é um progresso social incomparável. Recuperar a cidade enquanto espaço público e construir instrumentos que protejam as pessoas fortalece o uso comum do espaço urbano, conectando os cidadãos com os laços e encontros que as cidades promovem.

Outro ponto identificado no presente trabalho foi à presença do bairro União estabelecido na Zona (Oeste) da cidade, conforme podemos observar a figura 24.

Figura 24: Sorriso (MT) Bairro União (região Oeste) em 2017.



Fonte: O autor

É aparente a forma tímida como a prefeitura lida com esta região do bairro, que ocupa um setor estratégico hoje no município, ao lado de enormes empreendimentos (condomínios fechados) de alto padrão, fica claro que a cidade cresceu para os extremos da Zona (Oeste) e que agora, espaços antes pouco valorizados tornam-se alvo do planejamento estatal. O bairro União é altamente estratégico, próximo do centro e amparado por facilidade de mobilidade para todos os setores da cidade, o que favorece condicionalmente uma organização social qualitativa para o uso deste espaço.

Espera-se que este bairro seja administrado com créditos pela prefeitura e que a resistência social possa prevalecer nesse território (amparada pelo Plano Diretor), garantindo direitos e melhorias constantes para o avanço local e, prevalecendo à igualdade acima da especulação imobiliária.

Figura 25: Sorriso (MT): Ocupação popular ao lado de um empreendimento de alto padrão, região Oeste (2017)



Fonte: O autor

O município de Sorriso não apresenta favelas, porém, notam-se algumas regiões isoladamente ocupadas, com características irregulares, sem estruturação formal via município e, sua condição comum (saúde, educação, transporte, moradia e desenvolvimento econômico) para população pode melhorar. Para que isso aconteça, encontramos como possibilidade a compactação do município, onde distintas classes sociais utilizariam os mesmos espaços, fazendo um amálgama de uso dos serviços, algo comum em países que já estabeleceram os pilares de equidade e justiça social, sendo que no Brasil, fica quase vetado (socialmente) o uso comum de espaços por pessoas de classes distintas.

Partindo do próprio exemplo dos representantes públicos, que possuem planos de saúde e acesso aos melhores hospitais do país e, são os responsáveis pela gestão do recurso público para todos os serviços sociais, precisamos alterar a "raiz" do cenário nacional e trazer todos os servidores políticos para viver a realidade das pessoas, "só se

muda o que se vive", com esta expressão deixamos aqui uma reflexão para a cidade que queremos e que podemos, sem utopias, sem disfarces e simplesmente com a verdadeira experiência da realidade.

As áreas centrais, em sua maioria são servidas pelos sistemas públicos (praças, hospitais, postos de saúde, rede de esgoto, transporte público, serviços privados de diferentes ordens) e, também é no centro da cidade que se localizam as maiores variedades de postos de trabalhos, neste movimento os cidadãos menos favorecidos financeiramente, tendem a migrar para áreas periféricas e naturalmente são expulsos das regiões centrais por um processo de crescimento e interesse imobiliário, atrelado ao interesse de uma minoria "elitizada".

Nesta linha de pensamento, cabe reportar um instrumento que o Estatuto das Cidades arrola Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), onde é alocada uma região da cidade para habitação de pessoas com baixa renda, estendendo sua função para organização de assentamentos habitacionais, creditando áreas já ocupadas por assentamentos precários e também demarcando áreas (terrenos vazios), reduzindo o custo de aquisição da terra, permeando o interesse social.

A resistência da população, com aporte do instrumento (ZEIS), pode conquistar ganhos imensuráveis como, por exemplo, o conjunto habitacional Jardim Edite projetado para urbanizar a favela que leva o mesmo nome, localizada num dos pontos mais significativos do setor financeiro e de serviços da capital paulista situado no entroncamento das Avenidas Eng. Luís Carlos Berrini e Jornalista Roberto Marinho próximo à Ponte Estaiada.

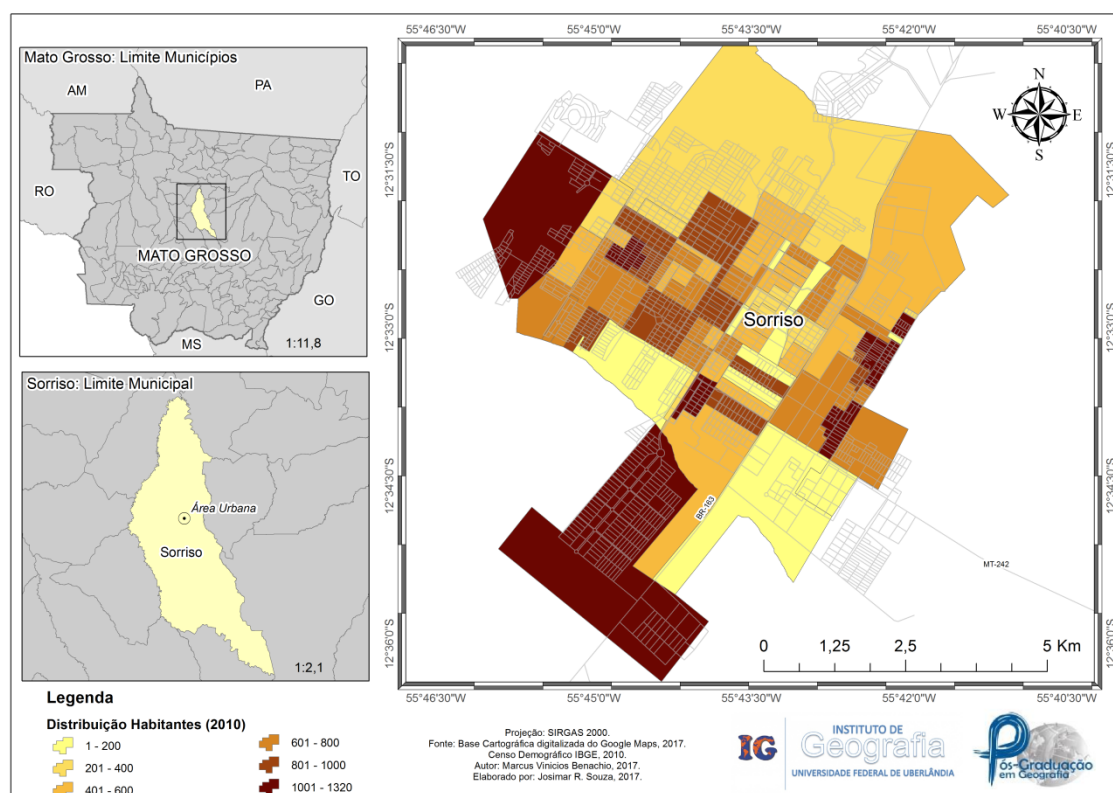
Figura 26: São Paulo (SP): Conjunto Habitacional Jardim Edite



Fonte: <https://goo.gl/2vcpXK> | <https://goo.gl/1gFtxF>

A expansão urbana em Sorriso ocorre de forma horizontal, atraindo habitantes com o marketing agudo do agronegócio, sua realidade e versatilidade são indiscutíveis, porque a forma de viver em Sorriso (MT) é inserida das poucas possibilidades de "encontro" que ela promove e, para os que possuem uma casa com estrutura de padrões elevados contendo piscina e churrasqueira, por exemplo, os momentos de lazer em grande parte ficam limitados a estes espaços, afirma o vice-prefeito.

Figura 27: Sorriso (MT): Distribuição de habitantes em 2010



O número de habitantes na Zona (Oeste) da cidade é expressivo, como podemos observar na figura (27). Ainda no discurso do atual vice-prefeito, "*A qualidade urbanística com áreas verdes será uma meta da nossa gestão*". Percebe-se a vontade da atual gestão em humanizar Sorriso, o que é um ponto inicial para as melhorias e traços que a cidade de fato necessita para o seu desenvolvimento.

Destaca-se no município até o momento, a Cidade Neoliberal (a serviço do mercado e do capital), voltada para o crescimento econômico (a qualquer tempo e de maneira progressista) agregando um enorme divisor de águas. A cidade passa por uma transição, recebendo cada dia mais (migrantes) e, conseqüentemente o seu crescimento a partir de agora pode desestruturar as dimensões do urbano.

Com toda certeza os desafios que Sorriso tem enfrentado estão só começando. O crescente processo de urbanização será inevitável na cidade e, a forma de habitação precisa ser revisada, posto que um residencial distante da cidade careça de custos maiores para seu funcionamento e implantação. Levar itens básicos para essas zonas periféricas como água encanada, distribuição elétrica, pavimentação e mobilidade têm um custo bem maior aos cofres públicos.

A população que vai ser acolhida nestas regiões ocupa uma classe menos favorecida financeiramente, em suma, sua relação com a cidade será de trabalho e não de pertencimento, sendo que, as relações interpessoais ficam comprometidas, fortalecendo novamente a exclusão social dentro das cidades e, o aumento das habitações periféricas sugere o aquecimento feroz ao setor imobiliário que se agrupa dos recursos federais para seu objetivo, o lucro e a valorização de áreas não ocupadas nas cidades.

Alocadas nestas regiões mais remotas do centro da cidade, a população residente têm um custo de vida tanto financeiro, quanto social abalados, porque ao

percorrer enormes distâncias para chegar a seus postos laborais, acabam por virar “*zumbis*”, tendo seus intervalos para descanso reduzidos devido a demanda de tempo que perdem com deslocamento.

Esse ciclo, comum às grandes metrópoles, começa a brotar nas cidades de pequeno e médio porte como Sorriso. É recomendável que mais que um espaço de interesses estatais, seu rótulo de “capital do agronegócio”, seja grandioso também ao dispor o município como um precursor das Cidades Saudáveis na região Centro-Oeste e um modelo a ser seguido em todo país.

O modelo de inclusão das cidades precisa integrar diferentes classes sociais que permutam no espaço e devem estar em interação de forma natural, a lógica que deve ser predominante na governança do município deve ter por objetivo maior a evolução dos cenários propícios para qualidade de vida em sua totalidade, trazendo a gestão democrática das cidades, pois, todos os cidadãos sempre tem algo a dizer como querem a cidade, quais ações são possíveis para o avanço plural e a tomada de decisões coletivas.

A cidade não pode ser objeto unicamente do lucro imobiliário, punindo, excluindo a população que não consegue acompanhar financeiramente o crescimento e modernização do urbano, garantindo a reprodução social (mobilidade, cultura, saúde, educação) e todos os interesses comuns organizando os próximos passos do organismo intersetorial que despontam no território urbano.

A luta pela reforma urbana, movimento que tem como prioridade garantir o acesso de direito aos moradores da cidade tem como condutor o Plano Diretor, que por meio de subsídios básicos como o direito à cidade, as oportunidades concedidas por ele, a luta contra a segregação territorial, dentre outras, conectam os equipamentos urbanos para todas as pessoas e fortalecem os municípios como um enorme encontro, resultando nos cânones estabelecidos no Estatuto das Cidades.

A promoção da cidade deve buscar a regularização fundiária, a gestão democrática, solidificando uma série de ações que compõem a vida urbana, concentrando não apenas um repertório isolado de leis (que por sinal contemplam todos os recursos da vida urbana de qualidade). Lembrando que não existe nenhum plano diretor no Brasil que não favoreça a prioridade do transporte coletivo e, consequentemente a função social do atendimento de educação e saúde. Em tempo, as leis existem e são bem organizadas, porém a prática está distante de acontecer.

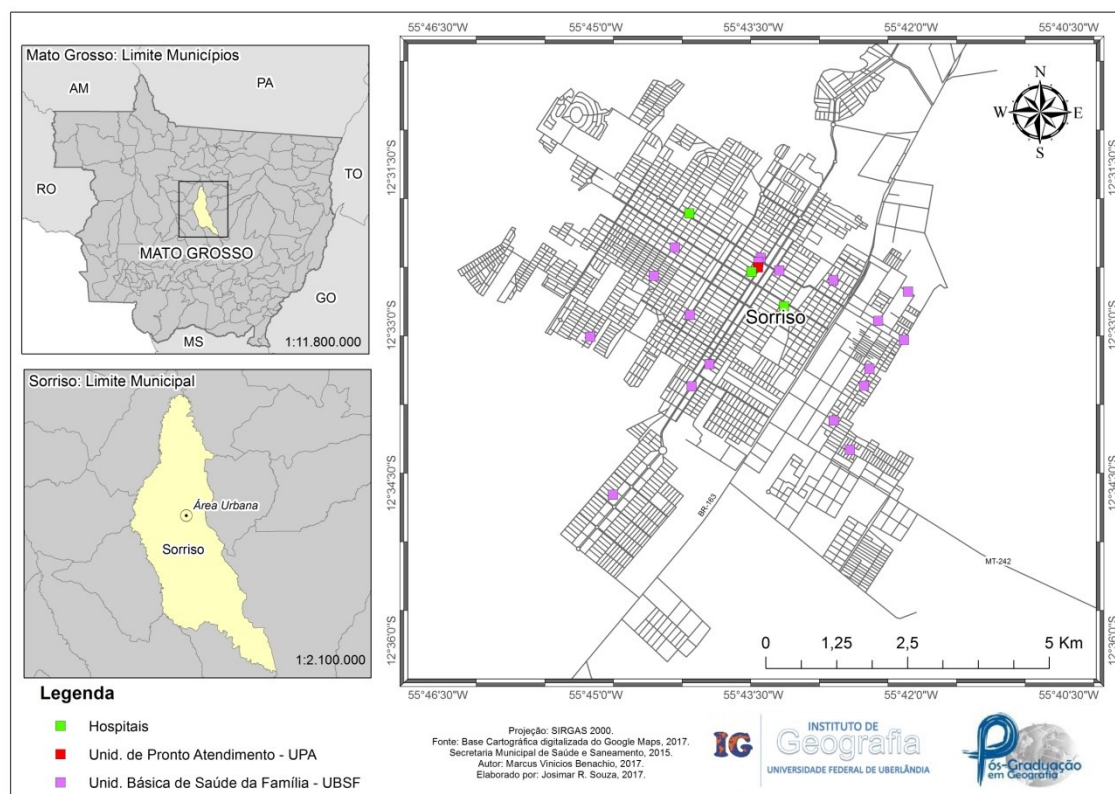
A legalidade das estruturas sociais está bem organizada e amparada na Constituição Federal, no Estatuto das Cidades e nos Planos Diretores, fato este que não descarta a visibilidade dos anseios coletivos em sua totalidade, desdobrando não apenas um emaranhado de Leis, mas um enorme poder social, em *sui generis* quando se têm atores sociais que vivenciam os espaços coletivos e que buscam a sua integração plena do acesso universal.

O movimento Cidades Saudáveis estabelece o ciclo interativo das políticas públicas frente às barreiras que assolam a população, mais uma vez, leis e documentos formais não são suficiente para o ritmo acentuado das cidades e, se faz necessário um golpe certo no sistema, ação cujas garantias de eficácia só consolidar-se-ão com o trabalho coletivo. Quando pensarmos em cidades saudáveis, a pressão em prol dos objetivos comuns deve estar altamente estabelecida, o corpo social precisa concentrar a cidade em torno das pessoas, em virtude do bem comum.

O Brasil possui uma enorme disparidade territorial, existem cidades com (2.000) mil habitantes e também temos cidades com mais de (10 milhões) de habitantes e frente a essa realidade, precisamos levar em qualquer tempo a realidade do município em questão, promovendo seus interesses "saudáveis" e mais que isso, orientando a esfera social da equidade. No caso de Sorriso, observamos que a distribuição da rede de

atendimento à saúde, contempla com o acesso básico a ambas as Zonas (Lado Oeste - Lado Leste), como podemos observar a figura (28).

Figura 28: Sorriso (MT): Distribuição espacial das estruturas de saúde (2017).



Ainda, com base na figura (28), podemos observar a presença dos equipamentos de saúde em toda região da cidade, contudo, os hospitais com aparelhagem e assistência rebuscada estão localizados apenas no (Lado Oeste). Novamente demonstra-se a diferença que existe entre os "Lados" do urbano, nesta lógica, é fato que o município tende a crescer nos próximos anos no (Lado Leste), uma vez que a cidade molda-se para os trabalhos na ordem de serviços, consequentemente, buscando operários para as funções econômicas.

A articulação social, da representação pública (Prefeitura Local) deve promover a sintonia, formando apenas um único núcleo urbano, pois é dever do município elaborar e aplicar o plano diretor. O Município Saudável carece de investimentos em sistemas de integração, trazendo as pessoas para vivenciar e desfrutar de qualquer

condição que a cidade possa promover, sem qualquer tipo de negligência proveniente das classes sociais e ou grupos "elitizados" que norteiam o território municipal.

O planejamento da cidade não pode estar lançado à própria sorte da cidade, ou seja, não há como resolver os desafios de urbanização entregando a responsabilidade desta atividade apenas para gestão local. Os desafios (mobilidade, saúde, educação, habitação, saneamento e estruturas básicas) ocupam proporções estaduais e federais, embora o prefeito possua autonomia para relatar propostas, resoluções e intervenções no território urbano, o uso dos territórios bem como sua organização alicerçada é de competência composta das esferas municipal, estadual e federal.

Evidente que a decisão final deve ser destinada para o local, fortalecendo as condições ambientais que perpassam no espaço urbano, bem como sua proposta de melhoria constante, associando assim o posicionamento local, concretizando um aumento qualitativo gradativo e presente dos recursos municipais.

Figura 29: Sorriso (MT): Estruturas Públicas no Lado Leste



Fonte: O autor

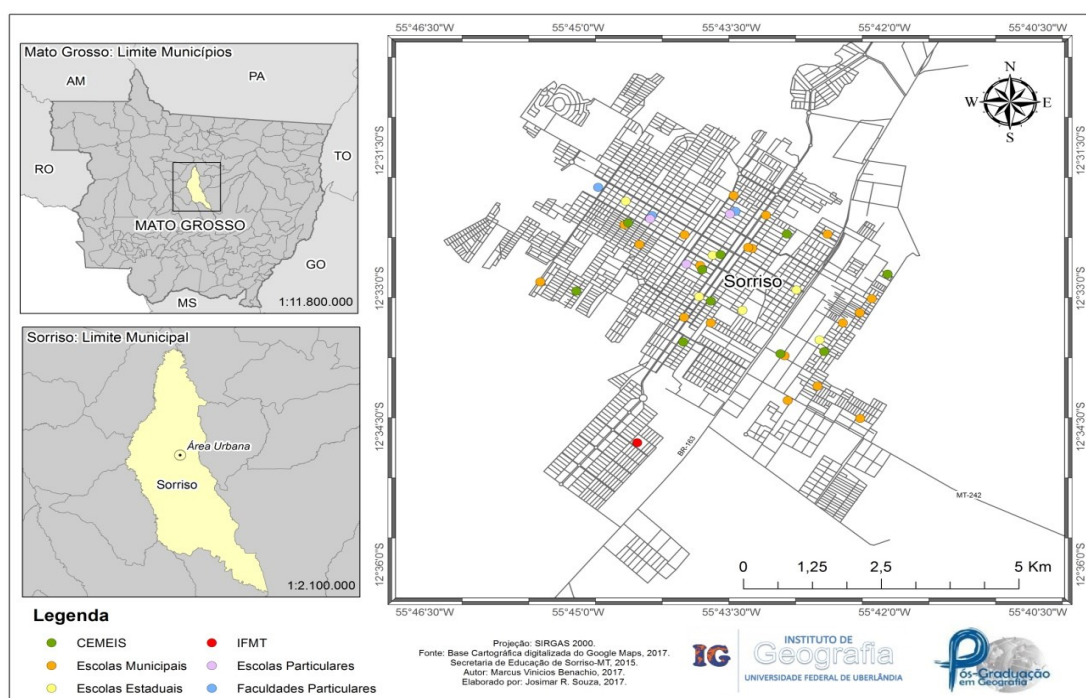
O (Lado Leste) da cidade possui de forma tímida, transporte público para os moradores e, este não apresenta periodicidade nos horários e, como podemos observar no ponto de ônibus da figura (29) a estrutura física é precária. Ainda no (Lado Leste)

detecta-se a pavimentação com asfalto, água e energia elétrica, porém, sem a rede de esgoto.

Quando pensarmos na equidade da cidade, justa, democrática e plural, doravante reforma urbana, precisamos fortalecer os moradores trazendo uma parcela do poder para a coletividade e, favorecendo processos oriundos das discussões sobre as cidades por meio da população, organizando e reestruturando a aplicação das políticas públicas no processo de construção social, integrando a vida da cidade com a essência de seus moradores.

Nesse caminho, a deliberação e a integração das políticas, desconstruem o pensamento isolado das estruturas como saúde e educação, por exemplo, costurando a legitimidade nas decisões públicas, envolvendo a população para propor, questionar e participar da aplicação dos aspectos de governança das cidades.

Figura 30: Sorriso (MT): Estabelecimentos de ensino (2017).



A distribuição dos estabelecimentos de ensino é expressiva, atendendo as Zonas (Leste e Oeste) da cidade, percebe-se que na região (Leste) temos a presença de (7) Escolas Municipais, (3) Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIS) e uma Escola Estadual, qualificando a região. Destacamos que a rede de ensino público municipal, de acordo com nossa pesquisa de campo, apresenta respectiva qualidade, o que provém sinergia com os anseios de um município saudável.

CAPÍTULO III – INDICADORES PARA QUE UM MUNICÍPIO SEJA CONSIDERADO SAUDÁVEL SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



Cidades Saudáveis é o nome que se dá a um projeto de desenvolvimento social, que tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro de atenções (***Márcia Faria Westphal***)

Diante do estudo de campo realizado em Sorriso nos anos de 2016 - 2017 torna-se estratégico apresentar os elementos consolidados frente às compreensões de municípios saudáveis, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a intencionalidade em expandir os indicadores de desenvolvimento de um município é promover maior informação nas áreas de saúde, de serviços, gestão democrática (com maior participação popular), de obras, de transporte, de trabalho, de lazer, educação, entre outros subsídios fundamentais para o progresso social.

Mergulhar na realidade de municípios saudáveis, antes de tudo, é acreditar no desenvolvimento pleno, constante e colaborativo de todos os agentes sociais envolvidos nesse organismo, sabemos que os indicadores traçados pela (OMS) refletem o esperado para que a sinergia de ações sociais e condições como recursos ambientais, infraestrutura, diversidade econômica, por exemplo, brilhem no cotidiano. A busca por municípios saudáveis vai além de indicadores palpáveis, permeando pela sensibilidade cultural constitutiva de cada município.

Neste caminho, podemos descrever o entendimento de Akerman et al. (2002, p. 644), direcionando os aspectos invariáveis e equivocados, que indicadores quantitativos podem apresentar, sendo assim:

Muita energia do movimento de “cidades/municípios saudáveis” tem sido gasta no desenvolvimento de indicadores quantitativos. Tais indicadores podem ser úteis como estabelecimento de “medidas de ponto de partida” para definição de prioridades, mas poderia criar falsas expectativas daquilo que poderia ser modificado, no curto e no médio prazo, se for levada em conta apenas a magnitude dos problemas considerados.

Portanto, ao depararmos com a realidade do município de Sorriso (MT), nos permitimos analisar conceitualmente se há uma preocupação em adotar políticas públicas necessárias para a promoção de um “município saudável”, conforme entendemos desse modo, a competência em gerir uma administração municipal deve compor de uma série de arranjos organizacionais, que se unem de atitudes positivas frente às recomendações da (OMS), encontrando configurações para que uma área contribua para a expansão de outra.

As autoridades políticas e da sociedade organizada devem atuar juntas com o propósito de estabelecer planos de ação que minimizem a desigualdade social, aumentem a qualidade de vida da população e construam espaços e infraestruturas adequadas que permitam o desenvolvimento constante da região.

Conectar as diretrizes de intersetorialidade na construção de municípios saudáveis torna-se pertinente, uma vez que a consolidação das ações, bem como o aumento da participação social é o grande desafio deste conceito. Lima (2013, p. 20) afirma que “não se pode governar para a criação de Cidades Saudáveis sem intersetorialidade”, com certeza esta afirmação insere novos arranjos diversificados e, estruturados, pois, a configuração da redefinição da forma como os municípios apresentam suas atividades (crescimento, disposição de serviços, educação, saúde) agrega a teia de propriedades para municípios saudáveis.

Sabemos que “para a criação de Cidades Saudáveis, devemos nos preocupar com os lugares e com as pessoas” (LIMA, 2013, p. 21), nesse sentido, a disposição de serviços e estrutura dos municípios deve suprir as necessidades de toda comunidade, a localização, o atendimento e, o plano de expansão da cidade, precisa “empreender estratégias de promoção da saúde, com base territorial e com intersetorialidade, que possam realizar ações e práticas nestas duas direções” (LIMA, 2013, p. 21).

Precisamos compreender a dinâmica das cidades, ir além do existente e, lapidar situações no presente, contemplando o futuro, dessa forma interpretando os diferentes desafios municipais, pois a disposição urbana, bem como seu fluxo, deve ser assegurada por estratégias estruturadas nos princípios da (OMS),

[...] a cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo se tomar local permanente de trabalho e moradia. Assim foram os primeiros embriões de cidade de que temos notícia, os zigurates, templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã (ROLNIK, 1995, p. 13).

Raquel Rolnik menciona a versatilidade de uma cidade, pois ao descrever que se trata de um ímã, nossa reflexão vislumbra novas realidades como, por exemplo, a maneira em que os homens ocupam o ambiente, o domínio sobre o espaço e, a consolidação vital permanente sobre determinada região, organização urbano-política, logo cidade (ROLNIK, 1995).

“A intersetorialidade é, porém, resultado de um processo ainda pouco claro e descoordenado de modelo de gestão de políticas públicas, cuja problematização impõe o desenvolvimento de modelos integrativos de gestão governamental” (SANTOS, 2011, p. 25). Esta consideração conota os desafios do modelo de gestão para com políticas públicas, sabemos que a criação e ações eficientes devem interagir trocando informações, experiências e principalmente trabalhando em conjunto para configuração de estratégias.

Ainda de acordo com Santos (2011), a intersetorialidade guia as ações comuns do município ou valor fundamental, sua estratégia garante o funcionamento transparente dos serviços públicos, fortalecendo o caminhar das propostas, elevando a qualidade da gestão. “Caso contrário, corre-se o risco de incorrer um entrave caminhando em direção oposta a proposta da intersetorialidade” (SANTOS, 2011, p. 27).

Dessa forma, conforme já havíamos afirmado, a qualidade de vida e de infraestrutura adequada a uma população faz parte de uma série de condições para sobrevivência do seu acesso a determinados bens e serviços em todas as instâncias, seja no provimento de emprego, geração de renda, oferta de educação gratuita e de qualidade, atenção à saúde, estímulo à agricultura familiar e produção de alimentos saudáveis, disponibilização de serviços de saneamento básico, projetos de habitação para a população de baixa renda, entre outros.

Carlos Leite (2012, p.74) aponta que as cidades trazem perspectivas incalculáveis para as pessoas, uma vez que promove o encontro cultural, econômico e social:

As cidades são pensadas como centros de inovação há muito tempo. Em 1606, o padre e pensador liberal italiano Giovanni Botero já dizia que o grande diferencial das cidades não eram nem os prazeres da vida urbana, nem a segurança que elas traziam (em comparação com a vida precária no campo), mas sim a riqueza (econômica, social e cultural) que provinha da concentração de diversidade de suas populações.

Cabe destacar nesse momento as considerações de David Harvey, que em sua obra “*Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*”, demonstra o papel social, fluxos ambientais e a fragilidade da pessoa na cidade considerando que

os fluxos não apenas de alimentos e outros bens de consumo, mas também de energia, água e outras necessidades básicas, bem como sua vulnerabilidade a perturbações da ordem. Ainda que parte da produção e reprodução da vida urbana possa ser “descartada” (um termo infeliz) como “improdutiva” no cânone marxista, continua a ser socialmente necessária como parte dos falsos custos da reprodução das relações de classe entre capital e trabalho. Em grande parte, esse trabalho sempre foi temporário, inseguro, itinerante e precário; e é muito comum que camufle o suposto

limite entre produção e reprodução (como no caso dos vendedores de rua) (HARVEY, 2014, p. 235).

Logo, quando pensamos em municípios saudáveis, sobretudo no fluxo interativo que apresenta, a intersectorialidade confere a estrutura fundamental desta rede de energia. O temo “descartada” confirma a distância que componentes da população apresentam na constituição do município por meio da diretriz intersectorial que sobrepõe abismos e trazem o percurso “*saudável*” do funcionamento urbano.

Em Sorriso, podemos perceber que a cidade desenha-se de acordo com as estratégias de desenvolvimento na esfera intersectorial, na qual todas as áreas que envolvem a estrutura da administração municipal seguem no mesmo ritmo de crescimento, apesar do grande destaque no setor econômico no que se refere, principalmente à indústria agropecuária, conforme identificaremos ao longo deste capítulo.

A presente pesquisa torna-se estratégica neste momento, pois nossa leitura e compreensão teórica sobre a temática proporciona segurança para criar um percurso até então pouco explorado. Acreditamos que a asseveração do formato atual de análise dos indicadores de Município Saudável, pode levar pesquisadores e intérpretes desta linha de estudo a incumbirem enigmas em seus trabalhos.

Com a ideia de subsidiar estudos nesse viés e encontrar uma forma autêntica de conectar o município mantendo sua identidade plena, buscamos preservar os elementos presentes em Sorriso (MT) nos atributos citados pela (OMS), logo, nossa pesquisa adota um caminho peculiar, pois ao incrementar a configuração local frente aos pilares dos Municípios Saudáveis, dimensionaremos nosso cunho científico, classificando e interpretando distinções extremamente presentes no objeto de estudo. Simplesmente nosso prospecto busca entregar clareza na leitura de cenários.

“Elaborar uma metodologia que permita avaliar o processo de desenvolvimento dos projetos Cidades/Municípios Saudáveis implica reconhecer diversos fatores e

acordar múltiplas concepções” (AKERMAN et al., 2002, p. 639). Conceitualmente e metodologicamente, não existe até o momento e, acreditamos que não existirá nenhum padrão de pesquisa unilateral para esta temática, quando um pesquisador lança uma proposta de trabalho, na concepção de Cidades/Municípios Saudáveis, seu maior desafio é encontrar/preservar todas as evidências que fomentam os intentos deste tema.

A seguir, descreveremos os indicadores da (OMS) enfatizando sua importância para o contexto das cidades/municípios saudáveis:

1. *Ambiente físico limpo e seguro, de alta qualidade (incluindo a habitação de qualidade);*
2. *Ecossistema estável e sustentável em longo prazo;*
3. *Comunidade forte, com relações de apoio mútuo e de não exploração;*
4. *Elevado grau de participação e controle da comunidade sobre as decisões que afetam as suas vidas, saúde e bem-estar;*
5. *Satisfação das necessidades básicas (alimento, água, moradia, renda, segurança e trabalho) para todos;*
6. *Acesso à diversidade de experiências e recursos, que possibilitem uma ampla variedade de contato, interação e comunicação;*
7. *Economia diversificada, vital e inovadora;*
8. *Fortalecimento de conexões dos cidadãos com o passado, com o patrimônio cultural e biológico e com outros grupos e indivíduos;*
9. *Uma forma que seja compatível com as características anteriores e as reforce;*
10. *Um ótimo nível de saúde pública adequada e serviços de cuidados a doentes, acessíveis a todos;*
11. *Elevado índice de saúde (indicadores positivos para a saúde e negativos para doenças) (OMS, 2005, p.12, grifos nossos).*

Em nossa aplicação metodológica, interligamos alguns desses indicadores, com a finalidade de correlacionar tópicos que apresentam sentido próximo, logo, o resultado foi à criação de um procedimento assertivo, que possibilitou-nos a compreensão das informações de forma empírica, acolhendo o município em sua totalidade. A inspiração deste modelo resultou em três grandes eixos, descritos a seguir:

Fluxograma 2: Organismo Intersetorial: mobilização social



Org.: O autor.

Desdobrando nossa pesquisa, vamos imergir os dados obtidos frente aos elementos da (OMS), sinalizando a proposta metodológica, nosso processo investigativo pressupõe a intersectorialidade *versus* mobilização social, logo para findar um trabalho estratégico, não basta apenas “relatar” os inúmeros indicadores entregues pela Organização, mas sim, articular o funcionamento de um município uma vez que sua composição agrega vertentes materiais e imateriais.

Para fortalecer nossa linha de pensamento, buscamos Westphal & Mendes (2000), onde se apresenta a indicação do Psiquiatra e Urbanista da Universidade de Berkeley, o pesquisador Leonard Duhl, que apresenta a relação de dependência entre - *uma coisa e outra* - na estrutura multidimensional:

[...] é o papel dos cidadãos para lidar com os complexos problemas de saúde e criar uma cidade “saudável”, quer dando respostas a questões mais imediatas, quer lidando com questões subjacentes à saúde, que são interconectadas, complexas e multidimensionais: **é a interligação, o relacionamento entre as partes e o senso comum de toda a comunidade que são essenciais para fazer uma cidade saudável** (WESTPHAL & MENDES, 2000, p. 49 grifo nosso).

Nesta perspectiva “a ação intersetorial no gerenciamento das cidades busca superar a fragmentação das políticas considerando o cidadão na sua totalidade. Isso exige um planejamento articulado das ações e serviços” (ADRIANO et al., 2000, p. 55). E ainda, vale fomentar que “[...] é necessário também um novo saber e um novo fazer que envolva mudanças de valores, de cultura, dentro e fora da administração municipal” (ADRIANO et al., 2000, p. 55).

Construir o movimento de mudanças significativas em um determinado local requer habilidade de comunicação e, principalmente fortalecimento da perspectiva coletiva, embasando o ponto de vista misto, atraindo não apenas personagens políticos com envolvimento direto das tomadas de decisões municipais. Assim, empoderar a população torna-se imprescindível.

Os valores (materiais e imateriais) da estrutura municipal devem ser mantidos com vigor porque a participação popular precisa ser permanente, imperante, intocada, crescente, viva e mais do que isso, ser totalmente independente, alcançando nesse caminho sua vitalidade frente à gestão municipal daquele tempo. Assim, prefeitos e demais membros políticos, podem entregar resultados qualitativos entre uma gestão e outra, não apenas em um ciclo de quatro anos, alcançando a busca constante por diretrizes de Municípios Saudáveis em qualquer tempo e ou gestão.

Sabemos que o desafio é constante, ora! Esse é o propulsor do movimento. Municípios Saudáveis antes de qualquer menção formal representa a harmonia de um território, o contato, à troca, o simples gesto do “bom dia” — “com licença” — Sim! Exatamente a afetividade, o relacionamento entre os seres humanos, são ações essenciais para fazer uma cidade saudável.

Os processos educativos, formais e informais das cidades, passam por mudanças diárias, a verdade não se faz permanentemente absoluta, os caminhos metodológicos desse “jeito” de transmitir/ensinar e aprender, para esta geração, devem contemplar

perguntas diante da realidade dos diferentes residentes, investindo em “autonomia” dos intérpretes sociais, projetando interações emocionais e científicas, que por sua vez envolve tecnologias de baixo custo. Logo, o que surge dessa conectividade são cidadãos críticos, embasados de saber e prontos para atuar na esfera coletiva em busca de municípios saudáveis.

3.1 Fluxos de Energias Ambientais

Os Fluxos de energias ambientais remetem nossa leitura dos indicadores da (OMS), acreditamos que os subsídios (economia, educação, saúde, saneamento, segurança e acesso universal) agregam o alicerce municipal, para que assim se possa viver com estruturas fundamentais de recursos, o resultado encontrado neste estudo, permite a apresentação de diversas variáveis.

Para a concepção dos próximos tópicos, realizamos o levantamento de informações via pesquisa de campo nos principais órgãos e departamentos da gestão municipal e demais instituições de Sorriso. Foram angariados fichamentos de reportagens publicadas no jornal impresso do município, pesquisas em revistas impressas da região, sites da cidade, além das páginas digitais de institutos oficiais do Governo Federal, para que os dados coletados que contemplam este eixo, sejam descritos a seguir.

3.1.1 Economia diversificada como aporte essencial para garantir planejamento sustentável a um município

Ao apresentarmos o entendimento a respeito de Sorriso percebemos que o município, objeto de nossa pesquisa, apresenta a infraestrutura de uma cidade em

expansão onde ainda se revela como localidade de diversas atividades econômicas, o que lhe caracteriza como berço de empresas nacionais e multinacionais, além de grandes empreendimentos nascidos no local que conseguiram obter acentuado destaque em sua produção.

A partir da nossa compreensão para desenvolver este estudo, embasado no movimento Cidades Saudáveis que reconhecidamente gerou importante debate em diversos setores científicos, sociais e políticos ao motivar inúmeras reflexões em repensar como a convergência de dados sobre um determinado território e sua sociedade, acarreta uma nova percepção sobre as demandas reais de habitação e mobilidade dessa população, havendo uma série de aspectos que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa ao depararmos com a realidade desse pequeno município, localizado no Estado de Mato Grosso, fruto da migração de populações basicamente vindas da região Sul do país para colonizar esse próspero território.

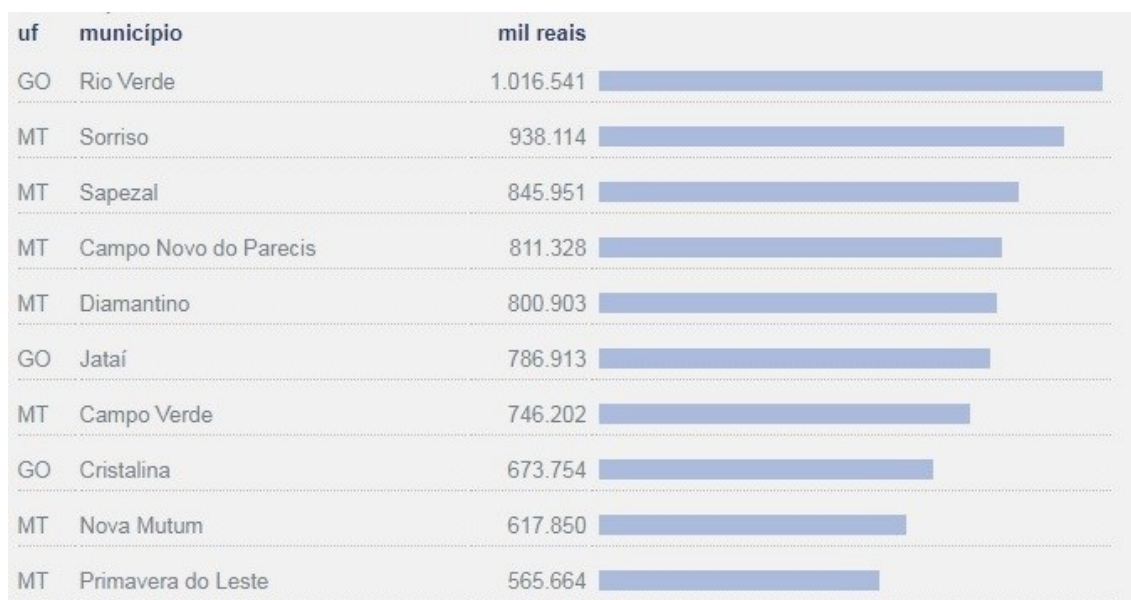
Diante disso, o empoderamento popular está vinculado aos propósitos de bem-estar, aliados ao comprometimento de gestões municipais em prol do amadurecimento de políticas públicas que forneçam a infraestrutura adequada para esses intentos. Isso ocorre quando o esforço em alcançar metas que visem à promoção de melhorias na qualidade de vida de uma população se estabeleça, de modo que possibilite desenvolver estudos para diagnosticar a situação da comunidade e as condições em que vivem, com a finalidade de haver o compartilhamento das responsabilidades e sua consequente fiscalização, lapidando os agentes sociais aptos em auxiliar na formação de concepções ligadas à igualdade social e ambiental.

Segundo o IBGE (2014), Sorriso constitui a quarta maior economia do Estado de Mato Grosso, apresentando em seu Produto Interno Bruto (PIB), o valor adicionado bruto total, a preços correntes de (3.977.337) bilhões de reais, assim, inevitavelmente

sua inserção no território nacional é eminente, fortalecendo os índices de crescimento do País.

Nesta trajetória, os estados do Rio Grande do Sul (RS), Goiás (GO) e Paraná (PR), sustentam a cadeia do agronegócio de forma singular, concentrando em torno de 70% da produção de grãos do país. A alta tecnologia é um enorme aliado e, as terras férteis compõem as atividades destes estados. Conforme sustenta Sávio Pereira, Secretário Substituto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Canal Rural (2017, p. s/p), "no Paraná, é preciso considerar a tradição agrícola, o alto nível técnico e de escolaridade dos produtores, que ajudam a alavancar a produtividade, disse Sávio Pereira. Já em Goiás, a vantagem refere-se à proximidade com o mercado consumidor". Podemos observar a figura 31.

Figura 31: Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes - comparação entre os municípios de (MT - GO - PR - RS)

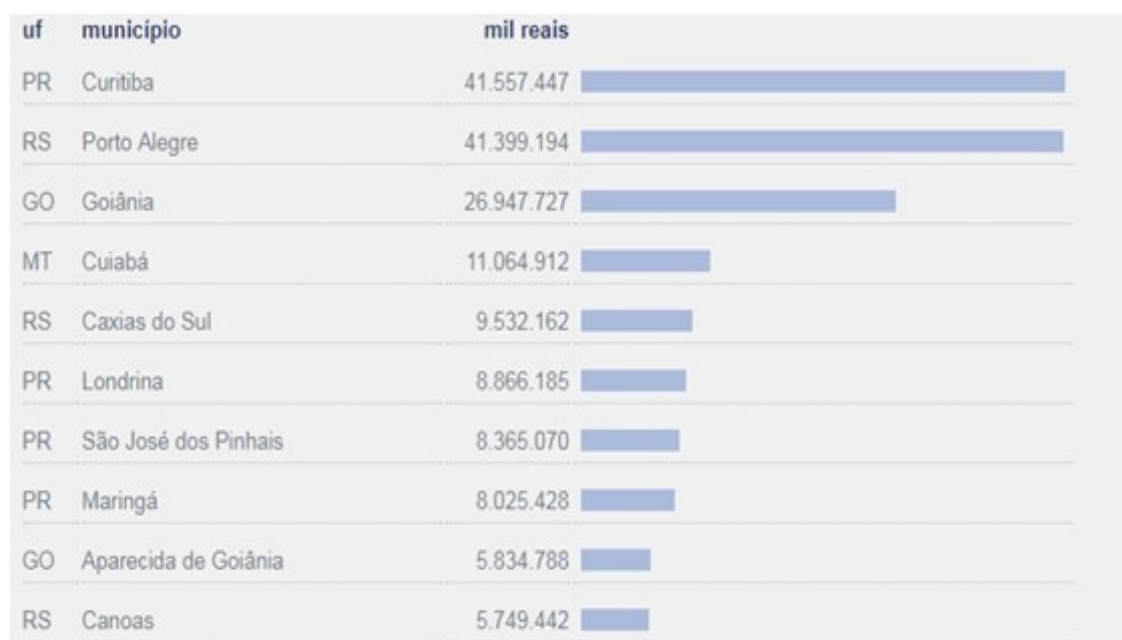


Fonte: (IBGE, 2014).

Ainda de acordo com o (IBGE), outro indicador que podemos destacar é o valor adicionado bruto dos serviços, a preços correntes - exclusive administração. Sorriso ocupa a 32ª posição, comparadas aos estados de Rio Grande do Sul (RS), Mato Grosso

(MT), Paraná (PR) e Goiás (GO). Logo podemos identificar que consequentemente a geração de empregos em Curitiba é aquecida, fortalecendo o progresso econômico e o acesso de grande parte da população diante aos elementos como saúde, educação, alimentação, dentre outros. Assim, com os avanços econômicos obtidos ao longo dos anos, podemos afirmar que a população da capital paranaense, marcha para a qualidade de vida de um modo solidificado.

Figura 32: Valor adicionado bruto dos serviços, a preços correntes - exclusive administração nos estados de (MT) - (GO) - (PR) - (RS).



Fonte: (IBGE, 2014).

Basicamente, a economia do município de Sorriso está apoiada na produção de soja, entretanto, ao longo dos anos houve a diversificação da produção agrícola dentro de um enredo de suporte financeiro e da instalação de diversas empresas multinacionais da agroindústria, tornando-se a Capital Nacional do Agronegócio, reconhecimento este decretado pela Lei n. 12.724, de 16 de outubro de 2012. O que aumenta a responsabilidade do município em garantir infraestrutura adequada para a produção, armazenamento e escoamento de seus produtos.

Conforme foi ressaltado, além da cultura de soja, há uma diversidade de produção que colabora para distinguir a economia do município já que além da agricultura de soja, soma-se às de milho e de algodão, que produziram em 2015 cinco milhões de toneladas de grãos (FOLHA DO CERRADO, 2015).

Aliás, Sorriso investiu na piscicultura, tendo atualmente um frigorífico de peixes, cuja produção somou 24 mil toneladas, em 2015, o que corresponde a uma receita estimada em 156 milhões de reais. Já na produção de feijão, cujo embarque em 2015 totalizou cerca de 94 mil toneladas produzidas na última safra, conferiu à cidade o reconhecimento nacional em segunda colocação como produtora do grão no país (FOLHA DO CERRADO, 2015).

O município é considerado o 15º maior exportador brasileiro no acumulado de 2016 por causa da produção de soja e milho, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o embarque até maio de 2016 somou (833,45) milhões de dólares o que corresponde a (2,8) bilhões de reais com (58%) do valor negociado em soja além dos (34%) de milho (REVISTA NOTÍCIAS, 2016).

Empresas multinacionais da agroindústria, como Monsanto, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill, Dreyfus, Noble e Glencore, além de negócios regionais como Amaggi, Coacen, Nativ e Multigrain fazem parte do elenco de organizações financeiras milionárias que estão instaladas no município.

A preocupação em garantir qualidade de vida e atendimento a todas as camadas sociais da população se avoluma devido ao fato de que o município estabeleceu como meta de desenvolvimento do Plano Plurianual (PPA) de Sorriso para o período de 2014 a 2017. A Lei n. 2.241, de 10 de setembro de 2013, destaca entre outros pontos:

Art. 3º [...] Constituem Objetivos estratégicos da Administração Pública Municipal, direta e indireta para o período 2014-2017:

- 1) Melhorar a qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- 2) Melhorar a qualidade de vida da população;
- 3) Erradicar o déficit habitacional;
- 4) Assistir a população de baixa renda na criação de condições para uma vida digna;
- 5) Fortalecer a produção, industrialização e comercialização do município;
- 6) Garantir o desenvolvimento urbano e rural de forma ordenada e social;
- 7) Assegurar o uso ordenado do solo e o respeito ao meio ambiente;
- 8) Geração de emprego e renda;
- 9) Manter e melhorar a prestação de serviços públicos;
- 10) Garantir a excelência nos serviços prestados;
- 11) Incentivar o controle social;
- 12) Melhorar o nível de desempenho profissional e gerência dos servidores;
- 13) Elevar arrecadação municipal;
- 14) Garantir o equilíbrio orçamentário e financeiro (SORRISO, 2013).

Além de que a partir do Plano Diretor estabelecido, o município de Sorriso segue em ritmo de construção de infraestrutura que atenda todas as demandas da população. De acordo com o IBGE, a população residente em 2010 constituía de (66.521) pessoas, sendo que (58.364) pessoas se encontravam na área urbana e (8.157) em localidades rurais. Desses dados, 34.267 eram homens e 32.254 eram mulheres (IBGE, 2010). A estimativa de crescimento populacional em 2017 é de (85.223) pessoas (IBGE, 2017).

Dentro do conteúdo do Plano Diretor, por meio da Lei Complementar n. 035, de 21 de dezembro de 2005, há importantes trechos em que evidenciam a preocupação com o desenvolvimento do município, tal como podemos observar no Artigo 6:

Art. 6º - Este Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano rege-se pelos seguintes princípios:

- I - justiça social e redução das desigualdades sociais e regionais;
- II - inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes;
- III - direito à cidade para todos, compreendendo: o direito à terra urbana; à moradia digna; ao saneamento ambiental com a preservação e recuperação do ambiente natural; à infraestrutura urbana; a mobilidade, a acessibilidade priorizando o transporte coletivo público; aos serviços públicos; ao trabalho e ao lazer;
- IV - garantia às funções sociais da cidade e à função social da propriedade;
- V - transferência para a coletividade de parte da valorização imobiliária inerente à urbanização;
- VI - fortalecimento do setor público, recuperação e valorização das funções de planejamento, articulação e controle;

VII - participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão.

VIII - participação do Município de Sorriso como líder para a integração intermunicipal na região do médio norte (SORRISO, 2005, p. 03).

Nessa concepção, ainda, devemos ressaltar as práticas que incentivam a melhoria da saúde da população, intenções estas que foram o alvo inicial dos estudos para que fossem realizadas as conclusões sobre a interdependência da saúde em relação aos demais setores sociais, como foi averiguado no Canadá. Assim, as intenções elencadas para justificar os princípios do Plano Diretor encontram-se determinados no Art. 7, conforme abaixo:

I - consolidar o Município de Sorriso como centro regional de prestação de serviços, comércio e indústria, líder regional da produção de grãos e como sede de atividades produtivas geradoras de emprego e renda;

II - elevar a qualidade de vida da população, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do Município;

III - promover o desenvolvimento sustentável, a justa distribuição das riquezas e a equidade social no Município;

IV - garantir a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;

V - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana;

VI - aumentar a eficiência econômica do Município, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais para os setores público e privado, inclusive por meio do aperfeiçoamento administrativo do setor público;

VII - promover e tornar mais eficientes, em termos sociais, ambientais, urbanísticos e econômicos, os investimentos dos setores público e privado;

VIII - racionalizar o uso da infraestrutura instalada, em particular a do sistema viário e de transportes, evitando sua sobrecarga ou ociosidade;

IX - democratizar o acesso a terra e à habitação, através da utilização dos princípios e instrumentos do Estatuto da Cidade;

X - prevenir distorções e abusos no desfrute econômico da propriedade urbana e coibir o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

XI - aumentar a eficácia da ação governamental, promovendo a integração e a cooperação com os governos federal, estadual e com os municípios da região médio norte, no processo de planejamento e gestão das questões de interesse comum;

XII - permitir a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos diversificados, quando for de interesse público e compatível com a observação das funções sociais da cidade;

XIII - descentralizar a gestão e o planejamento públicos, conforme previsto na Lei Orgânica, com a participação local;

XIV - implantar regulação urbanística baseada nos elementos norteadores deste plano;

XV - consolidar o Município de Sorriso como líder nas ações conjuntas dos municípios voltadas para o crescimento econômico da região (SORRISO, 2005, p. 3-4).

Desse modo, a intenção e princípios estipulados pelo Plano Diretor pautam-se no atendimento à população e aos investidores do agronegócio que estabeleceram suas indústrias neste município. Os parâmetros traçados pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que no caput do 2º artigo, discorre: “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]” (BRASIL, 2001). Mostram que a sustentabilidade dos municípios está ligada à instauração de políticas públicas que garantam a qualidade de vida da população e a construção destes como espaços a serem definidos coletivamente, de maneira a atender o que a maioria dos habitantes quer a partir do respeito às atribuições ambientais.

No conteúdo do Estatuto das Cidades ressaltam-se os direitos garantidos em prol da criação de municípios sustentáveis considerando o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços urbanos, ao trabalho, ao lazer para os cidadãos de hoje e das futuras gerações, dando ênfase ao estilo de vida urbanizado.

Questões pertinentes são levadas em pauta a todas as esferas da administração pública de maneira integrada sob o caráter de imposição constitucional, devem cumprir sua função social, de modo que se compatibilize com os projetos elaborados direcionando o desenvolvimento da infraestrutura social (equipamentos e serviços).

Ao falarmos da população de Sorriso, devemos também apresentar as informações sobre o Censo Agropecuário feito pelo IBGE (2006). No município existiam, na época, (836) propriedades agropecuárias individuais totalizando uma área de (485.919) hectares e (131) unidades em sociedade somando um total de (257.788) hectares, além de duas cooperativas. Desta quantidade (902) eram de propriedade de homens e (92) de mulheres somando (776.39) hectares.

Com isso, nesse período em que foi realizada a pesquisa, (152) propriedades surgiram de assentamentos somando (13.124) hectares. De toda essa soma (219)

propriedades rurais atuam em utilização permanente de lavouras abrangendo (7.218) hectares e (763) propriedades existem em utilização temporária, o que totaliza em (493.263) hectares, envolvendo o trabalho de (4.382) homens e (1.355) mulheres no campo (IBGE, 2006).

De acordo com informações prestadas pela prefeitura de Sorriso, o município vive uma fase de ampliação de sua infraestrutura para que possa atender toda a população de modo mais eficiente priorizando alguns setores para garantir a qualidade de vida de todos os munícipes. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2016, Sorriso registrou a abertura de 256 novas empresas, o que se traduz numa média de dois novos negócios criados por dia. No cadastro geral da prefeitura existem 8.602 empresas abertas e em atividade, o que representa em termos de quantidade que existe uma empresa para cada 9,3 habitantes da cidade (REVISTA NOTÍCIAS, 2016).

Portanto, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) divulgado no mês de dezembro de 2016 apontou que Sorriso é a quinta cidade em nível de desenvolvimento no cenário estadual com índice (0,827), sendo (0,8561) ponto em emprego e renda, (0,7859) na educação e (0,8403) em saúde. O índice é avaliado com base na análise dos quesitos de emprego e renda, educação e saúde. Já na avaliação nacional, Sorriso ocupa a 237^a posição dentre os (5.517) municípios estudados (EXPRESSO MT, 2015).

Nesse sentido, o índice é avaliado de (0) a (1). Pontuações acima de (0,8); como é o caso de Sorriso, são classificadas como excelentes. O município se mantém em desenvolvimento, gerando vagas de trabalho e fontes de renda propiciando equipamentos públicos de saúde e na área de educação, já que na última avaliação feita pelo MEC o município atingiu o índice (5,3) do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ultrapassando a meta estipulada que era de (4,7) pontos (FIRJAN, 2014).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal é um estudo do Sistema Firjan nome dado ao instituto que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego/ renda, educação e saúde (FIRJAN, 2014).

Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde para que os dados fornecidos possam fazer parte das informações oficiais do Governo Federal.

No que se refere ao aspecto de crescimento das exportações, Sorriso aumentou em (122,65%) os bens exportados no primeiro bimestre de 2016, em relação ao ano de 2015, rendeu ao município a colocação em 13º lugar no ranking das exportações brasileiras por cidades. Diante desses dados, o governo federal avaliou que saíram (US\$ 253,09) milhões de Sorriso dos (US\$ 2,002) bilhões embarcados pelo estado no primeiro bimestre, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (LABOISSIÈRE, 2016).

O município também produz as chamadas lavouras temporárias de produtos de entressafra que são: abacaxi, alho, algodão, amendoim, arroz, aveia, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, rami, sorgo, tomate, trigo e triticale. A produção varia de acordo com a colheita das principais safras que são as dos grãos: soja, milho e feijão.

Desse modo, a agroindústria não para em Sorriso. O desenvolvimento da economia da cidade mantém um ritmo sustentável. Parte disso deve-se ao modo como o eixo empresarial do município se expande. O crescimento econômico se deve devido ao fato da instalação de várias empresas de pequeno e médio porte, além da ampliação daquelas já estabelecidas na localidade.

O município tem conseguido se desenvolver de forma constante sem expressivas crises na economia. Obviamente, que a soma de riquezas geradas por Sorriso e o crescimento gradativo tem atraído grandes grupos e diversos tipos de trabalhadores especializados em profissões correlatas às demandas dessas organizações empresariais. A constância pelo interesse ao município de investidores externos faz parte do momento econômico de Sorriso que exporta para diversos países da Europa, da Ásia e do MERCOSUL (REVISTA NOTÍCIAS, 2016).

3.1.2 Agronegócios: indústria do peixe é fixada em Sorriso

O município já é o principal produtor de pescados do país, explorando pouco mais de 30% da sua real capacidade. (Revista Notícia 2016).

Ao tratarmos sobre investimentos, um fato que ocorreu desde 2006 e que cresce a cada dia, foi à implantação da piscicultura. A primeira produção de peixes em Sorriso surgiu numa época em que ninguém almejava tentar uma empreitada desse porte e característica nessa região, apesar de que um dos motivos apontados para a criação dos pesqueiros foi por causa da expressiva produção de grãos, alimento dos peixes e, nesse sentido, colabora para que os custos de produção sejam menores.

“Nossa produção atual é de 25 toneladas por semana na linha de cortes de peixe e 10 toneladas por semana na linha de empanados” indica Pedro Furlan que é Sócio-proprietário e diretor da NATIV, a estrutura de 4.1 mil metros quadrados opera com 25% de sua capacidade, produzindo em uma semana, por exemplo, o que tem condições físicas de realizar em um dia (REVISTA NOTÍCIA, 2016, p. 46).

Em consequência, o estado de Mato Grosso é o responsável por (9%) da produção nacional de peixes e outros animais aquáticos. O município de Sorriso MT é a principal cidade produtora nacional de peixe. Surubim e Tambaqui são criados por

produtores parceiros da fábrica NATIV que comporta (80) hectares de lâmina d'água. Além disso, a produção se estende à engorda de Tilápia e do Pintado da Amazônia. Matrizes e reprodutores são capturados na natureza, com autorização dos órgãos ambientais e da Lei municipal nº 2.321, de 12 de março de 2014, que formalizou a atividade em Sorriso, conforme podemos observar através do Art. 4:

Art. 4º São produtos da piscicultura:
I - alevinos para uso próprio ou comercialização;
II - alevinos e peixes para ornamentação e aquariofilia;
III - alevinos para peixamento;
IV - iscas vivas aquáticas;
V - hipófises oriundas do processamento de pescado;
VI - reprodutores e matrizes;
VII - peixe vivo;
VIII - peixe abatido;
IX - peixe processado e seus subprodutos (SORRISO, 2014).

Em 2013, o município registrou uma produção de peixes de (21,5) mil toneladas de um total de (392,3) mil toneladas no que se refere à produtividade brasileira. Nesse sentido, a região Centro-Oeste agrega a maior concentração da piscicultura do país ao corresponder à (26,8%) da safra. Desse modo, os peixes das espécies Tambacu e Tambatinga, por exemplo, são produtos que geram uma quantidade de (47,3) mil toneladas, somente no estado de Mato Grosso. Essas informações foram divulgadas através da pesquisa de Produção Pecuária Municipal (PPM), de 2013, apresentados pelo IBGE.

Segundo informações da prefeitura da cidade, Sorriso se constitui como um dos lugares mais propícios à piscicultura no país por causa do clima tropical, cujas altas temperaturas são extremamente importantes para garantir a sobrevivência do animal. Assim, sem as temperaturas frias, o peixe se alimenta o ano todo, o que possibilita a conclusão de ciclos de despesca em intervalos de sete a doze meses a partir do momento em que é colocado na barragem.

A *Amazon Fish* é outro empreendimento do ramo estabelecido em Sorriso. Este deu início às atividades em 2015. A empresa surgiu com a intenção de explorar a piscicultura e desenvolver a cadeia produtiva do peixe no município em grande escala.

Com um investimento na casa dos R\$ 25 milhões (contando toda a estrutura mobilizada), a *Amazon Fish* desenvolve a piscicultura em (110) hectares de lâmina d'água. Em maio de 2016, havia mais de 600 mil peixes em processo de engorda, o que é comercializado para todo país e alguns do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

A produção é direcionada na criação de duas principais espécies aclimatadas em cativeiro e amplamente aceitas pelo consumidor: o pintado da Amazônia (um híbrido do jundiá amazônico com o Cachara), e a Tambatinga (resultado do cruzamento do Tambaqui com a Pirapitinga). Segundo a administração da fábrica, a empresa se destaca pela produção e comercialização de 24 espécies de pescados (REVISTA NOTÍCIA, 2016).

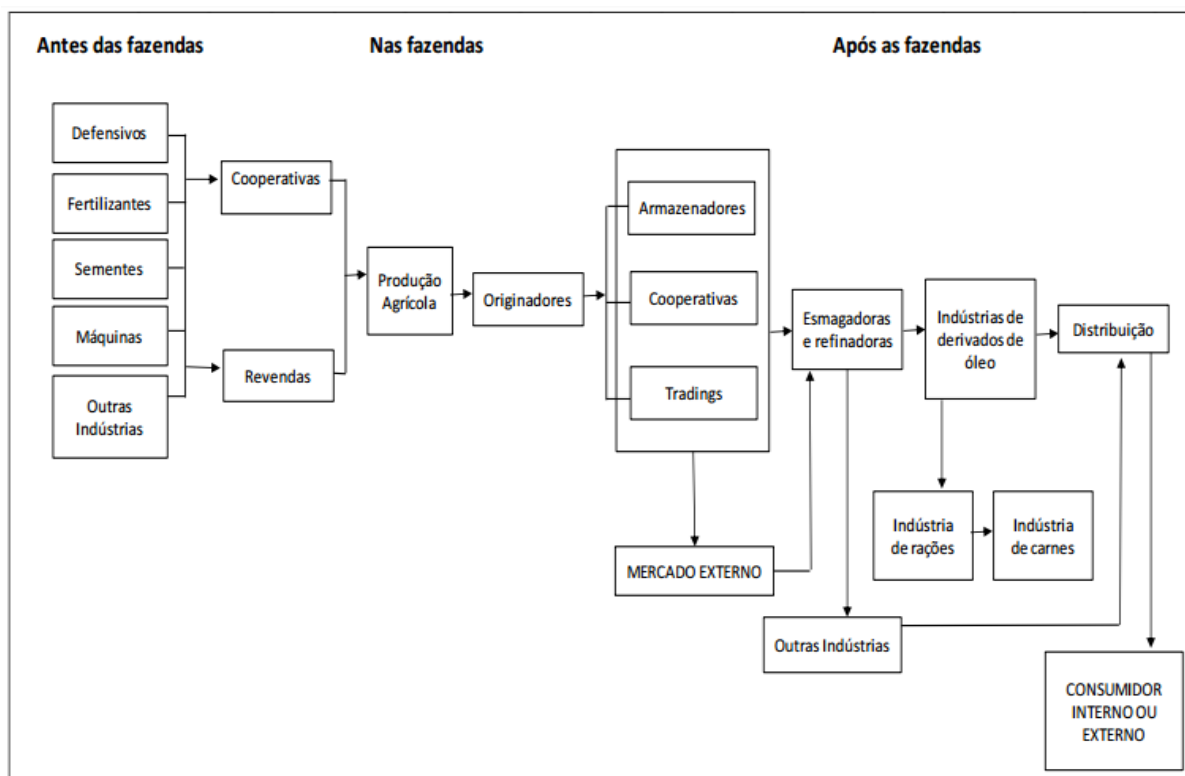
3.1.3 Produção de milho, soja e feijão

Sorriso apresenta números expressivos na produção de grãos, ocupando hoje nada menos que a liderança nacional na entrega da soja e milho, o que mais impressiona é a versatilidade deste município, pois sua distância dos portos de escoamento é enorme, “Em época de safra, os custos com o frete rodoviário, de Sorriso (MT) até o porto de Santos (SP), por exemplo, chegam a representar mais de (30%) do valor da oleaginosa, impactando significativamente sobre o bolso do produtor mato-grossense” (IMEA, 2015, p. 31).

Mas, isso não impede o aumento médio de (10%) na produção anual, com (5 milhões) de toneladas de grãos por ano. A riqueza evidente do município e, sua resiliência são fatores peculiares dessa região, tornado Sorriso forte com a produção em

constante crescimento. De acordo com a Revista Notícia (2016), 2 milhões de toneladas de soja/ano e, (2,8) milhões de toneladas de milho/ano são produzidos em Sorriso.

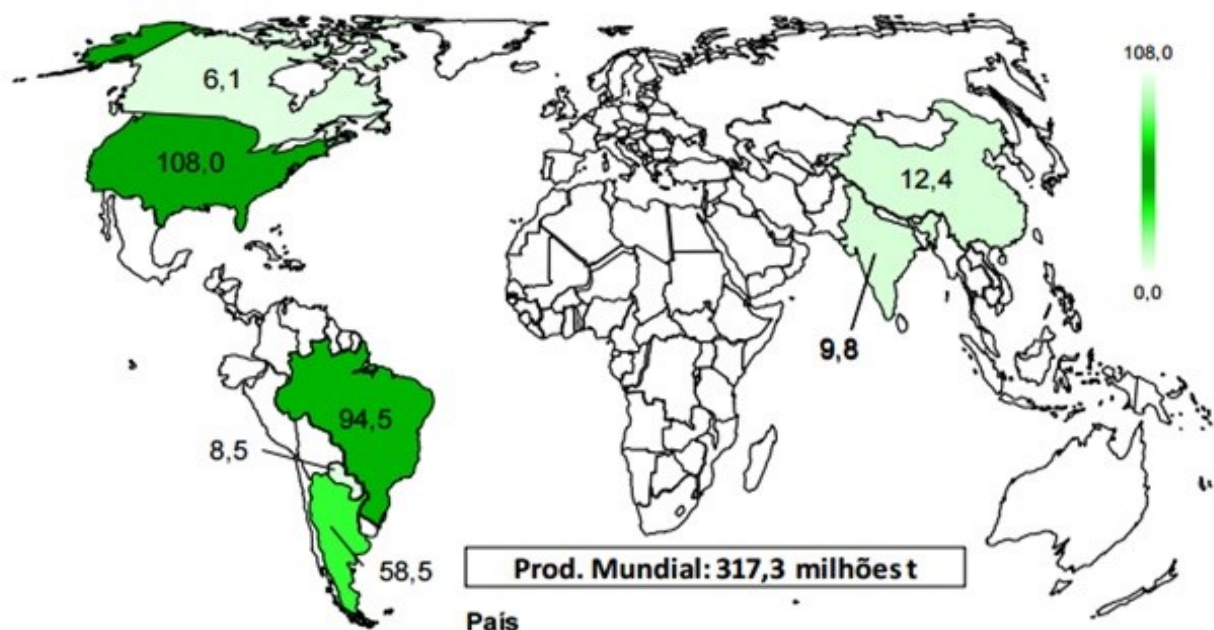
Organograma 1: Cadeia Agroindustrial da Soja



Fonte: (IMEA, 2015, p. 5)

O organograma representa a cadeia da soja percorrendo dimensões distintas, assim toda a estrutura que envolve a absorção do e no mercado, conecta-se a uma teia enorme de serviços, alimentando diferentes setores industriais como podemos perceber o elo “nas fazendas” e, “após as fazendas”, ou seja, o fluxo produção (agrícola – *tradings* – indústria de ração e carnes – consumidor externo ou interno) indica a dimensão da escala deste produto, que é altamente ativo no comércio consumidor.

Figura 33: Principais países produtores de soja na safra 2014/15



Fonte: (USDA maio/2015 *apud* IMEA, 2015, p. 6)

O monitoramento da produção de grãos é crucial, como podemos compreender, trata-se de uma base alimentícia respeitável, sua disposição em diferentes regiões, pode alterar as próximas safras, pois:

Ao se analisar o cenário de oferta mundial da soja, deve-se avaliar os estoques finais da oleaginosa. Isso porque, verificando esta variável, pode-se obter parâmetro com relação de equilíbrio ou de desequilíbrio entre a oferta e demanda do produto, que poderá afetar não só os preços mundiais da commodity, como também a decisão da quantidade produzida na próxima safra (IMEA, 2015, p. 6).

Com a participação nacional de (0,9%), no total do valor da produção, Sorriso foi o maior produtor nacional de soja. O Estado de Mato Grosso apresentou (4,5%) de participação na soja e (62,3%) no município (IBGE, 2013). Ainda de acordo com o IBGE (2013), 13 municípios de Mato Grosso fazem parte dos 20 maiores municípios produtores de milho do País, o município participa com (2.657.940) toneladas.

A cidade do norte mato-grossense apresenta a produção de (1.926.930) toneladas de soja, numa área de (616.900) hectares, com investimento tecnológico de

ponta, os produtores de Sorriso conseguem atingir rendimento médio de (3.124) kg/ha, (5,5%) acima da média do estado (IBGE, 2013).

Amanda Sampaio do jornal G1 MT (2014) aponta que o município de Sorriso chegou ao topo do ranking com o maior valor de produção de grãos em 2013, apresentando (R\$ 2,067) bilhões com a safra. Números que demonstram o alto índice econômico da região, os produtores planejaram aumentar em (20%) a produção para 2017, de acordo com os Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (APROSOJA).

O produtor rural de Sorriso diversifica sua esfera de produção, trabalhando com o cultivo de soja em primeiro lugar, milho em segundo e, em terceiro lugar o feijão. Conforme afirma a Revista Notícia (2016, p. 29) “o feijão surge como uma terceira safra, depois do milho e antes do período determinado como vazio sanitário”. Esta característica atribui-se ao processo de irrigação, tecnologia adotada no município, assim a região conta com cerca de (300) mil hectares em condições de produzir o feijão neste período.

O tipo de feijão produzido nas plantações do município é o feijão-caupi, grão vendido nas regiões do Nordeste e para o mercado asiático. Em consequência a isso, a região de Sorriso, ampliou a área de lavoura para este grão na safra 2015 registrando um total de (45) mil hectares para o feijão-caupi e (12) mil hectares destinados para a produção de feijão convencional.

O grão é considerado um nicho de mercado entre os produtores rurais do município. Hoje, Sorriso já é o segundo maior produtor do grão com (57) mil hectares plantados em 2015 e (94) mil toneladas colhidas na safra 2016 (REVISTA NOTÍCIAS, 2016).

3.1.4 Inovando no Campo

Sorriso apresenta números impressionantes na produção de grãos, seu desempenho, de acordo com os agricultores da região está ligado às vantagens do solo e com a vitalidade climática. É evidente que a tecnologia turбина esse cenário, uma vez que Sorriso em 2016 conta com 7 empresas de pesquisas, testando sementes, defensivos agrícolas e fortalecendo a cadeia científica para a produção de grande escala.

Sorriso foi o primeiro município do Mato Grosso a conhecer a nova série do maior trator produzido no Brasil. A *New Holland* apresentou na EXPORRISO a nova linha de tratores T8, refletindo a peculiaridade da região com o uso de tecnologia e seu potencial produtivo, conforto, segurança, economia, implementos de grande capacidade, alto rendimento são alguns pontos desta máquina de plantio (FOLHA DO CERRADO, 2011).

De acordo com a Folha do Cerrado edição 756, o povo sorrisiense está entre os produtores de milho que se presentificam no meio-oeste americano. Convidados pela *Dekalb* (marca internacional presente há mais de 100 anos no mercado agrícola produzindo sementes de milho híbrido de alta tecnologia), dez agricultores de Goiás e do Mato Grosso conheceram a principal região produtora de milho do mundo (FOLHA DO CERRADO, 2011).

A edição 756 da Folha do Cerrado aponta que, parte desta visita técnica foi na *Monsanto Village Biotechnology* em Chesterfield (EUA). A empresa conta com (80) hectares para realização de pesquisas avançadas, como por exemplo, o processo de seleção de uma característica genética e inserção na planta. A *Monsanto* possui mais de mil pesquisadores com modernos laboratórios e estrutura de primeira linha, esta experiência reflete no aporte tecnológico que Sorriso e região vêm lapidando no decorrer do tempo (FOLHA DO CERRADO, 2011).

O constante desenvolvimento de tecnologia aumenta a produtividade agrícola, o melhoramento do plantio, tratos culturais, colheita e o processamento refletem o encontro da qualidade e quantidade produzida para o mercado brasileiro e internacional. Sorriso além de ser contemplada com os pontos fortes de sua região (clima, relevo, solo, hidrografia e topografia plana), conta com capital intelectual permanente, os produtores e a comunidade do agronegócio tem envolvimento direto com todas as novidades disponíveis do mundo.

Não é surpresa para uma cidade com pouco mais de 30 anos atingir resultados tão eficientes, está previsto a implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Social da Indústria (SESI), fortalecendo a qualificação profissional.

Uma novidade para Sorriso é o Centro de Treinamento e Difusão Tecnológica, conforme cita o Instituto Mato Grossense de Algodão “com uma área de 130 hectares, sendo 120 ha de área externa e 3 mil metros quadrados de área construída, o Centro de Treinamento do Regional Norte é o primeiro de quatro que estão sendo construídos [...], com apoio financeiro do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA)” (IMAmt, 2015, p. s/p). A qualificação da mão de obra, produção de pesquisas para produção de algodão e outras culturas são os principais objetivos do empreendimento.

Outro ponto forte será a implantação do escritório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em Sorriso. Conquistando o terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) da agropecuária brasileira, com (R\$ 4,6) bilhões em exportações, valor final de 2015 para economia do país.

Sorriso qualifica o uso da água produzindo mais no mesmo espaço, utilizando tecnologia para irrigar suas imensas áreas de produção. Esta condição permite o plantio da “3ª safra”, como por exemplo, a cultura do feijão, citado anteriormente. O “pivô” (equipamento utilizado para levar água para as lavouras) é utilizado neste

procedimento, o custo de efetivação para o uso do equipamento é relevante, contudo, o produtor consegue recuperar o investimento rapidamente.

3.1.5 Expansão Urbana

Sorriso cresce subsidiado pelo envolvimento do setor imobiliário que está realizando vários loteamentos na cidade, 17 empreendimentos foram autorizados em 2015 sendo distribuído em bairros residenciais, loteamento industrial e condomínios fechados.

Durante nossa observação no município, podemos dizer que o setor imobiliário oferta uma diversidade de possibilidades para a população, em especial para uma classe que pode pagar, uma vez que o preço médio do metro quadro de um lote urbano é de (R\$ 220,00), valor estimável para região.

Os números impressionam quando analisamos os empreendimentos em disposição por hectares, representando uma expansão de (402) hectares na área urbana, entregando para cidade (5,1) mil novos terrenos urbanos, em 2015 a prefeitura de Sorriso emitiu (759) alvarás de construção, o que representa mais de 2 edificações por dia na cidade (REVISTA NOTÍCIA, 2016).

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), Lançado pelo (PNUD), em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, apresenta dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, oferecendo um panorama da conjuntura socioeconômica do país nas últimas duas décadas, promovendo o debate sobre desenvolvimento e apoiando o planejamento da gestão pública.

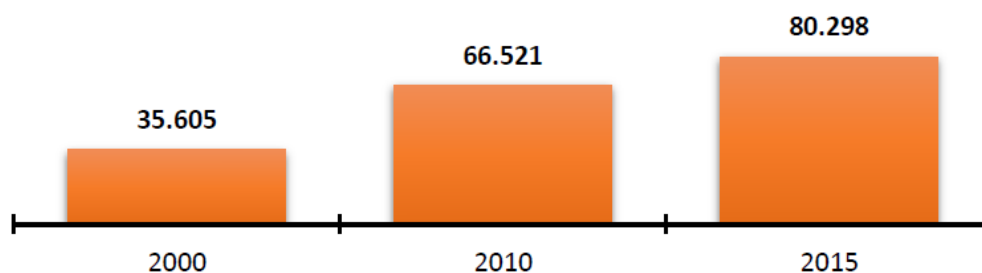
Tabela 01: Indicadores de habitação

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	88,17	93,95	99,10
% da população em domicílios com energia elétrica	89,28	98,44	99,37
% da população em domicílios com coleta de lixo	83,87	96,71	99,35

Fonte: (PNUD, 2013).

De acordo com o Informe Cidadão, edição especial - maio de 2016 — “Mais de 800 famílias realizaram o sonho de residir na casa própria nos últimos três anos. Além destes, outros (1.671) imóveis estão em construção”. Número modesto em relação ao setor imobiliário privado, atendendo de forma pontual a região conforme observamos em nossa pesquisa de campo. A maior quantidade de casas ficou estabelecida no Residencial Mário Raiter e o restante no Residencial Topázio (INFORME CIDADÃO, 2016, p. 10).

O município de Sorriso segundo o IBGE apresentava 80 mil habitantes em 2015, (21%) a mais da população de 2010 e (126%) a mais que em 2000, a densidade demográfica é de (8,61) habitantes/km².

Gráfico 01: Evolução da População de Sorriso

Fonte: (IBGE *apud* SEBRAE, 2016).

A maior parte da população de Sorriso possui idade entre (20) e (34) anos. Outra característica é a expectativa de vida da população do município que aumentou

de (67,8) anos para (75,3), segundo o (PNUD), sinal da melhora de qualidade de vida da população.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apresenta três variáveis do desenvolvimento humano, sendo: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2013).

O (PNUD, 2013, p. s/p) menciona que “proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos, indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação”. Em 2010 as crianças de 5 a 6 anos nas escolas em Sorriso (MT) apresentam a proporção de (94,19%).

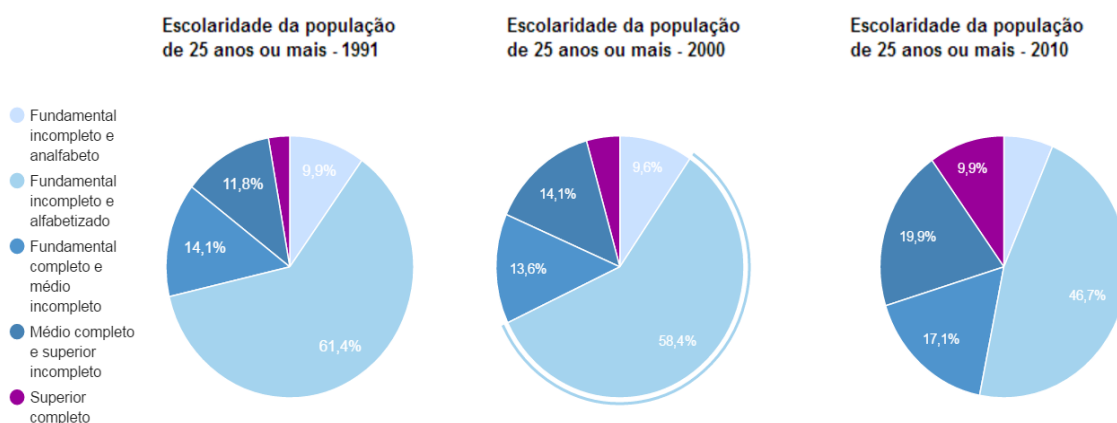
Já o índice para as crianças de 11 a 13 anos no ensino fundamental em 2010 é de (86,58%), jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, apresenta (61,65%) da população e, para jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo a porcentagem é de (39,02%). A presença de jovens e adultos de 18 a 24 anos presentes no ensino superior no ano de 2010 é de (12,82%), um aumento significativo em relação aos anos 2000, onde esta taxa era de (6,47%), este avanço é oriundo da oferta de Universidades e, aumento populacional (PNUD, 2013).

Outra consideração pertinente volta-se para a população adulta com o ensino fundamental completo, entre 2000 e 2010 a fração saltou de (37,14%) para (51,63%) no município. Podemos levar em consideração a relação de analfabetos no município e correlacionar com o índice nacional, nesse caminho em 2010 frente à população de 25 anos ou mais, (6,44%) eram analfabetos no município enquanto a média nacional é de (11,82%) para o mesmo ano. A população com ensino fundamental completo em 2010

foi de (46,86%) em Sorriso, quando comparamos com a média nacional (50,75%) no mesmo período, valor relativamente próximo.

Ainda no ano de 2010, a importância de (29,80%) deste universo possuía o ensino médio completo no município, enquanto na escala nacional a porcentagem é de (35,83%) no mesmo tempo. Sorriso apresenta (9,88%) de seus habitantes com formação superior, enquanto a média nacional é de (11,27%) em 2010, conforme observamos no gráfico 02 (PNUD, 2013).

Gráfico 02: Escolaridade da população de 25 anos ou mais



Fonte: (PNUD, 2013).

3.1.6 A Versatilidade de Sorriso

Os primeiros habitantes de Sorriso não imaginavam a “Teia Produtiva” que o município poderia conquistar. Sabemos que a resiliência local e a ousadia dessas pessoas trouxe para terras cruas a diversidade e solidez de produção. As principais commodities produzidas hoje em Sorriso são: Soja, Milho, Feijão, Algodão, Peixes, Suínos e Aves, pois a versatilidade é eminente e o posto de produção alimentícia conquista autoridade nacional.

O crescimento “rápido” da região é embalado pela força de trabalho, atualmente a tecnologia empregada no campo, supre o serviço braçal, não significando aqui que o meio rural está substituindo a mão de obra humana por máquinas, mas sim, adotando uma grande escala de produção.

Isso significa que, a cadeia produtiva é beneficiada pela matéria prima, entregue por Sorriso de forma ímpar, logo a força motriz da indústria local é sem dúvida o agronegócio, “a base da indústria de Sorriso é de transformação” (REVISTA NOTÍCIA, 2016, p. 180).

As pesquisadoras Elisia Aparecida Dias e Odila Bortoncello, destacam o desenvolvimento da região, configuradas por tecnologia e exportação;

Outro fator que interferiu no desenvolvimento da cultura da soja em Sorriso foi que, paralelamente a sua implantação, ocorria, em vários centros de pesquisas do Brasil, estudos de variedades que se adaptassem melhor ao clima e solo do cerrado e que fossem mais resistentes a pragas e doenças. Também, neste período de tempo ocorrem mudanças no sistema comercial, onde o Brasil amplia a exportação de seus produtos, principalmente a soja. Sem contar a grande influência da tecnologia que foi introduzida, tanto para a cultura da soja como para a cultura do arroz, com máquinas e equipamentos que apresentam um desempenho maior, tornando o produtor um empresário agrícola (DIAS & BORTONCELLO, 2003, p. 238).

A presença das entidades (PLANTEC), (CPAC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) nortearam o pontapé inicial de Sorriso, Aréssio Paquer teve como referência os estudos do professor Eurípedes Malavolta do Instituto Agrônomo de Campinas (SP), aporte fundamental para conquista notória de produção da região (DIAS & BORTONCELLO, 2003).

3.1.7 Aspectos Econômicos de Sorriso

O indicador que mede o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região (renda *per capita* média) de Sorriso cresceu (80,84%) nas últimas duas décadas, passando de (R\$ 546,76), em 1991, para (R\$ 904,73), em 2000 e, para (R\$ 988,74) em

2010. O índice de pessoas pobres, com renda domiciliar *per capita* inferior a (R\$ 140,00), passou de (18,74%) em 1991, para (6,94%) em 2000 e, para (5,88%) em 2010 (PNUD, 2013).

Tabela 02: Sorriso (MT): Renda, Pobreza e Desigualdade.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	546,76	904,73	988,74
% de extremamente pobres	5,58	1,88	1,77
% de pobres	18,74	6,94	5,88
Índice de Gini	0,55	0,62	0,54

Fonte: (PNUD, 2013).

O índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda que numericamente varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação total de igualdade (mesma renda), e o valor 1 significa desigualdade total de renda onde, uma pessoa por exemplo, detém toda a renda do lugar (PNUD, 2013).

Apresentado em maio de 2016, o estudo de prospecção de cadeias, realizado pelo SEBRAE, aponta que o PIB *per capita* de Sorriso obteve um incremento de (25%) nos anos de 2009 a 2013, refletindo para o crescimento econômico do município. Considerando que aproximadamente (25%) da população aumentou e as atividades econômicas ultrapassaram este valor, constatamos que isso é um indicador proeminente para economia, permitindo que Sorriso mantenha energia para o desenvolvimento local (SEBRAE, 2016).

Tabela 03: Ocupação da população de 18 anos ou mais

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	72,85	75,73
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	7,44	4,55
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	49,17	63,10
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	40,14	56,89
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	22,38	36,07
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	23,67	9,71
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	62,83	54,53
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	85,83	87,89

Fonte: (PNUD, 2013).

Sorriso apresenta alto (IDHM), com (0,744) em 2010, a dimensão que mais contribui para este panorama do município é a Longevidade — com índice de (0,839), o metabolismo financeiro influencia na sequência com o indicador de Renda, que apresentou o índice de (0,774) e, de Educação, com índice de (0,635) (PNUD, 2013). Sinais evidentes do progresso municipal, contudo, podemos dizer que Sorriso apresenta virtudes para melhorar este índice, sobretudo no quesito distribuição de renda e educação como podemos observar a tabela 04.

Entre 2000 e 2010, a **taxa de atividade** da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 72,85% em 2000 para 75,73% em 2010. Ao mesmo tempo, sua **taxa de desocupação** (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 7,44% em 2000 para 4,55% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 15,75% trabalhavam no setor agropecuário, 0,31% na indústria extrativa, 6,56% na indústria de transformação, 11,41% no setor de construção, 0,45% nos setores de utilidade pública, 15,02% no comércio e 43,12% no setor de serviços (PNUD, 2013, s/p).

Tabela 04: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,286	0,478	0,635
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	30,42	37,14	51,63
% de 5 a 6 anos na escola	34,87	63,85	94,19
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	40,23	75,68	86,58
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	23,97	50,32	61,65
% de 18 a 20 anos com médio completo	11,86	27,19	39,02
IDHM Longevidade	0,713	0,805	0,839
Esperança de vida ao nascer	67,75	73,27	75,33
IDHM Renda	0,679	0,760	0,774
Renda per capita (em R\$)	546,76	904,73	988,74

Fonte: (PNUD, 2013).

3.2 - Comunidade Participativa

“Se alguém fosse falar do município de Sorriso como pai, diria, sem dúvida, que fora concebido ao primeiro encontro, que chamou atenção antes mesmo de nascer, que teve todas as dificuldades da competição selvagem para sobreviver, mas que se mostrou precocemente combativo, forte, ativo e vencedor”.
(*Elisia Aparecida Dias & Odila Bortoncello*)

Apresentaremos fatos que remetem a participação da comunidade em algumas tomadas de decisões pertinentes para o município, observamos a contribuição da gestão municipal frente à prioridade dos pequenos produtores rurais e, a entrega de subsídios para um trabalho crescente. Vale destacar que são ações pontuais, mas que partiram de debates com a agricultura familiar.

3.2.1 Etanol para a economia de Sorriso, uso da batata-doce.

Aproximadamente (25%) de todo o álcool combustível produzido no mundo sai das usinas brasileiras, dessa forma, o Brasil possui o título de segundo maior produtor de etanol do mundo, curiosamente, Sorriso está agregando também esta vertente, com sustentabilidade e aproximação da comunidade local.

Não poderíamos deixar de pontuar acerca do assunto, pois, com certeza trata-se de um indicador voltado para a consolidação de um Município Saudável, uma vez que a prática comum para produção de etanol tem como matéria prima a cana de açúcar. O Brasil possui grande vantagem competitiva, porque as usinas brasileiras produzem de (7 a 8 mil) litros por hectare de cana, comparando com a produção Americana, por exemplo, temos o resultado de (3 a 4 mil) litros de álcool por hectare plantado.

Nesse ritmo, Sorriso recebe a planta fundamental de uma Usina moderna do tipo “*flex*”, que pode produzir biodiesel ou álcool, viabilizada pelo empresário Aldo Silva. Envolvendo sustentabilidade e, posicionamento ímpar para região, a Usina

iniciou suas atividades com a matéria prima de origem do milho, cereal encontrado facilmente no município.

O salto da Usina se concretiza com a substituição do milho como matéria prima para a batata-doce, que por sua vez apresenta um índice de conversão menor, mas, quando analisamos o custo da produção, a batata-doce torna-se muito mais vantajosa.

Operando com milho, o custo do litro de etanol produzido é de (R\$ 1,25) à (R\$ 1,75). Já com a batata-doce o custo é de aproximadamente (R\$ 1,07), logo o resultado desse processo de produção, beneficia a logística na entrega deste produto e, mais que isso, a conexão com a agricultura familiar.

A batata-doce para produção de etanol tem características voltadas para o seu conteúdo rico em amido, elemento fundamental para a extração de álcool. BDI — (Batata-Doce Industrial) é a nomenclatura deste tipo de raiz.

Aldo Silva menciona que “as usinas que produzem álcool a partir de batata-doce levam o selo de ‘Etanol Social’, justamente por absorverem a produção da agricultura familiar e fomentar a atividade rural das pequenas propriedades” (REVISTA NOTÍCIA, 2016, p. 57).

A localização da Usina é estratégica, instalada próxima a um projeto de assentamento de reforma agrária, contemplando o pequeno produtor, que ganha um aliado para suas atividades no campo. Ainda, de acordo com a revista notícia (2016, p. 58), vale destacar também que “o que sobra do processo de extração do álcool nesse tipo de planta industrial é um subproduto, rico em proteína, ideal para alimentação animal”.

3.2.2 Atenção aos Pequenos Produtores de Sorriso

É notável a preocupação do Município com os pequenos produtores, dialogando com o secretário de Agricultura Afrânio César Migliari sobre os desafios da gestão e sobre a promoção de suporte para os produtores rurais, tivemos como resposta que “nosso foco são os pequenos produtores, cabe à prefeitura atender bem este grupo”. Diante a declaração, identificamos alguns indicadores que envolvem o município com os pequenos produtores. No desdobrar deste tópico vamos apresentar algumas ações realizadas.

Atualmente Sorriso conta com quatro assentamentos rurais: *Projeto Casulo Chão do Amanhã*, com 25 famílias, assentamento *Jonas Pinheiro*, com 216 famílias, assentamento *Santa Rosa II*, com 177 famílias e o assentamento de Crédito Fundiário, denominado *Cinturão Verde*, com nove famílias (SÓ NOTÍCIAS, 2014).

O Assentamento Jonas Pinheiro foi contemplado com posto de saúde e uma escola de educação básica, fomento pertinente para manter a comunidade na região. Trata-se de parceria entre o município de Sorriso e o Governo Federal, porque, as práticas socioculturais e agrícolas fomentadas pelo projeto são incalculáveis, prestigiando os desafios e a realidade local.

Figura 34: Sorriso (MT): Posto de saúde e escola de educação básica



Fonte: Sorriso (2016)

O valor de (R\$ 436.830,65), sendo (R\$ 408) mil de recursos federais e (R\$ 28.803,65) em recursos municipais, foi destinado para construção de uma Unidade Básica de Saúde vinculada ao Programa de Saúde da Família (PSF), com área de (290,26 m²), serão disponibilizados para população salas de espera, enfermagem, curativos, vacinas, consultório de enfermagem, consultório dentista e médico.

Figura 35: Sorriso (MT): Lançamento do posto de saúde e escola de educação básica



Fonte: Sorriso (2016)

Segundo a Prefeitura de Sorriso, a escola atenderá 350 estudantes, no período matutino e vespertino com turmas da pré-escola até o quinto ano, estando equipada com biblioteca, sala de informática, pátio coberto, salas para diretoria, secretaria e professores entre outras instalações (SORRISO, 2016).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o pequeno agricultor abastece o mercado brasileiro de forma ímpar, garantindo o ciclo dos alimentos básicos na mesa do brasileiro podendo citar: “a mandioca (87%), o feijão (70%), a carne suína (59%), o leite (58%), a carne de aves (50%) e o milho (46%) como alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção” (MDA, 2015).

Dessa maneira, podemos considerar a dimensão deste grupo de produtores, concentrados na entrega dos alimentos básicos para população, todo incentivo e estrutura destinados a este domínio é de suma importância, pois a prefeitura de Sorriso menciona que mais de 615 pequenos produtores rurais atendem a região.

Algumas ações pontuais que ocorrem em Sorriso podem ser mencionadas, como por exemplo, a elaboração do Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF), promovido pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF), com a busca de diálogo entre agricultores familiares, ONGs e pesquisadores, proporcionando visão holística da situação da agricultura familiar, fomentando novos métodos e, conseqüentemente, ultrapassando a barreira de subsistência deste grupo entregando novas possibilidades de posicionamento comercial.

3.2.3 Sociedade Organizada e suas contribuições

Iniciar uma comunidade do nada, como foi aqui, requer grande força de vontade, coragem e determinação (**Elisia Aparecida Dias & Odila Bortoncello**).

A força de uma sociedade criada frente a um município é mensurada pelo preparo de sua população. Em virtude disso, sabemos que por origem, Sorriso (MT) nasceu com organização, para tanto, alguns dos primeiros moradores e ou seus descendentes promovem encontros para debates da população frente às tomadas de decisões.

Reflexos deste movimento podem ser citados, a discussão da PEC 37 (emenda parlamentar) para a crescente violência de menores de idade praticada no município, bem como eventos voltados para o Meio Ambiente e discussões sobre mobilidade urbana.

A Sociedade Organizada de Sorriso em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente concretizou um encontro para o treinamento de medições, monitoramento e avaliações de ruídos ambientais, visando à compreensão e combate à poluição sonora na cidade. Uma ação que permite o bem-estar local e, consequentemente, a relação harmônica das pessoas frente à percepção do município, é um reflexo das práticas discutidas nestes encontros, embora pontuais, permitem a melhoria da cidade.

Segundo o MT Notícias (2015, p. s/p), traçando debates e levantando ideias para consolidação de ações em prol da melhoria da cidade de Sorriso “o plano de mobilidade virá ajudar no planejamento da cidade e será desenvolvido com a participação de todos”, conforme afirmou o secretário da cidade Marcelo Ferraz. Assim, a participação popular em sintonia com a Secretaria Municipal contempla o projeto de mobilidade urbana, este com a finalidade de acatar estudos específicos via consultoria

especializada da empresa de engenharia de transporte (Urba Arquitetura e Design para Cidade) (PORTAL SORRISO MT, 2016).

Sabemos que pela origem da cidade de Sorriso, bem como sua dimensão social econômica e cultural, a população apresenta, de acordo com nossa análise, o perfil de uma pequena cidade sulista, em aspectos sociais onde todos conhecem todos e, conseqüentemente o poder de organização torna-se evidente. Por apresentar tal característica, Sorriso ainda consegue reunir diferentes grupos, que evidenciamos aqui a presença permanente da população na menção de desafios que a cidade precisa solucionar. Alguns proprietários de comércio da região central, por exemplo, citavam a infraestrutura urbana conquistada após inúmeros debates, bem como escolhas coletivas da Sociedade Organizada para pontos cruciais de trabalho da prefeitura no centro.

Outro indicador, que chamou nossa atenção, trata-se da disposição de áreas verdes na cidade, ambas conectando moradores de diferentes regiões, ou seja, Sorriso consegue agregar em um mesmo espaço a presença das mais variadas classes sociais, isso é altamente representativo porque constatamos que a cidade é “aberta” para todos os seus agentes sociais, garantindo a circulação e o envolvimento das pessoas no mesmo espaço, permitindo com isso o encontro da Sociedade, que por resultado pode organizar novos pontos de debates e ou proporcionar diálogos.

Sorriso promove encontros, porém, muitas ações podem ser aperfeiçoadas pela população, o levantamento técnico dos desafios que o município precisa superar a presença constante de projetos voltados para qualificação da região. O resgate harmônico da disposição de serviços públicos e infraestrutura, como exemplos, devem fazer parte do cotidiano da população.

Porém, não poderíamos deixar de mencionar o papel da cidade em proporcionar encontros com diferentes grupos sociais, economicamente menos favorecidos, que estão

distantes de ser uma realidade no município, pois fica evidente a segregação social entre “ricos” e “pobres” de Sorriso.

3.3 - Raízes Regionais & Projetos Sociais

[...] compreender a participação do ser humano não só como inovador, mas como possuidor de uma tradição, de um contexto que lhe garante base para seus objetivos, produções e trabalho, ou seja, do imaginário, do simbólico para as formas de sobrevivências (**Rúbia Aurenívea Ribeiro Lóssio & Cesar de Mendonça Pereira**).

Ao inserir o elemento (conexões dos cidadãos com o passado), a (OMS) proporciona a totalidade das relações existenciais de uma cidade e, sobretudo a natureza da constituição de Municípios Saudáveis, que agrega a cultura e a inovação sem perder a descaracterização de um povo. Logo, percebemos que as competências e atitudes dos agentes sociais são reflexos de seu berço epistemológico.

Nessa linha de raciocínio, buscamos sinais desta conectividade cultural ofertada para os sorrisienses cujas bases estejam calcadas no movimento Cidades Saudáveis. Para tanto, a construção de projetos sociais que visam o desenvolvimento pleno dos cidadãos de um município é elemento essencial para a formação de um município saudável. No caso de Sorriso (MT), elencamos os principais e apresentamos de acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) suas funcionalidades:

- **Profuncionário:** Ação conjunta do MEC e outras instituições com parceria da Seduc MT e Secretaria Municipal de Educação de Sorriso, composta por 16 módulos: seis de formação Pedagógica e dez da Formação específica, o curso entrega a formação Técnico em gestão escolar, Técnico em multimeios didáticos, Técnico em alimentação escolar e Técnico em infra estrutura escolar.

- **Feira do livro:** Estimular a leitura frente aos estudantes da cidade, conhecendo a literatura e a diversidade de obras brasileiras. O ambiente diferenciado torna-se uma característica peculiar deste trabalho, proporcionando participação de pais, professores e estudantes.

- **Família na escola:** Participação e integração da família no âmbito escolar através de grupos específicos com os pais de estudantes com dificuldade de aprendizado, contudo o programa está aberto para pais que desejam contribuir e aprender, palestras informativas e o projeto bem-te-vi, realizam o elo dos pais para com o ambiente escolar, disseminando troca de experiências e possíveis adaptações na realidade de cada escola.

- **Caravana da cultura:** Trabalho que iniciou em 2009, organizado pelo departamento de cultura, leva para as escolas Municipais de Sorriso, oficinas de teatro e dança disponibilizada em período contrário ao horário escolar, de modo que não interfira no andamento das aulas. O objetivo é atribuir o resgate das tradições mato-grossenses através de expressões artísticas, musicais, teatrais e coreografias de dança.

- **LSE – Levantamento da Situação escolar:** Projeto apresentado pelo MEC teve início em 2010, sua função é o levantamento da situação escolar, por meio de tecnologia de gestão da rede pública de educação desenvolvida e testada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por meio de coleta de informações sobre as escolas de educação básica e profissionalizante, assegurando e monitorando os padrões mínimos de funcionamento da escola estabelecidos pelo Ministério da Educação e a certificação da rede física prevista nos Planos de Ações Articuladas (PAR).

- **Atendimento em grupo e individual com professores para apoio psicológico e orientações:** Atendimento psicológico aos professores da rede municipal, encaminhados pela equipe pedagógica das escolas, com o intuito de oferecer apoio aos que necessitam de orientação e amparo emocional que, venha fortalecer a auto-estima e melhorar o potencial dos envolvidos na rotina da sala de aula.

- **Palestras informativas e preventivas de natureza psicológica com pais, professores e estudantes:** realização de palestras com pais, professores e alunos, abordando diversos temas, de acordo com a necessidade e solicitação das escolas. Desde informações quanto aos limites e educação dos filhos para os pais de crianças dos CEMEIS, oficinas e grupo de estudos com professores, até orientação sobre sexualidade aos alunos envolvidos em projetos que buscam a prevenção de gravidez precoce, dentre outras questões abordadas.

- **Orientação profissional:** transmitir orientação profissional adequada com o intuito de auxiliar o estudante na escolha de acordo com seus valores, através de uma auto-reflexão, conhecimento sobre si mesmo, conhecimento das profissões e escolha propriamente dita.

- **Resgate de valores:** Resgate de valores familiares, convivência em sociedade, respeito aos pais e professores.

- **Educação inclusiva e Direito a diversidade:** respeito à diversidade, faz com que, pais, governantes, dirigentes educacionais, enfim a sociedade como um todo garantam o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade nas escolas da rede regular de ensino. O grande desafio é construir uma cultura de inclusão que garanta as pessoas com necessidades educacionais especiais um lugar na sala de aula, que é por natureza um dos espaços imprescindíveis para o desenvolvimento pessoal e da cidadania.

- **Avaliação nutricional dos escolares:** Diagnosticar possíveis problemas nutricionais tais como a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade através dos dados de peso, altura e idade do escolar, visando estabelecer atitudes de intervenção para melhorar a qualidade de vida.

- **Seminário Educacional Norte Mato-Grossense:** disseminar idéias e discussões entre os educadores da região da necessidade de os mesmos se manterem em processo contínuo de formação, pois possibilitará inovações pedagógicas na sala de aula, auxiliando no desenvolvimento de práticas de ensino que resultem na melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

- **Educação especial:** Desenvolvimento de Educação Inclusiva na rede municipal de Sorriso, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a acessibilidade nas escolas regulares, respeitando suas necessidades específicas, oportunizando uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem.

- **Proinfo:** Projeto que tem como objetivo equipar as escolas da rede pública de educação básica com computadores e promover o uso pedagógico através de recursos digitais e conteúdos educacionais.

- **Proerd:** O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, é essencialmente preventivo e consiste em um currículo de 17 semanas, sendo uma aula por semana, ministrada por policiais militares fardados a alunos do 5º e 6º anos, ou seja, na faixa etária de 9 a 12 anos de idade. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2012).

Os projetos apresentados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura permitem a periodicidade de atividades que contribuem com o fortalecimento da cultura local. Constatamos na pesquisa de campo, em uma escola municipal a presença evidente deste trabalho, onde pais marcam visitas, dialogando com facilidade no ambiente escolar. Evidente que a disposição da cidade de Sorriso e sua origem recente impulsionam esse episódio, contudo, é válido destacar a contribuição e envolvimento efetivo da comunidade com as escolas municipais.

“Definir o que é cultura não é uma tarefa simples. A cultura evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, entre outras. Em cada uma dessas áreas, é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos” (LEDUR, 2012, p. 26). Ao depararmos com esta afirmação, percebemos o grau de intensidade que se aplica a cultura, assim, o arranjo social do município deve ser associado/analizado com cautela, uma vez que a percepção do pesquisador torna-se um instrumento de aquisição/interpretação destes indicadores.

Deste modo, o trabalho de observação fortaleceu nossa leitura diante do aspecto cultural local, como em grande parte das cidades, a praça se faz presente, sendo um

ponto de encontro em Sorriso, difundindo diálogos, e, novas oportunidades sobre a cidade. “[...] é nas pequenas cidades que a praça ainda revela toda a simbologia e a centralidade da vida urbana, funcionando como um microcosmo, espaço de lazer e encontro da comunidade” (RIBEIRO et al., 2010, p. 1).

Nesse momento é notório apresentar o trabalho realizado por Ribeiro et. al. (2010) intitulado *“As praças como espaço de lazer em Sorriso/MT”*. Onde se observou alguns espaços públicos, buscando a compreensão de sua função, uso e lazer. Elencamos, a seguir, algumas ações culturais voltadas às praças da cidade como palco de culminância.

Como primeira ação, apresentamos a **Praça da Juventude**, criada oficialmente pela Lei N. 31/1987 e aprovada na Câmara dos Vereadores. Conhecida também como “Praça Central” pela sua localização na área central, possuindo 22.000 m², recebendo usuários de todas as áreas da cidade, público diversificado e rotatividade em todos os períodos do dia. Famílias são encontradas frequentemente no ambiente.

Outro projeto a ser mencionado é a **Praça das Fontes**, elaborada pelo Poder Executivo, apresenta uma área de 9.600 M², de acordo com Ribeiro et. al. (2010, p. 7) “a Praça das Fontes apresenta usos específicos em finais de semana, principalmente sábado, período noturno e domingo à tarde que se estende pela noite adentro. Seus frequentadores mantêm espaços de convívio individualizado e se relacionam em grupos dispersos”. Sinais de que os espaços públicos possuem valor sem igual para organização e consolidação da cidade. Sua disposição é interativa, mas, em nossa pesquisa de campo identificamos uma diminuição significativa das pessoas, a tecnologia e, o aumento populacional direciona inúmeros fatores neste processo, opções de encontros digitais e ausência de segurança, por exemplo, são menções da população em torno do local.

A cidade conta também com a **Praça da Integração**, dotada por uma área de 5.362,50 m², inaugurada em 2006 a praça foi criada para atender novos bairros da

cidade, que por seus elementos topográficos apresenta variações em seus caminhos, a construção temática e rústica é um convite para passeios harmônicos (RIBEIRO et. al., 2010).

Estudar o lazer em um espaço público, como o das praças, foi uma tentativa de inserir esta temática nos estudos geográficos. As praças brasileiras desde sua origem foram utilizadas como espaço de lazer, na atualidade em muitas cidades, as praças foram abandonadas ou se tornaram espaços de passagem. Em Sorriso, esta pesquisa revelou que as praças são apropriadas na sua forma mais intrínseca, como lugares irredutíveis da vivência do lazer (RIBEIRO et. al., 2010, p. 9).

A importância deste estudo integra nossa leitura sobre a “construção” da cultura local, sabendo que o tempo e a diversidade dos primeiros moradores, carregam hábitos, costumes e, principalmente a ideologia da base do município. “A racionalidade cultural multiplica e diversifica as formas racionais de aproveitamento dos recursos de uma comunidade para satisfazer suas necessidades fundamentais e sua qualidade de vida” (LEFF, 2006, p. 134).

Um povo sem identidade cultural é frágil, Sorriso conquistou e mantém presença sólida de crescimento econômico e qualidade de vida, pelas peculiares de seu povo determinado e muito trabalhador. Esta base de produção tornou real inúmeras possibilidades, já que a condição existencial do município permitiu que em três décadas seus desbravadores moldassem o Cerrado, transformando-o em fonte de alimentos, sendo considerado atualmente o maior produtor de soja do mundo.

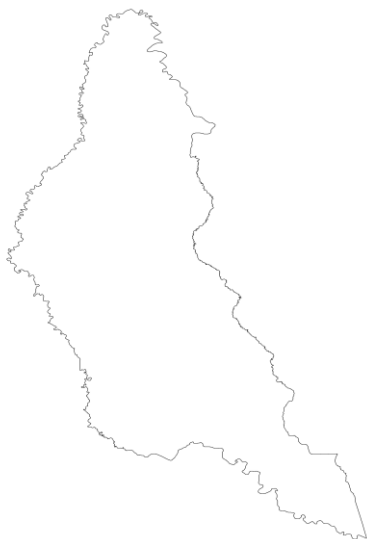
As expressões do povo sulista são manifestadas também no Centro de Tradições Gaúchas (CTG), sua presença transborda cultura, de fato deve ser apreciada com carisma, sua valorização garante a entrega dos “modos” dos precursores do município, assim podemos destacar:

[...] é por meio das atividades coordenadas por este centro, um espaço com infra-estrutura (sic) para festas, esportes e exposições, que os pioneiros na construção de Sorriso procuram perpetuar no local hábitos típicos da sua região de origem, como a Semana da Farroupilha e as provas de laço. Nesse

aspecto cultural, portanto, os sulistas parecem ser, sim, um grupo homogêneo, reunindo-se todos sob a classificação de “gaúchos”. **Ou seja, do ponto de vista cultural, confirmam-se a hegemonia** (SILVA, 2009, p. 175-176, grifo nosso).

Detectamos os laços culturais em Sorriso MT de forma pontual, mas, existente com periodicidade. Sabemos que conforme o Município cresce, os traços culturais são disseminados, novos hábitos e atitudes já podem ser percebidos no Município. O que não é um problema, mas pelo contrario, porque as diferenças trazem a possibilidade de incrementar valores de cada comunidade, tornando a região rica em “*modos*” de viver. O desafio volta-se para as estratégias de manutenção e correlação entre as diferenças culturais, pois, observamos resistência no povo “colonizador” para agregar novidades.

CAPÍTULO IV – ANSEIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA: CONSTRUÇÃO DE MUNICÍPIO SAUDÁVEL EM SORRISO (MT)



O processo de trabalho situa-se no cerne da estrutura social. A transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e entorno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral (**Manuel Castells**).

Neste capítulo abordaremos a dimensão para a consolidação de cidades/municípios saudáveis, estabelecendo parâmetros excepcionalmente descritivos. Com o desdobramento e inspiração voltados para a essência da vida humana dentro do espaço urbano, essas conexões conduzem a eficiência e o envolvimento peculiar na vida na cidade e para a cidade.

Com o crescente aumento populacional do centro-leste brasileiro, as faltas de emprego e de oportunidade fizeram com que diversos sulistas, sudestinos e nordestinos migrassem para o oeste do país, cujas terras — na visão deles — seriam elemento de ascensão social e financeira.

A presente pesquisa procurou responder inquietações frente às manifestações sociais que tomam conta de nosso tempo, partimos do ponto onde a cidade deve ser entendida como lugar para se viver e, apresentar diferentes condições básicas como, por exemplo, educação, segurança, empregabilidade, saúde e liberdade de expressão individual e coletiva.

Nessa perspectiva o objetivo central deste trabalho procura quebrar o paradigma que assola o nosso tempo “as cidades são para todos?”. A partir dessa perspectiva as deliberações sobre o espaço urbano devem proporcionar significados sociopolíticos e elementos que configuram propósitos para o desempenho humano, arquitetando toda estrutura de diálogo entre homem e cidade.

4.1 – Acesso às Informações Públicas: caminhos para universalização dos direitos sociais

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. (LEI nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, Regula o acesso a informações).

Vivemos em um novo tempo, o tempo da *Internet das Coisas* (rede de objetos físicos, veículos, prédios e outros que possuem tecnologia embarcada, sensores e conexão com rede capaz de coletar e transmitir dados). As informações do mundo todo são disponibilizadas quase que em tempo real e, as maiores empresas globais estão ligadas a geração ou disponibilização de conteúdo.

Uma trajetória sem volta, onde todos os cidadãos não "entram na internet" e sim, "são a internet", porque a rede de informações e conhecimento molda nossas relações sociais e cria um novo hábito na constituição da identidade das pessoas, reorganizando o cotidiano e facilitando o acesso rápido e seguro das evidências globais.

Quer seja um *Multibilionário* ou *um cidadão da classe C*, a internet é uma só, as informações presentes nesta vasta rede proporcionam por igual às possibilidades e aportes de conhecimento para o fortalecimento pessoal e profissional. O que difere a absorção intelectual neste cenário é a habilidade de minerar dados qualitativos e, organizar uma lógica das leituras, visualizações, relações veiculadas pelo canal internet.

O Art. 10 da Lei nº 12.527 aponta que "qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades" e ainda, de acordo

com o Art. 6 "cabe aos órgãos e entidades do poder público, [...], assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade".

A sanção da Lei 12.527 proporciona para o Brasil um enorme salto no regime democrático das informações públicas, ampliando a leitura cidadã e reorganizando os processos de gestão pública. A pessoa bem informada, empoderada, possuindo condições para propor alterações em direitos essenciais de ordem coletiva, conseguindo romper a cultura oculta das esferas públicas, conquistando interação entre Estado e sociedade civil.

Mendes (2000, p. 87) lembra que

Uma das questões mais importantes para viabilizar a participação efetiva, e um dos desafios a ser empreendido pelos projetos *Cidades Saudáveis*, é a capacidade de informar e manter informado, de garantir o acesso dos cidadãos à informação, indispensável ao processo administrativo, já que torna transparente a interação pretendida entre Estado e sociedade civil.

Destaca-se ainda a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que no Art. 19 fomenta a liberdade de opinião e expressão, prevalecendo a ocupação de espaço ímpar nos eventos sociais onde prevê-se que

todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteira.

Alguns paradigmas de mobilização on-line contribuem para as manifestações, questionamentos e sugestões populares, transcrevendo um ritmo de presença social e disseminação de ideias para resolução dos desafios das cidades. Indicaremos aqui, sem a pretensão de avaliar o seu histórico de ações e, muito menos sua qualidade e origem, pois o exemplo é alvo de inúmeros questionamentos advindo de políticos, o site Avaaz (<https://avaaz.org/page/po/>). Representado em várias línguas, foi criado no ano de

2007 e apresenta o objetivo de mobilizar pessoas de todos os países para fortalecer e estreitar relações globais em que vivemos e, o mundo que as pessoas desejam.

Figura 36: Página Inicial do AVAAZ

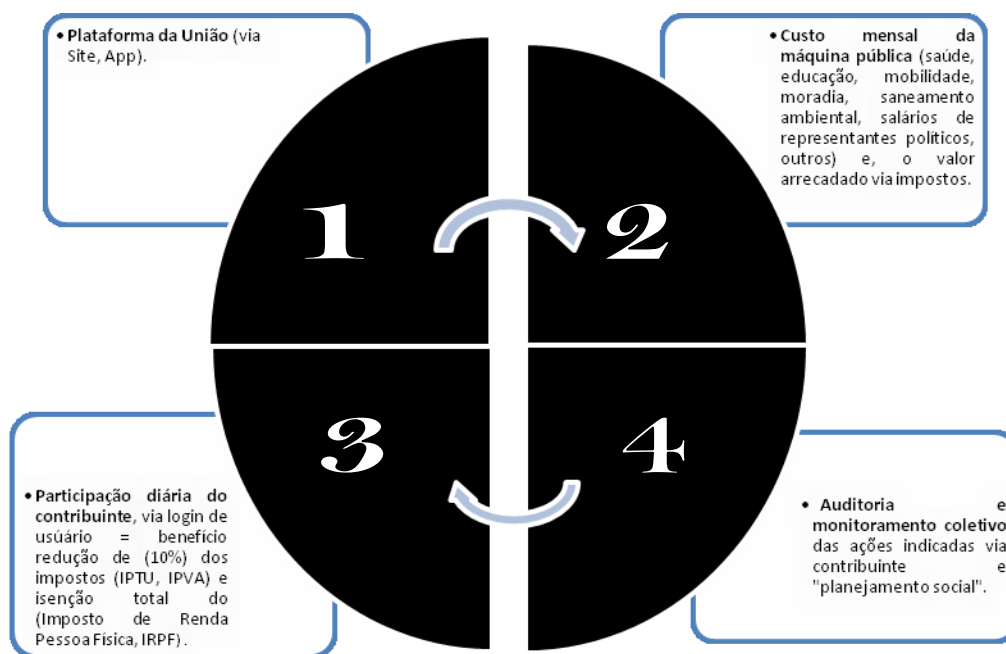


Fonte: (<https://avaaz.org/page/po/>)

Consequentemente, as petições on-line proporcionam maior engajamento das pessoas, pois o acesso é rápido e fácil, sem maiores protocolos burocráticos para as representações e anseios individuais e coletivos. Um enorme "poder social" se estabelece ali, para tanto, precisamos manter a imparcialidade das recomendações que são embrionárias nestas ferramentas e, sobretudo creditar apenas e unicamente movimentos em prol de melhorias para as pessoas.

Nesse trajeto, demonstraremos aqui uma ideia de integração social, que visa o engajamento cíclico dos cidadãos, tomando como base a tecnologia atual (da internet mediada pelos smartphones) para lapidar um arcabouço de participação multilateral.

Organograma 2: Ciclo de Integração Social



Org. O autor

O ciclo apresentado acima representa a integração social em ordem periódica para questões políticas (*A Grande Rede Social Pública*), fortalecendo os laços com as deliberações sociais cotidianas e, entendemos assim, que o cidadão contribuinte de impostos precisa acompanhar, auditar (e mais do que isso), sugerir o bom uso dos recursos adquiridos pelos órgãos públicos. Ressaltamos que não cabe ao cidadão realizar a "gestão" pública, porém, a motivação de contribuir na condução das atividades entrega responsabilidade e alimenta o pertencimento das pessoas.

Com esta percepção, o presente Organograma (nº 2), traz subsídios para uma participação com afincos dos atores sociais envolvidos nos municípios. Vale destacar, que o ciclo pode ser desdobrado em escala (Federal, Estadual e Municipal). A seguir, iremos arquitetar o conceito que aqui se estabelecem, as fases 1, 2, 3 e 4 desenharam um novo rumo social para nosso tempo.

Na **Fase 1 - Plataforma da União**, com este recurso e tendo como base a Lei de Informação Nacional e o fomento da declaração Universal dos Direitos Humanos, o objetivo é a presença de um (site) ou (App) que possa compartilhar diariamente todas as relações financeiras da máquina pública, cada cidadão possuirá um *login* de acesso, que será disponibilizado para toda população acima de 12 anos.

Com esta ciência, a inserção desta ferramenta será viral, os mais jovens (filhos) podem dialogar com seus pais e professores e, é natural que os jovens possuem "mais tempo livre" e, assim sua contribuição será imensurável. Cabe destacar que o acesso deve ser diário (de segunda a sexta-feira) e que as pessoas precisam criar a rotina de dispor (ao menos) 10 minutos para acompanhar sua vida pública no âmbito (Municipal, Estadual e Federal).

Na **Fase 2 - Custo mensal da máquina pública**, a ferramenta (site/App) precisa ser simpática, simples e ágil atendendo a urgência das pessoas e, conseqüentemente, o objetivo central desta fase é a discriminação por eixos (município, estado, união) do custo fixo mensal da máquina pública e, ainda deve conter o valor recebido mensalmente com os impostos e outros recursos advindos das relações públicas.

A apresentação das informações precisa estar em sintonia com a percepção coletiva, novamente destaca-se a eficiência do desenho deste recurso, buscando sempre simplificar as informações "macros" para toda população, evidente que para os cidadãos que quiserem aprofundar dentro de um determinado item, a plataforma deve responder integralmente também os anseios e indagações técnicas e específicas.

Com a **Fase 3 - Participação diária do contribuinte** cabe à reflexão do pré-julgamento social diante da realidade da política brasileira, pois acreditamos que ela está como está por singelas atitudes de todos os cidadãos. Nota-se aí, a corrupção implantada há centenas de anos no território brasileiro e, conseqüentemente o que

vivemos hoje na política é fruto "natural" do corpo social que aqui se instaurou e se manifesta até o presente.

Está na hora de pararmos de apontar o dedo para os políticos e trazer a responsabilidade para o "eu", assim, esta fase representa o acesso diário de todos os brasileiros nesta plataforma, de todas as regiões e mais que isso, com diferentes ideias e propostas para o bom uso dos recursos públicos, as pessoas costumam perder horas em redes sociais e aplicativos fúteis, sem expressão marcante para suas vidas, afirmamos que 10 minutos, por exemplo, pode representar uma nova cultura do povo brasileiro diante dos assuntos comuns e altamente pontuais para sua vida, afinal, estamos discutindo o seu presente (saúde, educação, emprego) sua forma de viver.

E, para acelerar este movimento, como benefício à redução de (10%) dos impostos (IPTU, IPVA) e isenção total do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de todos os cidadãos que estiverem realizando o acesso diário na plataforma. Vale fomentar, que a ideia não é obrigar ninguém a acessar a ferramenta, mas criar uma nova cultura de pertencimento da rotina e principalmente de respeito com a vida coletiva.

Por fim, na **Fase 4 - Auditoria e monitoramento coletivo**, última do ciclo, cabe ao cidadão acompanhar as ações que se estabelecem nos órgãos públicos, lembrando que para facilitar, a ferramenta dispõe da escala local a federal, permitindo ao usuário acompanhar apenas sua cidade e saber em tempo real o valor arrecadado e o custo de novos investimentos. Caso qualquer dúvida se estabeleça, o cidadão pode manifestar sua descoberta (também) em tempo real para todos, solicitando imediatamente o esclarecimento e ainda a possível interrupção da obra, trabalho em questão.

Ainda segundo o site AVAAZ, vale destacar uma conquista (associada ao Brasil) promovida pelo site: o poder da manifestação on-line é expressivo e conecta

rapidamente as pessoas em busca de um objetivo comum, social e saudável para melhorias nas ações públicas vigentes.

Figura 37: Vitória apresentada pelo site AVAAZ

7 A Revolução Anticorrupção no Brasil

Milhões de membros brasileiros da Avaaz foram a força poderosa e inspiradora na luta contra a corrupção desenfreada no país. O *Le Monde* chamou os resultados de "uma espetacular vitória política e moral para a sociedade civil".

SAIBA MAIS ♥

"Se não fosse por causa da pressão popular, não teríamos vencido. Quero agradecer e parabenizar vocês [Avaaz] e dizer: continuem assim, continuem mobilizando."

... Chico Alencar, deputado federal, depois que a comissão de ética decidiu cassar o presidente da Câmara dos Deputados



Fonte: (<https://avaaz.org/page/po/highlights/>)

Para considerar o tamanho dessas novas oportunidades e, sobretudo a versatilidade que a "rede on-line" apresenta, buscamos dialogar com Cláudio Nascimento, Vice Presidente da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas da (FNP) Frente Nacional de Prefeitos, Diretor Executivo América do Sul da ONG *Update Cities*, representante no Brasil da (OASC) *Open Agile Smart Cities*, Conselheiro do Porto Digital em Recife e um dos realizadores do movimento Brasil+Empreendedor.

Após inúmeros diálogos com Cláudio Nascimento e, sabendo do papel notório da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas que

[...] é formada por secretários municipais de ciência, tecnologia e inovação; secretários municipais de desenvolvimento econômico; professores de universidades públicas federais e estaduais; professores de institutos federais e empresários do setor de tecnologia e inovação. Ela nasceu, ligada à Frente

Nacional de Prefeitos (FNP), para formar uma rede de troca de informações sobre cidades inteligentes e humanas no país, bem como para definir um conceito adaptado à realidade brasileira, a fim de estimular, fomentar e implantar projetos de cidades inteligentes e humanas nas cidades filiadas à Rede, estimular pesquisas nessa área, desenvolver negócios para as empresas e, principalmente, promover a inclusão tecnológica da sociedade brasileira, ampliando o acesso ao mercado de trabalho e gerando renda. A ideia é avançarmos da discussão teórica à prática, e iniciar o processo de transformação para cidades inteligentes e humanas no Brasil, aproveitando as experiências já existentes em diversos países, com suas inovações tecnológicas e não tecnológicas (ENÉAS; PALMIERI, 2017, Online).

Organizamos um entendimento frente os Caminhos para Universalização dos direitos sociais, de acordo com Nascimento "*a Lei de dados abertos já existe há alguns anos, mas poucos municípios no Brasil utilizam essa política de transparência de dados de forma disseminada*" percebe-se a ausência de uma plataforma eficaz de engajamento, as pessoas precisam de praticidade e agilidade ao incorporar estas informações.

Cláudio fomenta "*meu desejo é que o cidadão seja mais participativo e resgate seu senso de pertencimento, só assim, vamos começar de fato uma **evolução humana**, afinal somos **seres replicáveis***". (grifo nosso). Assim, as configurações e resultados positivos frente à política, só podem ser (re)escritas com a participação coletiva dos cidadãos, assumindo seu papel crucial nesta Trama Social e culturalmente falando, o pertencimento deve ser pleno, permanente e responsável.

O poder público deve associar, cativar e ser extremamente transparente com todas as suas tarefas, sua finalidade básica é "servir", "melhorar" o território onde se vive, nessa linha "*consideramos cidades inteligentes e humanas, aquelas nas quais o poder público desenvolve seu papel articulador das interações necessárias entre academia e cidadãos protagonistas nesse ecossistema sociocultural e tecnológico*", conforme menciona Nascimento.

4.2 - As Cidades Sustentáveis e o Município de Sorriso no contexto das Políticas Públicas

Apresentaremos numa primeira perspectiva, os contextos e conceitos das políticas públicas e das Cidades Saudáveis e depois um diagnóstico de saneamento do município para elencar os riscos e a vulnerabilidade na saúde dos moradores.

Cardoso Jr. & Cunha (2015) conceituam política pública como todos os projetos criados e oferecidos pelos governos que são de interesses comuns à população de uma cidade, estado ou país com vistas a atender às necessidades básicas da população. São exemplos de políticas públicas o acesso à educação de qualidade, o direito a habitação, a segurança, o lazer, dentre outros.

As políticas surgem da parceria entre sociedade civil e poder público, sempre organizados para pensar e planejar como os recursos do país serão distribuídos uniformemente entre as unidades federativas que por consequência pensarão e planejarão como esses recursos serão ofertados nos municípios de seus domínios.

Para que as políticas públicas se efetivem é necessário total planejamento das ações que serão executados. Garcia (2015a, p. 22) relata que “em pouco tempo, os governantes se dão conta de que o planejamento é um processo que vai além da elaboração de planos. Necessário é, também, supervisionar sua realização no dia a dia”.

Nesse sentido, ainda no pensamento de Garcia (2015b), pensar o desenvolvimento nacional na atualidade é um enorme desafio. É preciso ter cuidado com o tipo de política a ser desenvolvida, compreender os grupos sociais nos quais ela será aplicada e, ao mesmo tempo, gestar todo orçamento financeiro para que não se estravie por meios corruptos ou com a má realização da política pública.

Tais problemas mencionados por Garcia são reiterados, com a parceria de Cardoso Jr. (2015) na obra “*Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas*”, ao dizer que o uso inadequado das políticas públicas acarreta não só consequências devastadoras ao

planejamento, infraestrutura e desenvolvimento de uma comunidade. Isso atrapalha também o combate ao crime organizado, ao desenvolvimento urbano, aos sistemas prisional e industrial, além do mais, que não promove um equilíbrio territorial entre tantas outras áreas componentes de uma cidade.

Assim, ao pensar em políticas públicas, é necessário compreender que estas "são manifestações que explicitamente reivindicam a adoção de métodos e técnicas mais sofisticados e eficazes de planejamento público estratégico de abrangência multissetorial e cobrindo um prazo longo" (GARCIA & CARDOSO JR., 2015c, p. 84).

É nesse contexto das políticas públicas que vamos abranger um olhar ao município de Sorriso no Mato Grosso. Na premissa de que na construção de políticas que visam o desenvolvimento pleno da região é que podemos integrá-lo no contexto das Cidades Saudáveis.

Como cidade saudável pode-se entender toda ação que visa o bem-estar social, econômico, político e cultural de uma população. De acordo com Westphal & Mendes (2000, p. 50) "num projeto de cidades saudáveis é preciso, no entanto, avançar e trabalhar a relação e inter-relação da saúde com a educação, a habilitação, o saneamento, o transporte e o lazer".

Na medida em que o homem usufrui do espaço em que habita, o meio ambiente se transforma e o ser humano passa a usufruir aquilo que a natureza lhe dá e, ao mesmo tempo acomoda-se de acordo com o clima, solo, vegetação, fauna, dentre outros elementos que compõem o ambiente.

Com o passar dos anos, ele percebe que é necessário pensar e executar questões básicas como a saúde de todos que o cercam e, com isso, surge aquilo que podemos denominar de saúde ambiental, uma prática do campo da saúde pública que leva em conta os riscos ambientais e a vulnerabilidade na saúde, atividades de risco relativas ao subdesenvolvimento de um município.

A ausência de água potável, saneamento e a contaminação dos alimentos são exemplos da vulnerabilidade ambiental que estão presentes no cotidiano dos grupos sociais e territoriais cujas formas de prevenção estão ligadas às questões econômicas e de educação para o meio ambiente em que estas famílias estão submetidas. Essas questões estão cada vez mais presentes no setor rural e aos grupos sociais marginalizados. Dessa forma, a promoção da saúde aliada ao poder que a sociedade exerce constitui a base para a equidade social dentro dos pressupostos de uma cidade saudável.

Podemos conceituar aqui que, uma população saudável é aquela que utiliza os serviços sociais de ordem pública que são pensados por ela e de acordo com as necessidades no período em que foram constituídos tais serviços. Promover e intensificar a atenção básica à saúde, aumentar e gerar empregos e instituir políticas de educação ambiental são exemplos imprescindíveis para o desenvolvimento urbano de um município em ascensão como é o caso de Sorriso.

Para que tenhamos a efetivação de um município que esteja adequado ao conceito de cidade saudável, precisamos investir no planejamento urbano e construção social de princípios através de um plano diretor, cujo delineamento contemple um zoneamento territorial equilibrado (sem demarcação social), de projetos de saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos ou de normas que minimizem os impactos ambientais dentro do território urbano.

A história da saúde, como uma prática de cuidado com as pessoas, relata que a preocupação em promover a saúde foi iniciada no século XIX na Europa. Segundo Márcia Westphal (2007), com o início dos processos de urbanização das cidades europeias a partir dos anos de 1800, conclui-se de que, para serem urbanizadas, tais cidades necessitariam de um impulso da saúde coletiva para que o desenvolvimento obtivesse êxito.

No ano de 1840 as pesquisas e estudos sobre a promoção de saúde, se intensificam, conforme cita a autora e, nesse âmbito, o surgimento de literaturas acadêmicas foi imprescindível, pois, nas publicações, os autores apresentavam as visões críticas de uma ascensão da saúde nas cidades em que residiam, permitindo assim a análise crítica dos dados tabulados e pesquisados.

Westphal (2007) cita também que no início do século XX ao surgir a “*era bacteriológica*” — como ela denomina — as preocupações com a promoção coletiva da saúde passam a perder forças, dando olhares e espaços à saúde individualizada do homem, já que estes, por sua vez precisavam ser tratados de maneira eficiente num meio onde os fármacos não eram tão exitosos em suas práticas. Porém, ao se descobrir formas de tratamento e controle das bactérias que agrediam o homem, a autora menciona que iniciamos, nos anos de 1930, um período no qual denominou “*era terapêutica*”.

Com a globalização, as novas visões de promoção de saúde são reordenadas e a comunidade da área teve uma guinada profissional com o avanço das novas tecnologias e com o melhoramento das pesquisas realizadas. Para isso, ocorreu um novo olhar para as questões sobre saúde coletiva e, de acordo com Westphal (2007, p. 11), “a ampliação do uso do termo Promoção da Saúde, relacionado com autonomia e emancipação, deu-se por aqueles profissionais insatisfeitos com as abordagens higienistas e normatizadoras da educação em saúde e da prevenção de doenças”.

Com isso, é necessário que se relacione fenômenos naturais e culturais que atuam sobre o ambiente quando se pensa em mudanças e impactos sistematizados que agem em relação à saúde humana. Com isso, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, ficaram claros e estabelecidos que ao se tratar da saúde de uma população são relevantes os fatores biofisiológicos e sócio-psicológicos como elementos envolventes desse processo.

Qualificar a alimentação, educação, proteção e uso do meio ambiente, atados a qualidade dos serviços de saúde que contemplem os moradores de uma cidade como um todo e não de maneira individualizada, é fundamento essencial para que esta seja denominada como uma cidade saudável.

Porém, quando temos uma população com menor poder aquisitivo e que em muitas vezes não têm acesso ao saneamento básico, a vulnerabilidade a problemas de saúde é evidente, além do mais, as condições de moradia que essas pessoas se encontram é fator determinante.

Um exemplo claro, volta-se para a quantidade de favelas que se manifestam em várias cidades, cujos moradores forçados a residir em áreas expostas a altos níveis de poluição hídrica, sem a distribuição correta de água potável e correndo riscos de ingerir alimentos contaminados com elementos patogênicos.

Ao habitar uma região para a construção de um município, devemos levar em consideração neste território uma série alterações ambientais de curto e longo prazo. O uso da terra, a construção de represas — e automaticamente a mudança do ecossistema hídrico ligado a ela —, o desmatamento e a produção agrícola em grande escala marcam a degradação do meio ambiente e em consequência disso, problemas relativos à saúde podem ser disseminados nesse território explorado, conforme exemplifica Mendes (2011), ao dizer que doenças vetoriais como a esquistossomose, dengue, malária, toxoplasmose, leptospirose e febre amarela surgem, já que se quebra a cadeira ambiental.

Pensando nisso, o município de Sorriso ao criar seu Plano Municipal de Saneamento Básico, institui o Plano de Mobilização Social cujos objetivos definem as unidades territoriais como as bacias hidrográficas, distritos administrativos e o mapa territorial para que se estude, planeje e efetive todas as melhorias e ações que visam o bem-estar da população.

Partindo desses preceitos, para mostrar a realidade das condições de oferta dos serviços de água, esgoto e saneamento do município, foram publicados nos meses de março e novembro de 2015 dois relatórios sobre resíduos sólidos, água e esgoto. A partir destes documentos foram mapeadas todas as nuances estruturais dos serviços e a frente a isso determinou-se quais seriam as adaptações e melhorias a serem executadas com objetivos de melhorar os serviços prestados a população sorrisiense.

Envolver a comunidade e os agentes políticos e econômicos são imprescindíveis para a concretização da Política Municipal de Saneamento Básico. Assim, os objetivos de elaboração de um Sistema de Saneamento Básico eficiente e eficaz são constituídos por meio da priorização do processo de divulgação do Plano e por meio da construção de um sistema informacional sobre a situação e atualidade do saneamento básico do município (SORRISO, 2015).

Figura 38: Sorriso (MT): Bairro Mário Raiter e Rede de Tratamento de Esgoto (2017)



Fonte: O autor

Compreender os diversos fenômenos (e suas distribuições espaciais), as escalas de análise, a catalogação e o acesso à informação são riscos ambientais que precisam ser registrados e socializados, pois, na medida em que se agravam, obtém maior precisão,

uma vez que o processo para controle e compreensão desses fenômenos se relacionam às sociedades e as formas de promoção à saúde.

Por isso, identificar, qualificar e quantificar as realidades diversas do saneamento básico do município de Sorriso utilizando um sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos relacionando os problemas a partir de suas causas, foi à atividade prevista no plano traçado pela prefeitura (SORRISO, 2014).

Eugênio Mendes (2011) argumenta que a saúde brasileira está em frequente transformação, pois o aumento demográfico do país também trouxe uma série de doenças que de acordo com ele podem ser classificadas em infecciosas e carenciais que proporcionaram novos olhares sobre a visão de políticas públicas para a saúde.

Essas políticas, sejam elas elaboradas de modo generalizado ou de modo específico, deverão ser desenvolvidas para atuar numa comunidade de acordo com suas potencialidades, bem como os profissionais que irão atuar junto a elas. É preciso reconhecer na comunidade, suas características sociais, econômicas e culturais para que essas políticas se efetivem.

De acordo com Mendes (2011, p. 18) “os sistemas de atenção à saúde são respostas sociais deliberadas às necessidades de saúde dos cidadãos e, como tal, devem operar em total coerência com a situação de saúde das pessoas usuárias”. Com isso, levantamos alguns dados presentes no Relatório de Saneamento Básico do Plano Municipal de Saneamento Básico de Sorriso:

Tabela 05: Sorriso (MT): Vulnerabilidade Social

EIXO	ATIVIDADE	1991	2000	2010
Crianças e Jovens	Mortalidade infantil.	22,97%	17,20%	14,90%
	Crianças de 0 a 5 anos fora da escola.	-	84,95%	57,00%
	Crianças de 6 a 14 fora da escola.	19,82%	6,56%	3,51%
	Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa.	-	7,84%	7,18%
	Mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos.	3,38%	3,59%	3,88%
	Taxa de atividade – 10 a 14 anos.	-	13,35%	11,55%
Família	Mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família.	3,60%	9,89%	23,93%
	Vulneráveis e dependentes de idosos.	0,73%	0,44%	0,97%
	Crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais.	8,22%	2,63%	2,53%
Trabalho e Renda	Vulneráveis à pobreza.	44,82%	29,97%	18,27%
	Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal.	-	46,67%	31,37%
	Condição de moradia.			
	População em domicílios com banheiro e água encanada.	87,12%	92,80%	97,64%

Fonte: O autor, adaptado de (PNUD, 2013).

Ainda segundo o relatório, a coleta de dados teve como premissa mostrar a legislação local no campo do saneamento básico, saúde e meio ambiente, a organização, estrutura e capacidade institucional existente para a gestão dos serviços de saneamento básico (planejamento, prestação, fiscalização e regulação dos serviços e controle social).

Os estudos, planos e projetos de saneamento básico existentes — avaliando a necessidade e possibilidade de ser atualizados —, a situação dos sistemas de saneamento básico do município nos seus quatro (4) componentes (tanto em termos de

cobertura como de qualidade dos serviços) pretendeu mostrar também a situação quantitativa e qualitativa das infraestruturas existentes, as tecnologias utilizadas, a compatibilidade com a realidade local, a situação socioeconômica, capacidade de pagamento dos usuários, os dados e informações de políticas correlatas ao saneamento (SORRISO, 2015).

Ainda de acordo com Sorriso (2015), o que se esperou do diagnóstico, foi atingir um nível de aprofundamento apropriado e também propiciar informações precisas e suficientes para dar subsídios à elaboração e atualização de estudos, planos diretores, projetos técnicos e setoriais de saneamento básico disponíveis no município.

As questões sobre a vulnerabilidade social demonstram-se em desequilíbrio com relação às famílias. Por um lado, as estatísticas sobre crianças e jovens em risco vêm diminuindo, por outro, a quantidade de pessoas em condições de risco e dependentes (financeiros) de idosos têm aumentado. O grupo feminino assumindo o controle e a liderança das famílias, o que era um tabu no século XX, passa a ser atividade frequente de acordo com o levantamento feito pelo diagnóstico.

Ainda com relação à tabela, se comparado ao ano das pesquisas anteriores, ao analisarmos os índices de pobreza e as relações de empregabilidade de modo informal também foram reduzidas. As condições básicas de moradia como a obtenção de água encanada, por exemplo, atinge conforme o comparativo, altos índices de melhora. Em 19 anos (1991 até 2010) quase toda população sorrisiense já possuía água encanada em suas residências.

Não podemos descartar aqui que com a modernização e urbanização das cidades, novos riscos e doenças tomam ênfase nas populações, a poluição do ar, a produção agroindustrial que lança nos ambientes resíduos químicos e perigosos nos rios e nos solos são fatores de alerta para as equipes de controle e manutenção da saúde pública municipal.

O reaparecimento de velhas doenças, bem como o surgimento de novas doenças advindas da globalização como problemas de ordem psicossocial e ergométrica tomam voz no cenário das cidades do século XXI. Assim, podemos apresentar mais fatores que ocasionam velhas e novas doenças cujas mudanças significativas são promovidas no espaço natural de um ambiente. A construção de represas, alterações ecossistêmicas e climáticas, mudanças demográficas e de conduta humana advindas de eventos sociais como guerras e conflitos civis, são exemplos a serem mencionados.

Outros exemplos indicados aqui, são frutos da incorporação das novas tecnologias de comunicação e informação e a agilidade da produção de novos produtos que gerou na população um consumismo exacerbado, intensificando a dependência ao tabaco (que *a posteriori* intensifica o uso de drogas), o sedentarismo fruto dos maus hábitos alimentares que levam a população à obesidade gerando doenças cardíacas e diabetes.

Junto a isso, temos a crescente diversidade de deficiências e transtornos globais de desenvolvimento que atingem as populações marginalizadas ao consumismo contemporâneo, hoje falamos de (TDAH) Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, e (TEA) Transtorno do Espectro Autista e a Surdez, dentre outras patologias com maior frequência se comparar com relação ao século passado. Outro ponto importante também são os problemas de ordem psicológica e social, é comum se discutir aspectos sobre a conduta sexual das pessoas, as questões de gênero e as doenças vinculadas à *psique* humana como síndromes do pânico e bournout, esta última vinculada ao esgotamento profissional.

Questões como essas devem ser debatidas e sanadas, pois, tornam-se problemas sociais de ordem coletiva e quando lidada de maneira ineficaz, podem abalar a saúde humana, sendo que esta é essencial para o funcionamento de uma “cidade saudável”, pois é a partir do binômio planejamento e tempo, que a saúde do homem estrutura-se.

Assim, os diagnósticos de condições de vida e situação de saúde devem relacionar-se cientificamente ao trinômio estratégico (informação-decisão-ação) para que pesquisadores possam entender como o processo de territorialização da saúde em um ambiente urbano de crescimento desordenado demanda planejamento estrutural para que as condições de vida sejam efetivamente saudáveis e sustentáveis (WESTPHAL, 2007).

Figura 39: Sorriso (MT): Parque Municipal em 2017.



Fonte: O autor

De acordo com Westphal & Mendes (2000), para analisar os problemas e demandas que se relacionam a promoção da qualidade de vida e saúde de uma sociedade, é preciso trabalhar de maneira integrada e sistêmica, pois, na medida em que esforços são somados (integração) é mais fácil identificar e solucionar as analogias encontradas por meio de agrupamento de informações básicas (sistematização) que poderão servir também como base para futuras análises pelos descendentes daqueles que um dia concretizaram essa ação neste momento em que vivem.

Ao tomar como base o documento da Comissão Nacional de Determinantes Sociais de Saúde (2008), devemos contemplar os seguintes aspectos referenciados por ele:

- 1) Situação e tendência da evolução demográfica, social e econômica do país:** traça um panorama geral de referência para a análise da situação de saúde, descrevendo a evolução destes macro determinantes, particularmente nas últimas quatro décadas. Inclui dados sobre crescimento populacional, fecundidade, mortalidade, migrações, urbanização, estrutura do mercado de trabalho, distribuição de renda e educação;
- 2) A estratificação socioeconômica e a saúde:** apresenta a situação atual e tendências da situação de saúde no país, destacando as desigualdades de saúde segundo variáveis de estratificação socioeconômica, como renda, escolaridade, gênero e local de moradia;
- 3) Condições de vida, ambiente e trabalho:** apresenta as relações entre situação de saúde e condições de vida, ambiente e trabalho, com ênfase nas relações entre saneamento, alimentação, habitação, ambiente de trabalho, poluição, acesso a informação e serviços de saúde e seu impacto nas condições de saúde dos diversos grupos da população;
- 4) Redes sociais, comunitárias e saúde:** inclui evidências sobre organizações comunitárias e redes de solidariedade e apoio para melhoria da situação de saúde, destacando particularmente o grau de desenvolvimento dessas redes nos grupos sociais mais vulneráveis;
- 5) Comportamentos, estilos de vida e saúde:** destaca comportamentos e condutas de risco, dentre eles o hábito de fumar, o alcoolismo, o sedentarismo, a dieta inadequada, entre outros, segundo os diferentes estratos socioeconômico da população;
- 6) Saúde materno-infantil e saúde indígena:** por sua importância social e por apresentarem necessidades específicas de políticas públicas (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE, 2008, p. 05).

Estes seis elementos se fazem fundamentais a uma população, pois englobam as diversas faixas etárias e sociais pelo qual uma cidade está submetida. Mapear os grupos sociais e promover saúde pública de atenção básica é um dos requisitos essenciais para uma cidade ser/estar saudável.

Ao interagir com outros grupos no espaço geográfico, o homem está exposto a vulnerabilidades, para tanto, é necessário estimar a magnitude dos riscos à saúde em nível individual, social e ambiental. Reconhecer, por exemplo, as formas de doenças e mortes (e o vínculo destas a esses grupos), são fundamentais para compreender quais são, e como lidar com as patologias e carências sofridas pela população.

Westphal (2007) considera que os riscos iminentes à saúde podem estar em todos os ambientes, por isso, é importante promover vigilância como elemento

essencial a atenção à saúde para que se controlem os riscos bem como suas consequências no sentido de, ao mesmo tempo, criar, consolidar e gestar programas de auxílio e prevenção em todos os municípios do país melhorando a qualidade e a promoção do bem-estar social.

Portanto, criar estratégias de combate à degradação do meio ambiente, desenvolver programas que visam práticas sociais sustentáveis como a criação de políticas públicas para o saneamento básico, são índices de vigilância ambiental, atenção e promoção à saúde que os pesquisadores, população e equipe gestora de uma “cidade saudável” devem estar sempre atentos e a par dos assuntos veiculados nas diversas mídias e nas estatísticas dos municípios.

4.3 - Quebrando Paradigmas Sociais, Reestabelecendo a Essência Humana com Mobilização Social: do discurso individualista para a ação coletiva.

Pensar em mobilização social é agregar força para as estruturas fundamentadas em leis e projetos que trazem o espírito humano para as cidades. É preciso transformar o espaço urbano, agregando elementos saudáveis em toda sua esfera, como balizador deste processo a "voz social" — o encontro coletivo e a mobilização pública, a frente de todos os anseios urbanos.

As transformações estão ocorrendo, é notável a postura cidadã que atualmente exige direitos estabelecidos no Estatuto das Cidades e Planos Diretores, o conhecimento e a transcrição dos documentos formais garantem aporte pleno para luta social. As pessoas precisam romper a prática da permuta de préstimos, solicitando aos representantes públicos, de maneira isolada suas vontades e desejos em troca de "favores". A população necessita de arranjo (mobilização social), afinal de contas, as estruturas públicas, o desenho urbano e a qualidade da cidade, são construídos com verba pública.

Podemos fomentar que a mobilização social pode apresentar enorme força em relação às leis e diretrizes formais que conduzem o Brasil, existem distintos projetos sociais que estabeleceram articulações nos territórios: “Democracia como Resposta à Violência Latino-Americana”, “Sistematização de Experiências”, “Rotas de Fuga”, “Redes de Valorização da Vida”, “Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC)”, “Novos Saberes”, “Prevenção da violência na Rede de Educação”, “Conexões de Saberes” e o “Movimento Down”, por exemplo, concretizando os interesses locais, configurando o rumo coletivo para o desenvolvimento da região (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, s. d.).

Quebrar paradigmas sociais, realizando políticas públicas nos territórios, é um desafio de articulação, pontuando interesses individuais, estruturando anseios coletivos. Com este movimento, a população participa diretamente da consolidação dos rumos urbanos, surge uma comunidade rica e engajada com os desafios da cidade.

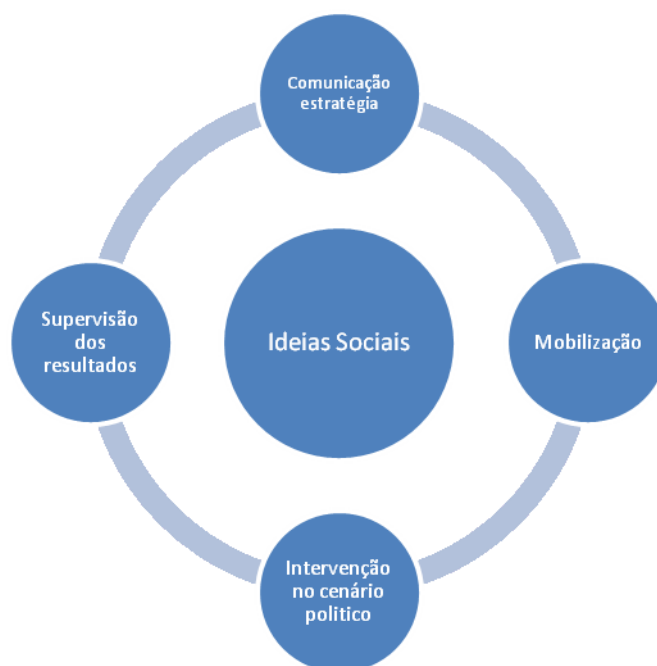
A manifestação popular deve ser democrática, conforme a origem da própria palavra, que foi intitulada na Grécia Antiga (*demo* = povo e *kracia* = governo). O sistema "democracia" surgiu em Atenas, para agrupar os objetivos sociais em fortalecimento das cidades, forjando os moldes coletivos do povo, com as diretrizes de um governo.

A lucidez do Brasil em estruturar suas fontes e reservas de recursos (físicos e humanos), transborda a efetividade que o progresso social pode incumbir, não se trata de uma nação pobre e frágil no arrolar de produção de alimentos, tanto quanto em outros elementos (clima, relevo, políticas públicas), toda a estrutura governamental e estrutural brasileira é muito bem servida.

A seguir, o fluxo da Mobilização Social permanente, o conceito precisa ficar entendido, a verdade sobre os fatos deve prevalecer e, a interação das pessoas com os incrementos sócio-espaciais deve ser o combustível diário das pessoas. Devemos deixar

de fazer mobilização apenas quando surge uma "necessidade" urbana e, conceituar esta ação como prática comum de toda cidade, em diferentes escalas, eventualmente (bairro, cidade) e com profundidade (estado e união).

Fluxograma 3: Fluxo de Mobilização Social Permanente



Fonte: O autor

De acordo com Levy (1997, p. 34) “dentro do contexto da globalização algumas cidades se especializam, outras refletem combinações complexas de atividades. Algumas se caracterizam por sediarem o comando de certas redes” e o município de Sorriso, pode caminhar em direção ao topo porque se consolida como uma Cidade Saudável, bem como é a líder do agronegócio brasileiro.

Assim, ao remontar a construção histórica e social de Sorriso (MT), não podemos desconsiderar seu público como uma totalidade: ricos e pobres, nativos e migrantes, pessoas que acompanharam o progresso do município fazendo dele um espaço de vida, “como aquele onde se desenvolvem as práticas cotidianas dos sujeitos

em torno de seus locais de moradia, de trabalho, como também de suas práticas episódicas, como lugares de lazer, férias.” (KOGA, 2003, p. 36).

Vasconcelos (1999, p. 160) aponta que as cidades começam “a transbordar de todos os lados em massas informes de casas de aluguel e outras construções oportunas [...]”. As grandes cidades modernas tenderiam ao infinito enquanto que a cidade antiga procuraria se condensar”. Nesse sentido, enquadramos o município de Sorriso, pois se comparado à capital de seu estado (Cuiabá), a cidade teve seu desenvolvimento acelerado em mais de 30 anos enquanto a sede de MT levou mais de 400 anos para tal feitura.

Nessa conjuntura, compreendemos que esse avanço só ocorre com o predomínio do êxodo dos grandes centros urbanos para os pequenos centros. Conforme mencionamos anteriormente nesta pesquisa, a corrida para o Oeste brasileiro é marcante pela busca de novas oportunidades e, como estratégia econômica, encontra-se a produção agroindustrial, fazendo com isso surgir municípios que “se emanciparam durante e devido à expansão da fronteira agrícola, como Sorriso (MT), Primavera do Leste (MT), Sapezal (MT), Campos de Júlio (MT) e Campo Verde (MT)” (FREDERICO, 2011, p. 123).

Portanto, “o explosivo crescimento das cidades, as fortes correntes migratórias para as mesmas [...] e os desníveis regionais vindo de um longo processo de concentração da riqueza nacional no Centro-Sul” (FAISSOL, 1975, p.15), fizeram de Sorriso (MT) palco do desenvolvimento econômico do país fora dessa conjuntura de estados porque, por meio de sua rápida colonização, de suas terras férteis e da galhardia de um povo que visa o crescimento e qualidade de vida do município, o transforma numa Cidade Saudável, mais humana e de oportunidade para todos.

(Re)organizar as cidades, alterar o valor da terra e qualificar os espaços públicos, são ações fundamentais para que as populações possam dialogar e viver no

mesmo espaço com sintonia plena em todos os lugares, concebendo não apenas moradia, mas cultura, conhecimento, vivência e acesso universal.

Cabe destacar a importância do saneamento para prevenção de doenças e promoção da saúde, uma vez que a configuração das cidades depende de água com qualidade, banheiros nas residências e demais ambientes das cidades. Considerando este elemento básico, fomentamos a obra “*Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental*”, realizada pelos autores Cezarina Maria Nobre Souza, André Monteiro Costa, Luiz Roberto Santos Moraes, Carlos Machado de Freitas.

O trabalho apresenta a evolução das cidades e as várias doenças que estão ligadas ao saneamento, com o avanço das cidades, várias pesquisas e novos desenhos urbanos foram originados, com o objetivo de conter endemias. Um ponto importante foi a retirada do esgoto das casas e seu despejo remanejado para as águas, de onde eram captadas para o consumo humano.

Com esta atitude, surgem novas doenças nas cidades, pois a água ingerida pelos habitantes carrega indicadores de contaminação. Consequentemente, as medidas de saneamento devem ser tomadas com critérios ambientais, atentos para a disposição da rede de esgoto, para não transitar em corpos de água e outros fluxos que interfiram na qualidade de vida.

O saneamento básico possui critério ímpar na consolidação das cidades, pois não existe cidade saudável sem um tratamento ambiental de seus resíduos e para isso ocorrer, as cidades precisam ser feitas para as pessoas, todas as esferas públicas devem permear o saneamento como discernimento básico e obrigatório dos territórios municipais.

Partindo desta reflexão (estrutural), atrelando para o esboço desta pesquisa, as relações humanas subjetivas e objetivas no espaço e território, agregam os interferes

desta trilha de movimento. Estratégias, cultura, políticas, mobilização, planos diretores e programas de saúde pública, norteiam as condições para a (Promoção de Saúde).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos no presente trabalho interpretam os desafios das cidades e a "utopia" ilustrada pelo movimento “Municípios Saudáveis” em busca da Qualidade de Vida. Encontramos inúmeros elementos objetivos e subjetivos que barram o progresso social, especialmente, no que tange ao desconhecimento do verdadeiro papel da cidade devido a questões progressistas mercadológicas, o entendimento que se tem do território urbano é o de valorização, agregando não apenas um "investimento", mas considerando áreas de especulação imobiliária.

Com o progresso desta tese, ficam evidentes os “nós” presentes no planejamento urbano dos municípios, já que os desafios para concretizar qualidade de vida para todos, apenas serão rompidos com o novo "olhar" às cidades, vencendo quantitativamente e qualitativamente os hábitos capitais imersos no urbano.

Enfim, chegamos ao destino desta tese, que estabelece o laço urbano com as condições qualitativas no modo de vida, promover saúde é considerar os componentes de participação social, gestão participativa das comunidades e principalmente a formação dos grupos sociais.

A vida das pessoas precisa ser alimentada por ocasiões fundamentais, indiscutíveis para existência e sobrevivência nos territórios, entendemos que isto é básico e novamente irrefutável, assim não buscamos em nenhum momento deste trabalho detalhar os itens e sim, promovemos a integração do pensamento humano, das atitudes coletivas e em especial consolidamos práticas para uma mobilização social equitativa.

Veemente, destacamos a cidade como um "Organismo Vivo", repleto de simbologias culturais, conduzidas por planejamentos estatais em suma, a grande

questão em vigor é trazer as cidades para as pessoas, circulando sua essência na atmosfera luminar, desdobrando os percursos sociais em prol do progresso plural.

Sabemos que uma cidade viva, democrática e saudável ocupa o anseio de grande parte da população, porém, quando um indivíduo possui condições favoráveis – financeiramente, sua forma de observar o território fica distorcida, residindo em um condomínio de alto padrão, suas necessidades cotidianas com toda certeza serão diluídas pelo acesso que é proporcionado para esta classe.

As pessoas precisam deixar de pensar no "eu" estou bem, mas a cidade não está saudável por conta dos "outros", trazer a sensibilidade de pertencimento para todos os envolvidos no espaço urbano, é a materialização da utopia envolta do município saudável, só assim iremos conseguir alterar o ciclo que se alastra por centenas de anos nos territórios urbanos.

O Espaço — O Território — O Pertencimento — A Mobilização são vinculações das cidades, a reprodução das relações sociais direcionada pela lógica intersetorial, orienta a equação dos direitos coletivos, nesse balanço a consolidação do município saudável é o resultado do "encontro" das pessoas de todas as regiões do urbano propondo e participando das ações de desenvolvimento da cidade.

As diretrizes ou "coisas" (elementos legais e construtivos das cidades) ficaram complicadas, pois é significativa a relação do prospecto capital com as cidades brasileiras, a postura da gestão pública de Sorriso (MT) ao longo do tempo, impulsionou o crescimento do urbano voltado para grandes empreendimentos deste setor, a segregação social que foi descrita nos Lados (Oeste e Leste) é notória, porque as implicações associativas entre os territórios estreitam ainda mais a distância de um lugar e outro.

Ações intersetoriais precisam ser constantes, engrenando todo aporte estrutural dos municípios, a ordem das necessidades básicas das regiões precisa estar à frente dos

objetivos isolados. A articulação entre o planejamento e o desenvolvimento social dissemina a construção saudável, a quebra do sistema atual só ocorrerá com os movimentos públicos, como arrolados nesse trabalho, a tecnologia é altamente estratégica no processo de cobertura das ideias e solicitações da população.

Utilizar as ferramentas digitais e inserir os mais jovens neste movimento proporciona a periodicidade das participações sociais, que deve ser constante e, não apenas quando surge um "problema", as pessoas precisam gerar ideias, propor questionamentos, participar ativamente/diariamente dos desígnios da cidade, afinal de contas o dinheiro é público, o seu uso será reflexo direto nas possibilidades que a cidade, estado e nação assumem no tempo.

Os motivos pessoais para realização deste trabalho se fazem presentes, uma vez que a nossa formação em Ciências Biológicas (pesquisando desenvolvimento e qualidade de vida dos professores da rede pública de ensino) e, Mestrado em Geografia (pesquisando Educação Ambiental), foram basilares para que o efeito dessa construção acadêmica oportunizasse a análise atual da dimensão de um município. Não foi fácil definir a metodologia da pesquisa e muito menos associar de forma subjetiva os eventos condicionados no espaço e território. Um aparato de distintos interesses foi manifestado, a burocracia e tímida técnica operacional da Prefeitura Municipal de Sorriso (MT) é branda.

O aporte técnico nas prefeituras brasileiras deve ser permanente, fortalecendo atividades assertivas no âmbito qualitativo. Em Sorriso, embora a região seja altamente próspera na produção de grãos, em seu insumo primário, e também na tração de empreendimentos variados, a cidade se sustenta no agronegócio. Logo, a distribuição dos recursos financeiros está na mão de poucos, como mencionado pelo atual vice-prefeito.

A defasagem no progresso social é eminente em Sorriso, como exemplo, nota-se um enorme aglomerado de veículos na região central da cidade, que poderia estar repleta de áreas verdes, ciclovias e manifestações culturais, porém, o esboço urbano está altamente conectado com a cultura do "status" social. Pontuamos que o relevo da cidade é altamente plano, favorecendo integralmente deslocamentos saudáveis, sua condição climática pode ser minimizada com pavimentações associadas ao planejamento urbano social.

A canção de Chico Buarque "*A Cidade Ideal*", trouxe simplicidade para este trabalho, entregando a "compaixão, respeito, igualdade, justiça, pluralidade, afeto, humildade, amizade, acolhimento e infinitos sinônimos" para as pessoas da cidade, que devem ser "crianças". Assim, cabe transcrever "*E, quem dera, os moradores, e o prefeito fossem somente crianças*".

Com este pensamento, consideramos que a transformação das cidades depende unicamente da percepção humana, do respeito, da ação intersetorial e das políticas públicas. Nossa pesquisa pondera que Sorriso caminha lentamente à categoria de ser Município Saudável, pois lá se encontram muitos hábitos "antigos" de gestão e construção do desenho urbano, dificultando novos caminhos para edificação da região.

É importante ressaltar que o município é recente, suas facetas capitais e as dinâmicas de produção podem ser "facilmente" (re) organizadas, basta um plano diretor e mobilização social preparada com conteúdo e instrumentos sólidos para um novo arranjo no território, em tempo lembramos que a proposta inicial da cidade "entregando terrenos nas regiões centrais" foi interessante para o momento de sua colonização, o resgate do crescimento embrionário da cidade pode ser um aporte cultural para os novos debates que serão conduzidos.

A natureza de Sorriso foi e é a produção agrícola, sem sombra de dúvidas o povo que colonizou a vasta região apresenta familiaridade com a Terra, o que falta é o

encontro social das várias culturas que são manifestadas no município, bem como a projeção dos espaços para população socialmente mais carente.

A construção do Residencial Mário Raiter, por exemplo, prova a total desumanização do espaço urbano, a localização do residencial e a população que será direcionada para o local, carece de mobilidade, saúde, educação e principalmente trabalho. Sorriso comete o mesmo erro de grandes metrópoles, lançando a população mais "frágil" para longe do acesso da cidade, da vivência, da experiência do urbano.

Em sintonia com os indicadores da (OMS), podemos afirmar que Sorriso (MT) agrega na totalidade os elementos economia diversificada, vital e inovadora, e moderadamente satisfação das necessidades básicas; alimento, água, moradia, renda, segurança e trabalho para todos.

Notamos ausência de inovação quanto às políticas públicas em Sorriso, uma vez que o município trabalha com pouca notoriedade em atender com grandeza a população, não podemos descartar a possibilidade dos gestores (produtores rurais) que ocuparam a gestão e governança do município, atentarem-se para o crescimento em produção, organizando caminhos para a cidade desenvolver estruturas para o agronegócio.

Em síntese, Sorriso não aporta grandes "moldes" para transformação social, com base nas interferências já conduzidas e estabelecidas no processo de crescimento regional. Em tempo, sua *versatilidade econômica é seu grande diferencial*, compete um plano adequado para os novos repertórios que a cidade pode entregar, ultrapassando a barreira do que existe ou o que se espera (produção agrícola) para a equidade da qualidade de vida.

Portanto, cabe a toda população, agora com instrumentos (objetivos e subjetivos) descritos no presente trabalho, gerar manifestações populares enraizadas

nos princípios sociais e convidando as pessoas com todas as ferramentas possíveis a participar do espaço, conduzir o território e viver o lugar de forma saudável.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; OLIVEIRA, Mariana. **São Caetano (SP) tem o melhor IDH municipal e Melgaço (PA), o pior**. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/HurVY8> >. Acesso: abr-2017.

ADRIANO, Jayme R. [et. al.]. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. n. 5, v. 1, p. 53-62, 2000.

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100006>

AKERMAN, Marco [et. al.]. **Avaliação em promoção da saúde**: foco no "município saudável". Revista Saúde Pública. São Paulo, n. 36, v. 5, p.638-646, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/7AQX9c>>. Acesso: jan-2016.

<https://doi.org/10.1590/S0034-89102002000600016>

ALVES, Glória. Transformações e Resistências nos Centros Urbanos. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2014.

ALVES, Lidiane A. **Uberlândia (MG)**: aportes metodológicos para um processo em construção. 495f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia (MG), 2016.

ALVES, Lidiane A; RIBEIRO FILHO, Vitor. A área central de Uberlândia-MG frente ao paradigma das cidades saudáveis. Heredia (Costa Rica). **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial. P. 01-18, 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo, Pioneira Thompson Learning, 2002.

AMARAL, Maisa S; CARIGNANI, Gisele. Análise da Estrutura Urbana de Sorriso/MT a partir de Princípios Bioclimáticos. In: NUTAU, v. 8, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FAU/ USP, 2010. Disponível em < <https://goo.gl/CRpYdZ> >. Acesso: mar-2016.

AROUCA, Antonio Sérgio S. **O Dilema Preventista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. 197f. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP), 1975.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria E. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul**: a construção de um Estado, vol. 2: Regionalismo e Divisionismo no Sul de Mato Grosso: Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BRANDÃO, Israel R. Na Trilha do Município Saudável. In: SPERANDIO, A. M. G; MARCHÍN, D. G; FORTUNATO, M. A. B. **Políticas Integradas em Rede e a Construção de Espaços Saudáveis**: boas práticas para a Iniciativa do Rostos, Vozes e Lugares. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010 .

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil**. Brasília (DF): Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Entendendo o SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/ZkzmBu>>. Acesso: 28 nov. 17.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Relatório de Produção Agrícola do Município de Sorriso – MT**. Sorriso, MT: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/tQpQ6S>>. Acesso: 28 nov. 17.

BRASIL. **Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007.

BRASIL. **Lei federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/zu5gAQ>>. Acesso: ago-2015.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília (DF): Casa Civil, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações... Brasília (DF): Casa Civil, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.724, de 16 de outubro de 2012**. Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio. Brasília (DF): Casa Civil, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/vKFJKu>>. Acesso: dez-2017.

BRASIL. **Pesquisa Nacional de Saúde (2013)**: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: Anexos. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Resolução Recomendada nº 75, de 2 de julho de 2009**. Estabelece orientações relativas à Política de Saneamento Básico e ao conteúdo mínimo dos Planos de Saneamento Básico. Brasília (DF): Ministério das Cidades, 2009.

BRONZO, Carla A. Importância da Intersetorialidade das Políticas Públicas para a promoção da Inclusão Social. In: II Fórum Mineiro de Autogestão, Autodefesa e Família e do XII Congresso da Rede Mineira das APAES. 2013. Belo Horizonte. **Apresentação...** Disponível em:<<https://goo.gl/2bbkBJ>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

BRONZO, Carla A. Importância da Intersetorialidade das Políticas Públicas para a promoção da Inclusão Social. In: II Fórum Mineiro de Autogestão, Autodefesa e Família e do XII Congresso da Rede Mineira das APAES. 2013. Belo Horizonte. **Apresentação...** Disponível em:<<https://goo.gl/PafCv9>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

CANAL RURAL. **Quatro estados concentram quase 70% da produção de grãos do país**. 18 de Maio de 2017. Disponível em <<https://goo.gl/Kphiae>>. Acesso: dez-2017.

CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CARDOSO JR; José Celso; CUNHA, Alexandre dos S. (orgs.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARTA DE FORTALEZA, Fortaleza. Outubro, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/cuGqsP>>. Acesso: fev-2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Trad. Roneide V. Majer. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE **As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil**: relatório final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). S. l, S. E: 2008.

CORDEIRO, Joselma C. **A Promoção da Saúde e a Estratégia de Cidades Saudáveis**: um estudo de caso no Recife – Pernambuco. 262f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Osvaldo Cruz (CPqAM/ FIOCRUZ). Recife (PE), 2008.

CORRÊA, Lúcia S. **História e Fronteira**: o sul de Mato Grosso, 1870 – 1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

CUSTÓDIO, Regiane C. **Sorriso de Tantas Faces**: A cidade (re) inventada: Mato Grosso – Pós 1970. 2005. 152f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2005.

DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. **Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde**. Alma-Ata, 1978. Disponível em: < <https://goo.gl/BUkjN4>>. Acesso: jun-2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://goo.gl/QBZ5Sy>>. Acesso: mar-2016.

DIAS, Elisia A; BORTONCELLO, Odila. **Resgate Histórico do Município de Sorriso**: “portal da agricultura no cerrado mato-grossense”. Cuiabá, MT: [S. n], 2003.

DUHL, Leonard. The Healthy City: its function and its future. **Health Promotion**, Oxford, v. 1, p. 55-60, maio, 1986.
<https://doi.org/10.1093/heapro/1.1.55>

ENÉAS, Rodrigo; PALMIERI, Livia. **Rede de Cidades Inteligentes e Humanas Divulga Novo Site**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/DXigAN>>. Acesso: jan-2017.

EXPRESSO MT. **Índice Firjan aponta que Sorriso é o 5º no ranking estadual**. (Notícias de Mato Grosso). Disponível em: <<https://goo.gl/XtW2W3>>. Acesso: abr-2016.

FAISSOL, Speridião. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FARIA, M; BORTOLOZZI, A. Território e Saúde na Geografia de Milton Santos: teoria e método para o planejamento territorial do Sistema Único de Saúde no Brasil. **Revista Ra'e Ga**. Curitiba, v. 38, p.291 – 320, dez, 2016.
<https://doi.org/10.5380/raega.v38i0.43912>

FERNANDEZ, Juan Carlos A; MENDES, Rosilda (orgs.). **Promoção da Saúde e Gestão Local**. São Paulo: CEPEDOC Cidades Saudáveis, 2007. Disponível em <<https://goo.gl/vr4fcL>>. Acesso: ago-2016.

FIORAVANTI, Livia M. Conflitos e Estratégias da Classe a partir de uma Operação Urbana. In: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel P. **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIRJAN. **ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM**. Rio de Janeiro: Firjan, 2014. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm>>. Acesso: mar-2014.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXII, 01 set. 2011, ed. 756, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXII, 19 mai. 2011, ed. 742, p. 1-16.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXIV, 16 jul. 2015, ed. 914, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXIV, 22 jan. 2015, ed. 983, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXVII, 12 mai. 2016, ed. 945, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXIV, 12 mar. 2015, ed. 889, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXII, 12 mai. 2011, ed. 741, p. 1-8.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXIV, 25 out. 2012, ed. 800, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXVII, 30 jun. 2016, ed. 950, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXIII, 28 jun. 2012, ed. 784, p. 1-12.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), Ano XXIV, 13 mai. 2015, ed. 907, p. 1-20.

FOLHA DO CERRADO: a verdade sempre em 1º lugar. Sorriso (MT), ed. especial 25 anos, 2010, p. 1-7.

FRANCISCO FILHO, Lauro L. Plano Diretor para Municípios Potencialmente Saudáveis. In: SPERANDIO, A. M. G; MACHÍN, D. G; FORTUNATO, M. A. B. **Políticas Integradas em Rede e a Construção de Espaços Saudáveis:** boas práticas para a Iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

FREDERICO, Samuel. Gênese e Consolidação da Rede Urbana na Região de Fronteira Agrícola Moderna. In: COSTA, E. B; OLIVEIRA, R. S. **As Cidades entre o “Real” e o Imaginário:** estudos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GARCIA, Ronaldo C. A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: o PPA 200-2003. In: CARDOSO JR; José Celso; CUNHA, Alexandre dos S. (orgs.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.** Brasília: Ipea, 2015a.

GARCIA, Ronaldo C. Alguns Desafios ao Desenvolvimento do Brasil. In: CARDOSO JR; José Celso; CUNHA, Alexandre dos S. (orgs.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.** Brasília: Ipea, 2015b.

GARCIA, Ronaldo C; CARDOSO JR. José Celso. Subsídios para Repensar o Sistema Federal de Planejamento. In: CARDOSO JR; José Celso; CUNHA, Alexandre dos S. (orgs.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.** Brasília: Ipea, 2015c.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas.** Trad. Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul:** sua evolução histórica. Campo Grande: UCDB, 2002.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INFORME CIDADÃO. Sorriso (MT), edição especial, maio, 2016, p. 1-20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2014.** Produto interno bruto dos municípios. Disponível em: <<https://goo.gl/6WDBje>>. Acesso: dez-2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<https://goo.gl/oXxzBn>>. Acesso: dez-2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://goo.gl/a8q8Bx>>. Acesso: dez-2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa da população 2017**. Disponível em: <<https://goo.gl/a5vAeu>>. Acesso: dez-2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal: Culturas temporárias e permanentes**. Volume 40. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <goo.gl/2pPytN>. Acesso: dez-2016.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA (IMEA). **Entendendo o mercado da soja**. In: Workshop Jornalismo Agropecuário uma oportunidade para sua carreira, 2015, Tópico Temático. Disponível em: <goo.gl/K9i79g>. Acesso: mar-2016.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DO ALGODÃO (IMAMT). **Centro de Treinamento e Difusão Tecnológica é inaugurado em Sorriso**. 2015. Disponível em: <<http://www.imamt.com.br/home/noticia/1387>>. Acesso: ago-2016.

JESUS, Nauk M. A Capitania de Mato Grosso: História, Historiografia e Fontes. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012. <https://doi.org/10.22228/rt-f.v5i2.168>

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LABOISSIÈRE, Paula. **Com US\$ 96 bilhões, exportações do agronegócio têm aumento de 13%**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/vnY9DR>>. Acesso: out-2016.

LALONDE, Marc. **A New Perspective on the Health of Canadians: a working document**. Ottawa (Canadá): Minister of National Health and Welfare, 1974.

LEDUR, Flávia A. P. **A Educação Patrimonial Formal como Elemento Reconhecedor do Patrimônio Cultural em São Mateus do Sul - PR**. 127f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado (UnC). Canoinhas (SC), 2012.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia M. E. Orth. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

LEITE, Carlos. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEVY, Evelyn. **Democracia nas Cidades Globais: um estudo sobre Londres e São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997. (Coleção Megalópolis).

LIMA, Samuel C. A construção de cidades saudáveis a partir de estratégias de promoção da saúde. In: LIMA, S. C; COSTA, E. M (orgs). **Construindo Cidades Saudáveis**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2013.

LOBATO, Alessandra S. [et. al.]. A Formação Histórico-Territorial do Mato Grosso, as Transformações e Impactos Decorrentes da Expansão da Soja. **Para Onde? Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/index>>. Acesso: mar-2016.

LOUREIRO, Corália; FERREIRA, Mirieme. Poder Local e Cidades Saudáveis. In: LIMA, S. C; COSTA, E. M. (orgs.). **Construindo Cidades Saudáveis**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2013.

MATHIAS, Augusto. **Cidades e Comunidades Saudáveis: Participação Social através do desenvolvimento de Políticas Públicas Saudáveis**. Campinas (SP): [S. n], s.d. Disponível em: <<https://goo.gl/MCUZH4>>. Acesso: mar-2017.

MATHIAS, Augusto. Cidades e Comunidades Saudáveis: Participação Social através do desenvolvimento de Políticas Públicas Saudáveis. In: SPERANDIO, A. M. G.; et al. (Org.). **O processo de construção da rede de municípios potencialmente saudáveis** - Repensando a mobilização e a participação social, v.3. Campinas, SP: Unicamp: Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade - IPES, 2004. p. 75-93.

MENDES, Eugênio V. **As Redes de Atenção à Saúde**. Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Psd5bg>>. Acesso: jun-2016.

MENDES, Rosilda. **Cidades Saudáveis no Brasil e os Processos Participativos: os casos de Jundiaí e Maceió**. 239f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (SP), 2000.

MENDES, Rosilda. **Cidades Saudáveis no Brasil e os Processos Participativos: os casos de Jundiaí e Maceió**. 239f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (SP), 2000.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **PRONAF: 20 anos de Apoio aos Agricultores Familiares**. Brasília (DF): Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/mFSmF7>>. Acesso: fev-2016.

MOREIRA, Thiago S. **Qualidade de Vida da População Urbana de um Município do Vale do São Francisco (MG): um exemplo de utilização da análise multicrédito para a gestão municipal em saúde**. 145f. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Diamantina (MG), 2016.

MT NOTÍCIAS.NET. **Sorriso: Prefeitura discute diretrizes para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana**. 15/06/2015. Disponível em: <<https://goo.gl/27XfqM>>. Acesso em 17/12/2016.

NARDI, Antonio Carlos F. Prefácio. In: SPERANDIO, A. M. G; MACHÍN, D. G; FORTUNATO, M. A. B. **Políticas Integradas em Rede e a Construção de Espaços Saudáveis**: boas práticas para a Iniciativa dos Rostos, Vozes e Lugares. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Projetos**. Disponível em: <<https://goo.gl/vm1vG5>>. Acesso: mai-2016.

OLIVEIRA, Marcos P. Para Compreender o “Leviatã Urbano” – a cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **Veinte Pasos para Formular un Proyecto de Ciudades Sanas**. In: Oficina Regional para Europa, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/QB1oqc>>. Acesso: dez-2016.

PÁDUA, Rafael F. Produção Estratégica do Espaço e os “Novos Produtos Imobiliários”. In: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel P. **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

PELLEGRINI FILHO, Alberto. O uso das evidências científicas aumenta a efetividade das políticas públicas, mas requer reorientação nas agendas de pesquisa. [entrevista na internet]. Rio de Janeiro: DSS Brasil; 2011 Ago 22. Entrevista concedida a Equipe do Portal CMDSS. Disponível em: <<https://goo.gl/SCnLhg>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PINA, José Hermano A; LIMA, Osmar A; SILVA, Vicente P. Município e Distrito: um estudo teórico. **Campo-Território**: revista de Geografia Agrária. Uberlândia (MG). n. 6, v. 3, p. 125-142, ago-2008.

PORTAL SORRISO MT. **Sorriso: Plano de Mobilidade Urbana será discutido nesta quarta-feira**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/XtE9j4>>. Acesso: set-2016.

PORTUGAL. **Políticas Públicas Saudáveis**: plano nacional de saúde 2011 – 2016. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/7SdQAr>>. Acesso em 29 nov. 17.

PRATES, Marco; PREVIDELLI, Amanda. **As 50 melhores cidades do Brasil para viver, segundo a ONU**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/u67jVR>>. Acesso: mai-2017.

PRESTES, Cláudia A. **Os Trabalhadores a Formação de uma Cidade do Mato Grosso**: família, vizinhança e compadrio em Sorriso. 2010. 213f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2010.

PRETILI, Viviane. **Alta de 122,65% nos embarques leva Sorriso a ocupar o 13º lugar no ranking nacional**. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/QjAf1R>>. Acesso: fev-2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<https://goo.gl/j7tvc1>>. Acesso: set-2015.

REDE PORTUGUESA DE CIDADES SAUDÁVEIS – SEIXAL. 2011. Disponível em: <<http://www.redecidadessaudaveis.com/pt/apresentação.php>>. Acesso: fev-2016.

REDE SOCIAL BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. Movimento Nossa São Paulo. **Plataforma Cidades Sustentáveis**. São Paulo: [S. n.], 2010. Disponível em: <www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso: mar-2017.

REVISTA NOTÍCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO E SANTA CATARINA. **Sorriso 30 anos**. ed. 134. Ano XXII: Porto Alegre/RS, 2016.

RIBEIRO, Zenilda L. [et. al.]. **As praças como espaço de lazer em Sorriso/MT**. Anais... XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre - RS, 2010.

RICHARDSON, Benjamin. Hygeia, a city og healthy. **Hygeia, Revista Brasileira de Geografia Médica e Saúde**. Uberlândia (MG). n. 1, p. 03-17, dez-2005.

ROCHA, Edilene X. G. Desenvolvimento Local e Territorialização. In: BARBOSA, C. F. **Serviço Social**. Valinhos: Anhanguera Publicações, 2009. (Coleção Educação Sem Fronteiras, volume 6).

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, volume 203).

SACARDO, Daniele P; GONÇALVES, Christinne C. M. Território: potencialidades na construção de sujeitos. In: FERNANDEZ, C. A. F.; MENDES, R. (Org.). **Promoção da Saúde e Gestão Local**. 2007. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/promocao-da-saude-e-gestao-local.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SAMPAIO, Amanda. **Sorriso (MT) é o município com maior valor de produção do país em 2013**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/2cmAKT>>. Acesso em 10/04/2015.

SANTOS, Jair Lício F; WESTPHAL, Márcia F. Práticas Emergentes de um Novo Paradigma de Saúde: o papel da universidade. **Estudos Avançados**. São Paulo (SP). n. 13, v. 35, p. 71-88, 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/x2cb7Q>>. Acesso: dez-2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100007>

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **O País Distorcido: o Brasil, a Globalização e a Cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Natália N. **A Intersetorialidade como Modelo de Gestão das Políticas de Combate à Pobreza no Brasil: o caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos**. 166f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresa, Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo, 2011.

SANTOS, Nelson. Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 429-435, abr. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/frmr98>>. Acesso em 29 nov. 17.

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200019>

SATER, Chahine A. **Diagnóstico da Empresa de Agronegócios ViaCampus para a Elaboração de seu Projeto de Comunicação e Marketing**. 2004. 83f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Produção Agroindustrial). Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SORRISO. **Blog da Secretaria de Educação de Sorriso/ MT**. 2012. Disponível em: <<http://smec-sorriso.blogspot.com/>>. Acesso: abr-2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Estudo de Prospecção de Cadeias**. Mato Grosso, 2016.

SILVA, Elizabeth R. **A Organização e a Influência da Elite Empresarial Rural no Processo de Construção da Agenda de Governo: uma análise a partir da percepção de atores sociais de uma cidade do agronegócio da fronteira agrícola do Brasil**. 264f. 166f. Tese (Doutorado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública de Empresa, Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth M.. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SÓ NOTÍCIAS. **Sorriso: Ministério da Agricultura libera R\$ 1, 5 milhão para compra de patrulhas**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/riA86n>>. Acesso: mar-2016.

SORISSO. **Lei nº 774, de 21 de outubro de 1999**. Estabelece a criação do Departamento de Água e Esgoto – DAE e dá outras providências. Sorriso (MT): Prefeitura Municipal de Sorriso, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/wTcggV>>. Acesso: fev-2016.

SORRISO (Mato Grosso). **Blog da Secretaria de Educação de Sorriso/ MS com o Objetivo de Divulgar as Ações, Metas, Sonhos e Projetos da Rede Municipal de Ensino**. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/2dG3x1>>. Acesso: mai-2016.

SORRISO (Mato Grosso). **Histórico da Cidade**. 2015. Disponível em <<https://goo.gl/NGu9JC>>. Acesso: ago-2015.

SORRISO (Mato Grosso). **Lei Complementar nº 261, de 18 de agosto de 2017**. Altera o art. 88 da Lei Complementar nº 035/2005, que Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Sorriso, nos termos que dispões o artigo 182, parágrafo primeiro, da Constituição Federal, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Sorriso, 2017.

SORRISO (Mato Grosso). **Lei Complementar nº 35, de 21 de dezembro de 2005**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Sorriso, nos termos que dispõe o Artigo 182, parágrafo primeiro, da Constituição Federal e dá

outras providências. Sorriso (MT): Prefeitura Municipal de Sorriso, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/E3fyaH>>. Acesso: ago-2017.

SORRISO (Mato Grosso). **Lei Complementar nº 35, de 21 de dezembro de 2005**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Sorriso, nos termos que dispõe o Artigo 182, parágrafo primeiro, da Constituição Federal e dá outras providências. Sorriso (MT). Prefeitura Municipal de Sorriso, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/E3fyaH>>. Acesso: ago-2017.

SORRISO (Mato Grosso). **Lei nº 2.241, de 10 de setembro de 2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA do Município de Sorriso para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Sorriso, 2013. Disponível em: <<https://sic.tce.mt.gov.br/109/home/download/id/31231>>. Acesso: ago-2016.

SORRISO (Mato Grosso). **Lei nº 2.492, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) da Cidade de Sorriso-MT e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Sorriso, 2015.

SORRISO. **Lei municipal nº 2.321, de 12 de março de 2014**. Dispõe sobre a regularização das atividades de Piscicultura no município de Sorriso - MT, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Sorriso, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/rf7po4>>. Acesso: dez-2017.

SORRISO. **Lei nº 50, de 10 de maio de 1996**. Estabelece o Plano Diretor Municipal de Sorriso – MT. Sorriso (MT): Prefeitura Municipal de Sorriso, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/qKvWwA>>. Acesso: fev-2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da Literatura. **Sociologias**. Porto Alegre (RS). n, 16, ano 8, p. 20-45, jul/dez-2006.
<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

SOUZA, Josimar R; SOARES, Beatriz R. **Políticas Públicas e Planejamento Urbano na Perspectiva do Movimento Cidades Saudáveis**. In: Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, São Paulo (SP), 2014.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS. **Declaração de Alma-Ata**. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde. Alma-Ata (Cazaquistão), 1978.

VARGAS, Icléia A. **Território, Identidade, Paisagem e Governança no Pantanal Mato-Grossense: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa**. 2006. 286f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2006.

VASCONCELOS, Pedro A. **Dois Séculos de Pensamento Sobre a Cidade**. Ilhéus (BA): Editus, 1999.

WESTPHAL, Márcia F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. n. 5, v. 1, p. 39-51, 2000.

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100005>

WESTPHAL, Márcia F. Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. In: FERNANDEZ, J. C. A; MENDES, R (orgs.). **Promoção da Saúde e Gestão Local**. São Paulo: CEPEDOC Cidades Saudáveis, 2007. Disponível em <<https://goo.gl/vr4fcL>>. Acesso: ago-2016.

WESTPHAL, Márcia F; MENDES, Rosilda. Cidade Saudável: uma experiência de Interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro (RJ). n. 34, v.6, p. 47-61, nov/ dez-2000.

WESTPHAL, Márcia F; MENDES, Rosilda. Cidade Saudável: uma experiência de Interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro (RJ). n. 34, v.6, p. 47-61, nov/ dez-2000.